



**Universidade Federal da Paraíba Centro de
Ciências Humanas, Letras e Artes Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social**

Luiz Fernando Ribeiro Da Luz

HEGEMONIA NEOLIBERAL LULISTA

Orientador: Prof. Dr. Jaldes Reis de Meneses

Linha de Pesquisa: Estado

JOÃO PESSOA-PB

2015

HEGEMONIA NEOLIBERAL LULISTA

Luiz Fernando Ribeiro da Luz

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, Área de Concentração Política Social e Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Jaldes Reis de Meneses

Linha de Pesquisa: Estado

JOÃO PESSOA

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

L979h Luz, Luiz Fernando Ribeiro da.
Hegemonia Neoliberal Lulista: A Era de Ouro da Hegemonia
Burguesa no Brasil / Luiz Fernando Ribeiro da
Luz. - João Pessoa, 2015.
151 f.

Orientador: Jaldes Reis de Meneses.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA

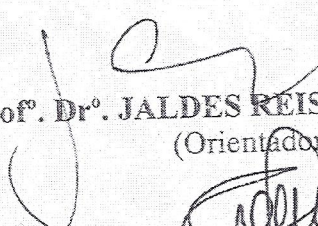
1. Neoliberalismo. 2. Pulverização neoliberal. 3. Lulismo.
4. Lulo-petismo. 5. Regulação consorciada. 6. Hegemonia.
7. Crise. I. Título.

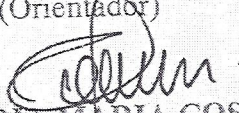
UFPB/BC

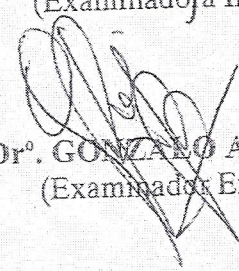
CDU:330.831.8(043)

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL DO ALUNO LUIZ FERNANDO RIBEIRO DA LUZ. Aos vinte e cinco dias do mês de Setembro de 2015, (25/09/2015), às 16h30min. Na Sala 500, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, reuniram-se os membros da Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores **JALDES REIS DE MENESES** (Orientador e Presidente da Banca), **CLÁUDIA MARIA COSTA GOMES** (Examinadora Interna), **GONZALO ADRIAN ROJAS** (Examinador Externo), com o objetivo de proceder à arguição do aluno **LUIZ FERNANDO RIBEIRO DA LUZ**, sobre sua Dissertação intitulada: **"HEGEMONIA LIBERAL LULISTA: A ERA DE OURO DA HEGEMONIA BURGUESA NO BRASIL"**, requisito parcial e conclusivo para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social. Abrindo a sessão pública o Profº. Drº. **JALDES REIS DE MENESES** convidou os membros e o mestrando, **LUIZ FERNANDO RIBEIRO DA LUZ**, a comporem a Banca Examinadora. A seguir foi concedida a palavra ao mestrando para apresentar uma síntese de sua Dissertação em 30(trinta) minutos. Concluída a exposição oral apresentada pelo mestrando e procedida à arguição pertinente ao trabalho final, a Banca Examinadora se reuniu para deliberar sobre o conceito a ser atribuído à Dissertação em exame. O presidente da Banca Examinadora o Profº. Drº. **JALDES REIS DE MENESES** comunica ao mestrando, à Banca e aos presentes que por decisão unânime da Banca Examinadora à Dissertação em julgamento obteve o conceito APROVADO. Secretária do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, João Pessoa, 25 de Setembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA


Profº. Drº. **JALDES REIS DE MENESES**
(Orientador)


Profº. Drª. **CLÁUDIA MARIA COSTA GOMES**
(Examinadora Interna)


Profº. Drº. **GONZALO ADRIAN ROJAS**
(Examinador Externo)

Para João Irêncio e Idalina

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, registro aqui meu agradecimento especial ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB e a Capes, pelo fundamental auxílio financeiro à pesquisa.

E, sobretudo, às seguintes pessoas:

Ao meu orientador e camarada, Jaldes Reis de Meneses, pelos debates e estudo que viemos travando desde o início de meus estudos acadêmicos em 2008 - foi o professor com o qual fiz meu primeiro curso sobre Marx - e pelos comentários e críticas que fez a cada um dos capítulos desta dissertação.

Ao meu amigo de todos os dias Anselmo Alves de Araújo, pelo companheirismo incessante, pelos debates intensos e pela generosidade ímpar.

Aos professores do curso de História do PEC/MSD da UFPB, com especial destaque a Jonas Duarte, Regina Célia Gonçalves, Eduardo Guimarães e Paulo Geovanni, pelo engajamento político que possibilitou que eu fizesse o curso superior em História.

Ao amigo João Soares que corrigiu parte desta dissertação.

Aos membros do grupo de pesquisa do Cets, pelos debates e troca de informações.

Aos membros do grupo de estudos Observatório de Análises de Conjuntura, pelos frequentes debates e com os quais pude partilhar os resultados provisórios desta dissertação.

Aos camaradas de convivência pelas prosas, debates, festas e as inúmeras formas de auxílio que me prestaram: Claudio Jr, Gleison Brezsinsky, Élio Mergem, Antônio Bortolini, Alexandre Prestes de Sousa, Felix Jácome, Nunes Dantas da Silva, Renata Rolin, Nino Amorin, Cláudia Gomes, Anderson Lima, Claudia Veronese, Severino Elias, Socorro Pontes, Wagner Benck, Aronildo Müller, Ana Zultanski, Renato Nucci Jr. Fábio Luiz Pimentel, Eli Baracho, Eder Silva, Claudia Camatti, Pablo Cartaxo,

Wladimir Nunes, Maika Zampier, Mara Ribeiro, Romero Venâncio, Alder Júlio, Fabrício, Custódia, Valdomiro Cavalcanti, Nego da Combi, Josafá das quentinhas, Issac, Helber, Mauro Musso, Kátia Pintor, Suzana Araújo, Sandra, Nicasso da Silva, Pedro Rafael Staut Goulart, José de Conto, Jamaica, Fábio Heinen, Tiana Borba, Geraldinho e demais.

Aos meus familiares: meus pais Pedro e Loreci; meus irmãos João Pedro, Fabiana, Lídia e Lucas; e meus sobrinhos Matheus, Júlia, Maria Isabela e Luiza.

Ao meu pequeno João Irêncio, que modificou completamente minha vida, enchendo de alegria e amor os meus dias, com suas traquinagens e sua buniteza.

À minha companheira Idalina, pela força e coragem diante das dificuldades, por todo auxílio, pelo amor, pela paciência que tem comigo e pela alegria e beleza infinda!

RESUMO

Esta dissertação analisa as especificidades do modelo de desenvolvimento neoliberal brasileiro durante a era Lula. Tal período proporcionou uma expansão do capitalismo brasileiro, cuja grande marca é a pulverização das relações sociais neoliberais, concretizada através de medidas microeconômicas que se capilarizam no seio social por intermédio de um conjunto de políticas que possibilitou uma melhoria nas condições de vida das populações mais empobrecidas. Este estado de coisas superou, ao menos por um tempo, o desmonte neoliberal das políticas macroeconômicas que marcaram o período tucano. Para que este modelo de desenvolvimento tivesse alguma concatenação exitosa no espaço nacional, ele precisou desenvolver na superestrutura política/ideológica uma configuração pactuada de interesses entre distintas forças sociais, mas principalmente entre as distintas frações da classe dominante. A isto denominamos "regulação consorciada", cujo fim último é manter e desenvolver o padrão de reprodução neoliberal, fortalecendo as forças conservadoras e aprofundando o abismo da desigualdade social. O período em que o Partido dos Trabalhadores manteve-se à frente do Governo Federal foi marcado, num dado momento, por uma especial configuração hegemônica, a qual se denominará de hegemonia neoliberal lulista: uma espécie de era de ouro da hegemonia burguesa no Brasil. Esta hegemonia é definida pela entrada, no consórcio dominante, do lulo-petismo – um conjunto de forças sociais de origem popular e com tradição política na esquerda que passou por um profundo transformismo – agregando à regulação consorciada o consenso passivo e ativo das massas, ao passo que fortaleceu as forças políticas e econômicas da burguesia brasileira, sem alterar a vulnerabilidade externa de sua economia.

Palavras chaves: lulismo, lulo-petismo, pulverização neoliberal, regulação consorciada, hegemonia, crise.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the specifics of the Brazilian neo-liberal development model during the Lula era. That period provided an expansion of Brazilian capitalism, whose main character is the expansion of neoliberal social relations, achieved through microeconomic measures that which fall within the social life through a set of policies that made possible an improvement in living conditions of the impoverished populations. This kind of politics surpass, at least for a time, the transformations of macroeconomic policies that marked the predecessor period. In order that this development model had some successful concatenation in the domestic space, it was necessary to develop into the political and ideological superstructure an agreed set of interests between different social forces, but especially among the different factions of the ruling class. We call this development model of "concerted regulation", whose ultimate purpose is to maintain and to develop the level of neoliberal reproduction, strengthening the conservative forces and deepening the social inequality. The period in which the Partido dos Trabalhadores keeps ahead of the Federal Government was marked for a special hegemonic configuration, which be called here "Lula's neoliberal hegemony": a kind of golden age of bourgeois hegemony in Brazil. The Lula's neoliberal hegemony is defined by the entry of the "lulo-petismo" into the dominant political group. Lulo-petismo means a set of social forces of popular origin and left political traditions that has undergone a profound *transformismo* adding to the "concerted regulation" a passive and active consensus of the masses, while strengthened political and economic forces of the Brazilian bourgeoisie, without changing the external vulnerability of the economy.

Key words: lulismo, lulo-petismo, neoliberal expansion, concerted regulation, hegemony, crisis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. Objeto da pesquisa.....	9
2. Questões teórico-metodológicas	10
3. Procedimentos metodológicos e estrutura da dissertação.....	15
CAPÍTULO I – preâmbulo histórico da era lula	20
1. O lulismo na história de transformação capitalista brasileira.	20
2. O processo de formação e transformação do capitalismo brasileiro	26
3. Transição democrática e transformação neoliberal da sociedade brasileira	31
3.1. Transição conservadora e nova forma política: ensaios de uma regulação consorciada (1984 – 1994).	31
3.2. Regulação consorciada: a radicalidade econômica no centro político	33
3.3. Transformação neoliberal à brasileira: devastações macro-econômicas (1994 – 2002).....	36
4. A morfologia da radicalização neoliberal.....	38
CAPÍTULO II – A ERA LULA SOB ANÁLISE	42
1. Debates sobre a Era Lula: em busca de uma significação	42
2. A análise defensiva da era Lula	45
3. A crítica consentida da era Lula	50
4. A crítica radical da era Lula.....	59
CAPÍTULO III: A ESPECIFICIDADE NEOLIBERAL DA ERA LULA.....	66
1. Nexos funcionais na superestrutura política	66
1.1. Regulação consorciada lulista	66
1.2. Lulismo e lulo-petismo.....	71
1.3. O papel da CUT lulo-petista no consórcio regulacionista.....	75
2. Duas tentativas de dominação do sistema político pelo lulo-petismo	80
3. Pulverização do neoliberalismo na era Lula	83
4. Desigualdade de renda vs desigualdade social	100
5. Imperialismo neoliberal e o Brasil, quais novidades?	110
6. Qual hegemonia? Qual crise?	121
7. O sistema político brasileiro e as formas de representação democrática.....	125
8. Hegemonia neoliberal - crise estrutural?	127

9. E então qual crise?	131
CONCLUSÃO.....	142
Bibliografia.....	146

INTRODUÇÃO

1.Objeto da pesquisa

O objeto desta pesquisa é o lugar da era Lula dentro do processo histórico de transformação do capitalismo brasileiro, e, de forma mais restrita, sua especificidade dentro do modelo de desenvolvimento neoliberal e as consequentes transformações da sociedade e do Estado.

A era Lula tornou-se um dos momentos políticos mais emblemáticos da história brasileira. Talvez esteja muito próximo em termos de complexidade e importância do que ficou conhecido como a era Vargas. Envolve-se em sua caracterização paradigmática mantras de afeto (amor e ódio), que expressam interpretações das mais distintas colorações, tanto de adesão como de contestação. Evidentemente, sua comparação à era Vargas se dá muito mais em termos de adesão e contestação do que realizações propriamente ditas. A era Vargas promoveu uma profunda transformação da sociedade e do Estado brasileiro, coisa que a era Lula não fez. A era Vargas inaugura um novo modelo de desenvolvimento, a era Lula não, esta apenas aprofunda e generaliza um modelo de desenvolvimento já constituído. Mas, numa linguagem freudiana, pode-se dizer que há uma similitude entre pulsões de afeto e de agressividade entre os dois momentos históricos. As interpretações, no entanto, cada uma ao seu modo, tentam dar luz a uma questão que invariavelmente se põe de fundo: qual o sentido sociopolítico da era Lula?

Logicamente, as distintas formas de decodificação do sentido da era Lula envolvem distintos procedimentos de estabelecer o nexu açambarcador do problema. Alterando-se conforme a análise, pode-se dar mais fôlego às variações na esfera política, na esfera econômica, nos processos culturais, ou mesmo as conspícuas relações entre todas. Além das determinantes entre a estrutura e a superestrutura, pode-se estabelecer a análise a partir de recortes temporais que estabeleçam demarcações de continuidades e rupturas com o processo histórico de transformação do capitalismo brasileiro.

A título de compreensão do problema envolto nesta dissertação, procurar-se-á dar respostas aproximativas às seguintes questões: o que, em linhas gerais, demarca a era Lula? Em que lugar do processo de transformação do capitalismo brasileiro ela se encontra? Qual caráter do capitalismo brasileiro ela denota? Quais são os nexos causais fundamentais que evidenciam o recorte de classe determinante do período?

Apesar de o campo metodológico partir de pressupostos interpretativos heterodoxos, as premissas teóricas serão genuinamente da teoria marxista. Não se fará questão de estar preso entre esta ou aquela corrente, mas de estabelecer a partir dos elementos concretos que a realidade oferece os possíveis suportes conceituais de interpretação do período. No caso específico do trabalho presente, todos os limites e problemas existentes devem-se exclusivamente ao autor.

2. Questões teórico-metodológicas

O pressuposto metodológico principal pelo qual se realizará esta pesquisa está em encontrar na era Lula o ponto arquimediano, sobre o qual vergam os processos fundamentais, conforme a insígnia marxiana¹ sobre o capital: “o éter especial que determina o peso específico de todas as coisas emprestando relevo ao seu modo de ser”. Ou seja, o momento fundamental, superior aos demais, e cuja situação aponta sua posição e influência sobre as outras².

O risco de percorrer o caminho da totalidade e empreender uma abordagem mais geral em um trabalho restrito como esse é cair excessivamente numa abstração infrutífera. Por outro lado, dessa forma, procurar-se-á evitar o processo infértil dos pressupostos metodológicos tão em voga que abusam da especialização do recorte analítico e aí permanecem. Sem fazer, como sugeriu Marx, a viagem de modo inverso:

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação³.

Existem, na tradição marxista, inúmeras formas de abordagens que variam entre

¹ MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. In: Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. 2ª Ed. São Paulo, Abril Cultural, 1978. *Os Pensadores*. P.P. 107-129

² *Idem*, p. 121

³ *Ibidem*, p. 117

padrões de análises mais abstratas e outras mais concretas, com conceitos distintos em cada nível, porém inter-relacionados. Segundo Jaime Osório (2012), a variação entre as categorias mais abstratas às mais concretas aparecem do seguinte modo:

[...] a maior abstração *é fortemente histórica, na medida em que aponta a essência daquelas relações e processos*. Em níveis de menor abstração, tais relações e processos vão se tornando mais complexos e passam a apresentar novas características históricas, porque sua essência se expressa sob novas e diversas formas e particularidades⁴.

Mas, para além dos níveis de abstração por quais podem passar a pesquisa, é preciso estabelecer os nexos causais entre sua espacialidade e temporalidade. Quanto à espacialidade, trata-se da relação que determinada nação encontra no sistema capitalista mundial: posição econômica no mercado mundial, a divisão internacional do trabalho, imperialismo (economias imperialistas, semiperiferias imperialistas, subimperialismo dependente, economias dependentes e periferia⁵), processos de dependência tecnológica e financeira, papel nos blocos econômicos, interferência política global e regional etc. No que concerne à temporalidade, supõe-se o processo histórico particular de transformação do capitalismo: formação econômico-social (sócio-político, sócio-culturais), modelos de desenvolvimento (nacional-desenvolvimentista ou fordista, neoliberal ou pós-fordista etc.) e unidades político-temporais (conjuntura).

A fim de especificar o procedimento metodológico escolhido, este trabalho terá como ponto de partida teórico a condensação especial que marca a era Lula dentro da unidade político-temporal – modelo de desenvolvimento neoliberal – tangenciando seu sentido histórico-político e suas transformações internas.

Ao longo da história do desenvolvimento do capitalismo em relação com o Estado, percebe-se um processo contínuo de penetração do econômico no político. Com grau inexorável de autonomia relativa na interferência sobre o todo social, ambos mantém entre si uma – o que os lucácsianos chamam – dependência ontológica. A forma de ser de ambos sustenta uma interdeterminação recíproca. O fio condutor desse açambarcamento dialético é marcado por variações, contradições, permanências, rupturas e conflitos. Que mantém momentos de estabilidade e crises como marcas

⁴ Jaime Osório, Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; e LUCE, Mathias (orgs). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012. P. 38.

⁵ *Idem*, p. 40

inerentes ao metabolismo sócio-histórico de reprodução do capital e consequentemente das sociabilidades capitalistas. Tal processo contraditório desenvolve-se na forma de fases mais ou menos homogêneas, que compõem ciclos de estabilidade e continuidade no campo de reprodução social. Estes tais ciclos de reprodução capitalista apresentam-se com relativo consenso entre os marxistas, mesmo que entre eles, os recortes temporais e os aspectos de centralidade apresentem-se de forma diferenciada.

Para a *teoria marxista da dependência*⁶, as fases de desenvolvimento homogeneizada do capitalismo são caracterizadas por um *padrão de reprodução do capital*⁷, que engloba em si o momento político e o econômico. Já para a *teoria regulacionista*, tais fases apresentam-se pela configuração específica de um *regime de acumulação*, o momento econômico, cujo momento político se expressa num *modo de regulação*.

Ernest Mandel⁸ (1982) em *O Capitalismo Tardio*, por exemplo, trabalha com a interposição de ciclos curtos com ondas mais longas para descrever o fenômeno da história do capitalismo em nível internacional, que segundo ele, aparece “não apenas como uma sucessão de movimentos cíclicos a cada 7 ou 10 anos, mas também como

⁶ Uma das mais vigorosas correntes do pensamento crítico latino-americano, a *teoria marxista da dependência* (TMD) tem em Ruy Mauro Marini seu maior elaborador, acompanhado por Theotonio dos Santos, André Gunder Frank, Vânia Bambirra, compondo a primeira geração. Ela é tributária do esforço para se pensar as especificidades do desenvolvimento do capitalismo no continente. Define a categoria *dependência* e suas formas históricas para desvelar leis próprias do capitalismo dependente, como a superexploração do trabalho, a transferência de valor, e a cisão entre fases do ciclo do capital, estabelecendo assim, dois nexos estruturais fundamentais: o primeiro que estabelece a relação da teoria da dependência com a teoria marxista do imperialismo; e o segundo, que recorta os ciclos de expansão do capitalismo mundial com os padrões de reprodução do capital na América-latina. A TMD ainda apresenta uma segunda e terceira geração de intelectuais produzindo a pleno vapor, dos quais podem se destacar Nildo Ouriques, Jaime Osório, Marcelo Carcanholo e Marisa Amaral.

⁷ Formulada originalmente por Ruy Mauro Marini, a categoria padrão de reprodução do capital ganhou forma mais acabada com Jaime Osório: “A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das *formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados*, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), *integrando o processo de valorização* (incremento do valor e o dinheiro investido) e sua *encarnação em valores de uso específicos* (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as *contradições* que esses processos geram. A categoria de padrão de reprodução do capital estabelece, assim, *mediações* entre os níveis mais gerais de análise (modo de produção capitalista e sistema mundial) e os níveis menos abstratos ou histórico-concretos (formação econômico-social e conjuntura). Dessa forma, se alimenta dos aportes conceituais e metodológicos presentes nos níveis mais abstratos, mas exige aportes conceituais e metodológicos que lhes são próprios” (OSÓRIO, 2012, p. 40-41).

⁸ MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

uma sucessão de períodos mais longos, de aproximadamente 50 anos, dos quais até agora temos experiência de quatro:” Revolução Industrial (1789 a 1847); primeira revolução tecnológica (1848 a 1893); segunda revolução tecnológica (1894 a 1939/44); e terceira revolução tecnológica (1940/45 a ...?)⁹. (Concluído no início dos anos 1970, pode-se sugerir a partir da lógica de Mandel que o capitalismo a partir do nos 1970/80 entra numa outra fase).

Num caminho muito parecido – por tentar encontrar ferramentas explicativas médias que deem conta do entendimento das variáveis político-econômicas que constituem as grandes fases internas do capitalismo – encontra-se uma variante da chamada escola da *regulação*¹⁰, utilizada por Alyson Leandro Mascaro¹¹ em *Estado e Forma Política* (2013). Uma corrente de pensamento que trabalha com recortes inspiradas em estruturas teóricas diversas, como as de Gramsci e Althusser, refazendo um percurso de rearticulação entre infraestrutura e superestrutura preestabelecida por Marx. Demarcando na escola regulacionista, uma abordagem que tenha um recorte mais radical, que dialogue intensamente com o marxismo, Mascaro encontra em duas categorias intermediárias da escola da regulação – *regime de acumulação* e *modo de regulação* – ferramentas fundamentais para empreender as específicas articulações do econômico com o político e o social dentro das fases de desenvolvimento do capitalismo. Enquanto a primeira categoria ocupa-se com as dinâmicas econômicas próprias de cada fase interna do capitalismo, a segunda categoria busca a compreensão das articulações específicas do econômico com o político e o social peculiar de cada fase.

Assim, tais categorias intermediárias da economia política se

⁹ *Idem*, p. 83

¹⁰ Conforme Mascaro: [...] as duas últimas décadas do século XX conheceram a mais complexa e profunda reflexão sobre o Estado no debate marxista. A partir de um movimento de pensadores alemães, ingleses e franceses – que, embora possuísem divergências internas, apresentavam muitos pontos de convergência –, foram constituídas correntes de pensamento político sobre o Estado denominadas teorias do *derivacionismo*. [...] trata-se de fazer emergir, das próprias categorias da economia política e da própria forma do capital e das relações de produção capitalistas, o entendimento das estruturas políticas que lhe são próprias. [...] Retomando as mais avançadas perspectivas da economia política de Marx n’*O Capital*, passando também pelos horizontes teóricos propostos por Pachukanis em sua compreensão do direito, os pensadores do derivacionismo reposicionam a compreensão teórica da política e do Estado nos tempos presentes. A interface de tal pensamento é rica: no plano econômico, por exemplo, o derivacionismo dialoga profundamente com algumas teorias de uma escola conhecida como *regulacionismo* (MASCARO, 2013, p. 12 -13).

¹¹ MASCAROS, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

prestariam a apontar as fases de estabilidade e suas rupturas dentro do capitalismo, como as alterações havidas entre o capitalismo liberal do século XIX e o capitalismo de guerra no século XX, ou, neste mesmo século, entre o capitalismo de bem-estar social do pós-Segunda Guerra Mundial e o capitalismo neoliberal. Trata-se de trabalhar, no contexto da analítica geral do capitalismo, as suas específicas fases e suas correspondentes regulações (MASCARO, 2013, p. 112).

Para Ruy Braga em *A política do precariado: do populismo a hegemonia lulista*¹², a sociologia marxista da escola da regulação edificou um modelo globalizante do funcionamento do modo de produção capitalista articulando três teses principais: 1) a tese da *reprodução das relações de produção*; 2) a tese da *natureza contraditória do capitalismo*; 3) a tese da *crise e da transformação das instituições*¹³. É diante desse quadro funcionante da economia política que a fase capitalista que compõe um modelo de desenvolvimento próprio, que articula *regime de acumulação e modo de regulação*, onde se estrutura um conjunto de relações econômicas, políticas, culturais, jurídicas e sociais que garantem a manutenção prolongada de um regime de acumulação, mesmo em meio a instabilidades e crises do capitalismo. Pois, “se há um núcleo econômico do neoliberalismo, há, também, de algum modo, um núcleo político-ideológico que lhe conforma”¹⁴.

As categorias de regime de acumulação e modo de regulação buscam alcançar um nível de articulação do todo social específico quando comparado aos conceitos de modo de produção, de relações de produção e de forças produtivas. No que tange à noção de modo de produção, as categorias propostas pelas escolas da regulação são de abrangência menor: tratam de modelos, articulações e fases variadas dentro de um só modo de produção, que é o capitalista. As noções de relação de produção – conceito-chave para a compreensão do capitalismo – e forças produtivas são categorias ainda maiores que a de regime de acumulação e modo de regulação. Na medida em que se separam o específico econômico do político-ideológico, os conceitos de regime de acumulação e modo de regulação não operam com as distinções entre meios e relações, mas os somam para separar, então, meios e relações no nível econômico e meios e relações no nível político-ideológico¹⁵.

Em suma, tanto a TMD como a teoria da regulação, têm um ponto de encontro muito importante, cuja finalidade do aparato conceitual é passar do nível conceitual

¹² BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo a hegemonia lulista*. São Paulo, Boitempo, 2012. 263 p.

¹³ *Idem*, p. 22

¹⁴ MASCARO, 2012, p. 113

¹⁵ *Idem*, p. 114

abstrato para exame histórico concreto, em que categorias intermediárias ganham relevância na abordagem do caráter necessariamente portador de crises do capitalismo, e a existência, mais ou menos convergente, de fases de estabilidade parcial, em meio a uma dinâmica histórica geral de instabilidade. No entanto, a primeira baliza, seu ponto nodal, numa proposta teórica que tem a teoria do valor de Marx como seu núcleo orgânico, e apresenta um programa de pesquisa que engloba os contextos histórico-concretos da vida real de países submetidos ao capitalismo enquanto sistema mundial hierarquicamente estruturado pela dependência; em que o momento político é subsidiário do momento econômico. Já a segunda privilegia a importância do momento político-jurídico para a estabilidade dos ciclos de desenvolvimento, em que o Estado é o regulador necessário da dinâmica do capital e do trabalho.

Neste trabalho em específico procurar-se-á caminhar por um misto de equilíbrio entre as duas correntes, com recorrente utilização da categoria gramsciana de *hegemonia*. Assim, procurando compreender como distintos setores burgueses estabelecem com outras distintas forças políticas um pacto conciso e controverso que lhes garante hegemonia sobre a sociedade.

3.Procedimentos metodológicos e estrutura da dissertação

A fim de facilitar a compreensão do trabalho partiu-se da definição nos termos abaixo das seguintes expressões conceituais que levam em si o nome de Luiz Inácio Lula da Silva, em função da grande expressividade política que sua figura conquistou:

- Era Lula: demarcação do período temporal que engloba os dois mandatos de Lula e os mandatos de Dilma ainda em curso.
- Lulo-petismo: *modus operandi*, resultado do transformismo pelo qual passou o Partido dos Trabalhadores e os movimentos sociais e sindicais que lhe dão sustentação popular (CUT, MST, UNE, CNBB etc.). Trata-se da forma como os setores da classe trabalhadora organizada vão se relacionar com os governos Lula-Dilma. É uma relação bem específica desses setores com o governo em geral, mas principalmente é um novo *ethos* operacional de uma muscularidade organizativa criada nos anos 1970-1980, sob a liderança política de Luiz Inácio Lula da Silva. Há uma identificação entre esse amplo leque do movimento social com a figura do Lula. Evidentemente, conseguem fazer muitas ponderações de descontentamento aos rumos do governo, porém, a relação de proximidade e identificação histórica interdita a crítica/prática à esquerda. O lulo-

petismo abrange o campo específico do *consenso ativo clássico* sob o processo histórico do transformismo pelo qual passou Lula, o PT e praticamente todo o movimento social e sindical brasileiro. É a forma mais acabada de rendição de classe, porque ela ao se render faz parecer que não não está rendida, como se continuasse ativa.

• **Lulismo:** o padrão hegemônico burguês construído na Era Lula. A década de ouro da hegemonia burguesa no país. Sua dialética está assentada em quatro combinações especiais: a) das relações complexas que os Governos Lula-Dilma estabeleceram com as frações burguesas dominantes, através da manutenção dos elementos fundamentais do capitalismo financeiro mundializado, combinado com uma maior proeminência do capital-imperialismo brasileiro e internalização pulverizada das relações capitalistas neoliberais de produção e reprodução social que originou a discussão sobre *neodesenvolvimentismo* e teve como marco inicial a “Carta aos Brasileiros”. b) das relações com a classe política institucionalizada, na forma de composição do condomínio de interesses, blindagem contra transformações estruturais, esterilização da forma partido, promovendo uma regulação consorciada. c) das relações do mito Lula com as camadas populares desorganizadas em geral, ao realizar pequenas concessões materiais às frações mais pauperizadas, num momento de crescimento econômico, com a qual logrou um *consentimento passivo*¹⁶ através do *realinhamento eleitoral*¹⁷; d) das relações específicas do campo de ação do lulo-petismo, com a qual conseguiu – através da incorporação de milhares de quadros dos setores organizados da classe trabalhadora na estrutura estatal, passando a atuar como gestores – lograr um *consentimento ativo* das representações sindicais e sociais¹⁸.

Tendo estes pontos de análise do período previamente definidos, expõem-se abaixo um pequeno quadro sobre as variações gerais da era neoliberal no Brasil até 2013.

A era neoliberal e suas fases: modelo de desenvolvimento neoliberal brasileiro.

- Padrão de reprodução do capital;

¹⁶ Conforme Ruy Braga (2012).

¹⁷ Conforme André Singer (2011).

¹⁸ No caso do MST, não houve a ocorrência de incorporação de quadros do movimento na esfera estatal, no entanto, a máquina econômica de manutenção do movimento passou a depender enormemente dos projetos econômicos ligados ao governo.

- Regime de acumulação baseado na superexploração do trabalho;
- Padrão exportador de especialização produtiva;
- Reprodução ampliada da dependência;
- Hegemonia econômica do capital financeiro;
- Precarização expansiva das relações sociais de trabalho;
- Modo de regulação abrangente no sistema político brasileiro:
 - Regulação consorciada tucana* (1994 - 2002):
 - Consolida a transição brasileira para a era neoliberal com privatizações, desmonte do Estado, flexibilização do trabalho, e “estabilidade” econômica.
 - Possui como marca fundamental medidas macroeconômicas, que alteram a estrutura da sociedade brasileira;
 - Prevalência do capital financeiro internacional;
 - Derrota e compromete as bases progressistas da sociedade, mas não consegue incorporá-las, nem eliminá-las.
 - Regulação consorciada lulista (a era de ouro da hegemonia burguesa no Brasil / 2002-2013)*:
 - Entrada do lulismo no governo e no consórcio político vigente: um pacto conservador gerido pela centro-esquerda;
 - Pulverização das relações sociais neoliberais: transformações micro-econômicas com expressivo impacto social (melhora das condições de vida);
 - Maior protagonismo das frações burguesas internas e sobre-acumulação do capital financeiro;
 - Acumulação, concentração e centralização de capital, aliado a distribuição contingente de renda;
 - Imobilização dos setores populares e desmuscularização das forças progressistas:
 - Representantes da base social ocupam espaços importantes no aparelho de Estado (consenso ativo);
 - Com políticas sociais incorpora as massas precarizadas e marginalizadas (consenso passivo).

Na tentativa de melhor explicar os fenômenos, recorreu-se tanto a pesquisa

empírica, quanto a pesquisa bibliográfica. Assinala-se previamente os limites e a insuficiência de ambas para o desenvolvimento adequado deste trabalho, tal qual se havia planejado.

No caso da pesquisa empírica, destaca-se a análise de documentos oficiais, entrevistas de lideranças políticas e sindicais, artigos de personalidades públicas, vídeos disponíveis na web, sítios eletrônicos, análises conjunturais, notas de entidades patronais, agenda política do Congresso Nacional etc. No que diz respeito à pesquisa bibliográfica, empreendeu-se a leitura das obras clássicas de análise do Brasil, e principalmente as publicações mais expressivas sobre a era Lula, variando entre livros, artigos e teses acadêmicas.

Estabelecidas estas balizas norteadoras que orientou e possibilitou o trabalho, parte-se para a estrutura geral da dissertação que está dividida em três capítulos organizados da seguinte forma: No primeiro capítulo está brevemente descrito o processo histórico de transformação do capitalismo brasileiro, os embates sobre o tipo de transformação, os limites da modernidade na periferia e as diligências com seu par antitético, o atraso. Destaca-se, também, os limites do processo de transição democrática que instaura a Nova República, o amoldamento do sistema político brasileiro, a transformação neoliberal e a configuração econômica e política do neoliberalismo. O segundo capítulo apresenta de maneira sucinta os debates em torno da explicação da era Lula, mais especificamente no campo da esquerda brasileira. Parte-se das análises defensivas do período, passando pela crítica consentida do lulismo até a crítica radical da era Lula.

O terceiro capítulo, mais longo, procura traçar um prognóstico a partir do ponto de vista específico do autor sobre a era Lula. Como elementos centrais encontram-se a estranha fusão do lulo-petismo com o sistema político brasileiro, e as relações deste pacto político com as diferentes forças da sociedade, em especial as frações do grande capital. Destaca-se o papel da variação neoliberal na era Lula, com sua forma inventiva de capilarização social, gerando melhora nas condições de vida dos setores mais empobrecidos, e ao mesmo tempo escoando volumosos fluxos de mais valor à classe burguesa dominante. Este fenômeno que concilia num só movimento aparente redução das desigualdades de renda com a consolidação da desigualdade social gera por um período uma celebrada hegemonia burguesa na sociedade brasileira, que tem como fiel depositário o carismático e habilidoso presidente Lula. Enfatiza-se, ainda, o tipo de

inclusão do Brasil dentro do imperialismo mundializado organizado entre os pólos estadunidense e chinês com proeminência do primeiro. E, por fim, algumas questões sobre crise e hegemonia que marcam o fim do ciclo virtuoso das commodities e bagunçam as estruturas do sistema político brasileiro, desmontando o encanto da era Lula.

CAPÍTULO I – PREÂMBULO HISTÓRICO DA ERA LULA

1.O lulismo na história de transformação capitalista brasileira.

De alguma forma, o pacato êxito econômico e social da Era Lula¹⁹, posterior a um longo período de regressão social e transformações neoliberais provocaram considerável satisfação popular em virtude da “afluência social”²⁰ da população pobre, conferindo grande popularidade ao operário presidente, garantindo seguidos êxitos eleitorais ao Partido dos Trabalhadores, e reacendendo todo um leque de discussões atualizadas do período Nacional Desenvolvimentista²¹ (ND). Coincidindo com o tempo exitoso do chamado ciclo das *commodities*.

Em torno de 2010, no auge da popularidade e da extrapolção dos feitos do presidente Lula, o entusiasmo com uma nova plataforma desenvolvimentista dava o tom das análises em geral. Mesmo os mais críticos (à direita e à esquerda), rendiam reconhecimento aos seus méritos. A histeria levava a crer que Lula tinha uma margem de manobra grande para empreender um novo ciclo de crescimento, capaz de criar transformações estruturais na composição do capitalismo brasileiro, e colocar o Brasil entre as grandes economias do mundo. Dilma, sua legatária, não titubeou em pôr em marcha as mudanças necessárias nos altos cargos do Governo e na política econômica do Ministério da Fazenda, BNDES e Banco Central. O pós-neoliberalismo era quase uma certeza. O casamento com o futuro estava marcado, só que o noivo desenvolvimento não apareceu.

¹⁹ Por “era Lula” se compreende o período de 12 anos do PT à frente do governo federal. Também se usará “período lulista” com o mesmo intuito de demarcar um espaço de tempo específico.

²⁰ “Afluência social”, expressão usada por Jaldes Meneses para se contrapor e ressignificar o conceito “reformismo fraco” de André Singer.

²¹ A era Nacional-Desenvolvimentista compreende o período que vai de 1930- 1979, ela é caracterizada pela formação de uma economia industrial, um aumento expressivo da participação da indústria de transformação na economia nacional. O complexo ND pode ser entendido como frente ideológica e frente programática, configurando um projeto de desenvolvimento assentado no trinômio industrialização substitutiva de importações – intervencionismo estatal – nacionalismo. Ainda que conte com suporte do financiamento e investimentos externos o ND reserva papel protagonista para nacional industrial. Ele não foi linear, teve momentos de ruptura, agitação e instabilidade, que mesclaram regimes autoritários e democráticos. (GONÇALVES, 2013).

Voltaram à agenda discussões sobre o Estado, planejamento, industrialização, modernização, urbanização, povo, nação, superação da pobreza e do subdesenvolvimento²². Enfim, reacendeu-se o leque das expectativas que imantaram o imaginário progressista brasileiro durante meio século entre 1930-1980. O lulismo se apresentava em meio à consolidação de outro bloco histórico, como uma autêntica *esfinge truncada do varguismo*, na expressão sugerida por Jaldes Reis de Menezes em 1930: oitenta anos²³.

1930: um assunto morto e enterrado. Será mesmo? Nos termos de Gramsci, sem dúvida o Bloco Histórico de 1930 morreu, não existe mais. Seu falecimento deu-se mais ou menos em meados da década de 1980 – no intermezzo do fim da ditadura e do começo do que o jornalista Jânio de Freitas chamou, à época, de transição transada. O sinal mais evidente do funeral foi a quebra do Estado que denomino de desenvolvimentista-conservador na famosa crise da dívida externa, em 1982, nos estertores do regime militar. A crise não era apenas de circunstância, mas, visto de hoje, que com ela estava-se indo, definitivamente, a forma estatal que arrancou o Brasil da condição de país agrário e o levou à condição de país capitalista industrializado e socialmente desigual. Parafraseando o poeta Carlos Drummond de Andrade – também ele um componente fundamental do bloco histórico - trinta é um retrato na parede. Mas como dói. Quando se esvai e se morre, mais que a memória, fica a assombrar os espectros, atualmente redivivos do lulismo, autêntica esfinge truncada do varguismo (MENEZES, 2010).

Ressuscitaram-se esquemas teóricos e analíticos do paradigma da formação, como se a Era Lula representasse o reavivamento de uma agenda histórica interrompida pela Ditadura Civil-Militar e dramatizada na década da transformação neoliberal. Se no segundo mandato do presidente Lula, as melhoras pontuais atingiram sua maior expressividade, foi no início do primeiro mandato da presidente Dilma que tal perspectiva gerou mais expectativa. Parecia ser a resposta possível a um conjunto de crises que assolara o progressismo brasileiro, mas que em meio à crise internacional de 2008 traria novo alento, que Marcelo Ridenti caracterizou como:

(...) a crise do neoliberalismo e a crise das esquerdas. As dificuldades do mercado de um lado, e de outro os impasses na viabilização de uma alternativa socialista, com as dificuldades de organização dos despossuídos, trazem de novo propostas (diferenciadas) na atuação do Estado para a retomada do desenvolvimento nos marcos do capitalismo (...). (RIDENTI, 2009).

²² Conforme Marcelo Ridenti em Desenvolvimentismo: o retorno. Em Revista Espaço Acadêmico, nº 92, janeiro de 2009. <http://www.espacoacademico.com.br/092/92ridenti.pdf>

²³ Menezes, Jaldes Reis de. **1930: oitenta anos**. Campo de Ensaio, 2010. Disponível em: <http://jaldes-campodeensaio.blogspot.com.br/2010/09/1930-oitenta-anos.html>

Após a crise de 2008,²⁴ era difícil prever que o neoliberalismo conseguisse empreender uma nova ofensiva tão cedo. Se o modelo de desenvolvimento neoliberal ainda não havia apresentado o atestado de óbito, ao menos sua extrema-unção estava encaminhada. É certo que ele não superou a profunda crise a que foi submetido, porém, a vaga aberta pela sua defensiva no pós-2008 parece ter contribuído profundamente para embaçar o prognóstico do que de fato representava o êxito lulista dentro do processo histórico de transformação capitalista brasileiro.

A hipótese de trabalho desta pesquisa parte da constatação que o período lulista é caracterizado, principalmente, por uma reincorporação vasta do atraso no processo de modernização do capitalismo brasileiro, que apresenta como fio condutor a funcionalização, em escala, da precarização à dinâmica específica de expansão do regime de acumulação, puxada pelo *boom* das *commodities*, pela construção civil, e as grandes obras do PAC²⁵. Um *salto para dentro*²⁶, que possibilitou a construção de políticas sociais compensatórias, junto com a expansão do mercado interno e a inserção em massa no mercado de trabalho. Solidificando uma hegemonia ampliada com profunda adesão de diversos setores sociais, dos mais distintos recortes de classe. Porém, as condições objetivas para se empreender um salto para frente através do desenvolvimento se encontram totalmente ausentes na nova configuração societária

²⁴ “A crise financeira de 2008 foi a maior da história do capitalismo desde a grande depressão de 1929. Começou nos Estados Unidos após o colapso da bolha especulativa no mercado imobiliário, alimentada pela enorme expansão de crédito bancário e potencializada pelo uso de novos instrumentos financeiros, a crise financeira se espalhou pelo mundo todo em poucos meses. O evento detonador da crise foi a falência do banco de investimento Lehman Brothers no dia 15 de setembro de 2008, após a recusa do Federal Reserve (Fed, banco central americano) em socorrer a instituição. Essa atitude do Fed teve um impacto tremendo sobre o estado de confiança dos mercados financeiros, rompendo a convenção dominante de que a autoridade monetária norte-americana iria socorrer todas as instituições financeiras afetadas pelo estouro da bolha especulativa no mercado imobiliário.” Em, *Origem, causas e impacto da crise financeira global de 2008*, artigo de José Luís Oreiro. <http://www.ecodebate.com.br/2011/09/15/origem-causas-e-impacto-da-crise-financeira-global-de-2008-artigo-de-jose-luis-oreiro/>

²⁵ Em: Francisco de Oliveira. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. Hegemonia às Avessas. São Paulo, Boitempo, 2010.

²⁶ Uma das hipóteses fundamentais deste trabalho sugere que o lulismo, enquanto compreensão do período histórico, representou uma “salto para dentro” das relações sociais neoliberais, e não, o que costuma-se chamar de “salto para frente” em alusão a uma revolução passiva, ou mesmo reformas do neoliberalismo. Segundo esta hipótese, a afluência social da era Lula não configura nem reforma e muito menos revolução passiva, como argumentam Alvaro Bianchi e Ruy Braga em *Hegemonia e crise: noções básicas para entender a situação brasileira*. Blogconvergência.org, 2015. Disponível em: <http://blogconvergencia.org/?p=3749>, op, cit.

brasileira iniciada nos anos 1990²⁷.

O lulismo como expressão mais acabada da hegemonia burguesa no Brasil foi, antes de tudo, uma imantação impulsionadora de relações sociais fetichizadas e financeirizadas neoliberais para os mais amplos poros da sociedade brasileira. Foi a pulverização do modelo de desenvolvimento neoliberal²⁸.

Pode-se dizer que o paradigma da formação²⁹ voltou como falsa impressão da superação do atraso e trouxe consigo todo um panteão de falsas expectativas futuras, enrijecendo a paralisia congênita da alma nacional, ao passo em que generalizava e funcionalizava o novo padrão de reprodução capitalista. Entrou como um sistema de auto-ilusão compartilhada que refuga golpes do real à custa de expedientes de acomodação, deixando ilesas as relações e estruturas de poder e transformando o estado de coisas, mesmo quando insustentável, como um remédio-veneno, tal qual sugeriu José Miguel Wisnik³⁰.

Mas, se os períodos precedentes trouxeram, na apreensão de Wisnik, as virtuosidades do futebol, da literatura e da música popular como expressões mais finas e acabadas da contribuição brasileira para a moderna civilização e alimentaram os sonhos de construção da grande Nação, o momento atual nem isso pode oferecer. O paraíso lulista não ofereceu nem Machados, nem Pelés, nem Garrinchas, nem Bossa Nova, ou coisa que o valham. A decadência espiritual parece ter sido o requisito indispensável para entrar no novo expediente de acomodação vendida como agenda de redução da desigualdade de renda, que carrega em seu bojo a expansão do conservadorismo e o aprofundamento da desigualdade social.

Para Marcos Nobre,³¹ o surto criado pelo entusiasmo neodesenvolvimentista

²⁷ “Hoje, o ornitorrinco perdeu a capacidade de escolha de “seleção”, e por isso é uma evolução truncada”. Ver Francisco de Oliveira. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2013. p. 138

²⁸ Esta hipótese da “pulverização das relações sociais neoliberais” será melhor desenvolvida no terceiro capítulo desta dissertação.

²⁹ Segundo Marcos Nobre, o paradigma da formação trata sobre a lenta, porém progressiva, cristalização de instituições sociais que representavam realizações, mesmo que parciais e incompletas, do “moderno brasileiro” – expressas na *Formação da Literatura Brasileira* (1957), de Antonio Candido, e *Formação Econômica do Brasil* (1959) - (numa palavra: o “sistema literário”, para Candido; o “mercado interno”, para Furtado). (NOBRE, 2012).

³⁰ WISNIK, José Miguel. Remédio veneno. 2008. Completar citação.

³¹ Marcos Nobre. *Depois da “formação”: cultura e política da nova modernização*. In. Revista

parecia recriar, pelo sentimento de impotência frente aos novos desafios da realidade, uma tentativa de reposição de uma ausência, que remonta a zona de transparência que marcara o período anterior.

Entretanto, a longa hegemonia do nacional-desenvolvimentismo – e, no seu interior, do paradigma da “formação” em particular – produziu algo como um “carecimento de um projeto de país” exposto em seu conjunto; e o não preenchimento dessa falta não faz senão reforçar a própria lógica do carecimento. Dito em uma frase, no momento em que as condições para a produção de um sucedâneo do nacional-desenvolvimentismo estão inteiramente ausentes, a continuidade da defesa (implícita ou explícita) do paradigma da “formação” cumpre uma função primordialmente ideológica – e retrógrada. (NOBRE, 2012).

Mas, é Francisco de Oliveira que apresenta em dois artigos com 30 anos de intervalo um do outro, o paradigma central da transformação capitalista brasileira, em *A Crítica a Razão Dualista*, de 1972, e o *Ornitorrinco*, de 2003³². O autor, que decretou o fim da oposição formal entre o moderno e o atraso ao defender a primazia da contradição entre Capital-trabalho, é, com certeza, ainda o antídoto intelectual mais fecundo para a nova febre da “razão dualista” acesa em torno do projeto propagandístico neodesenvolvimentista, plasmada na euforia lulista, levada ao enésimo mascaramento propagandístico em períodos eleitorais. Capaz de mobilizar setores importantes da esquerda brasileira, como se verificou na eleição de 2014, com adesão militante³³.

A nova forma de gerir a expansão do capitalismo havia se tornado numa preterida possibilidade de vencer o déficit histórico de desenvolvimento, sem romper e inclusive aprofundando e generalizando o protagonismo econômico e político do atraso. Delírio sustentado por condições objetivas internacionais e locais em auge no segundo mandato de Lula, com o *boom* das commodities e a expansão do mercado interno, que logo se exauriu.

Piauí nº 74, 2012. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-74/tribuna-livre-da-luta-de-classes/depois-da-formacao>

³² OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2013. 152 p.

³³ . A astuta peça de marketing Coração Valente inflamou os ânimos progressistas, inclusive de grande parte de intelectuais, dirigentes de movimentos sociais e sindicais e professores universitários, pintando de vermelho um futuro governo explicitamente mais conservador.

A tese de Francisco de Oliveira, nos termos em que foi formulada tem o mérito de revelar a importância do processo interno de acumulação que não pode ser entendido como simples desenrolar de uma “vaga histórica” no sistema capitalista mundial, ou mesmo, uma consequência irredutível das políticas de expansão imperialista central. Mas, que só pode ser compreendida dentro do processo de longa duração e profundas transformações das bases relacionais do capitalismo brasileiro, e de seus limites dentro da dinâmica capitalista internacional.

Hoje o progresso técnico é incremental... sendo incremental, ele depende fundamentalmente da acumulação científico-tecnológica anterior. Enquanto o progresso técnico da Segunda Revolução Industrial permitia saltar à frente, operando por rupturas sem prévia acumulação técnico-científica, por se tratar de conhecimento difuso e universal, o novo conhecimento técnico-científico está trancado nas patentes, e não está disponível nas prateleiras do supermercado das inovações. E ele é descartável e efêmero... A revolução molecular-digital anula a fronteira entre ciência e tecnologia: as duas são trabalhadas agora num mesmo processo, numa mesma unidade teórico-metodológica. Faz-se ciência fazendo tecnologia e vice-versa. Isso implica que não há produtos tecnológicos disponíveis, à parte, que possam ser utilizados sem a ciência que os produziu. E o inverso: não se pode fazer conhecimento científico sem a tecnologia adequada. (OLIVEIRA, 2013, p. 138-139).

O tiro certo do criativo Francisco Oliveira já demonstrara de antemão os limites objetivos que outra aventura desenvolvimentista estaria sujeita. O *boom* das commodities que fez a farra dos exportadores brasileiros a partir de 2003 atuou como entorpecente no programa de desenvolvimento lulista, pensando ser possível um salto para frente sem as devidas rupturas estruturais.

Soma-se a isto o processo de esterilização da capacidade produtiva promovida pelo mecanismo ardiloso da dívida pública e sua rolagem, que sequestra o potencial de indutor do desenvolvimento do Estado, numa dinâmica intensa de apropriação privada do fundo público através da política de juros. Indicando que a produção expressa no PIB requer outra metade de riqueza social virtual para sua sustentação, que somente se materializa via coerção do Estado (OLIVEIRA, 2007).

É preciso entender a sociedade brasileira a partir dos termos em que ela se materializa, entre o conflito e adequação permanente de interesses internos e externos. Em suma, das condições objetivas e subjetivas. Estabelecer os finos tratos entre o modelo de sociedade, Estado e forma política, regime de acumulação e modelo de desenvolvimento.

Então, quais seriam os termos (conceitos) adequados para desvelar conceitualmente o Brasil contemporâneo? Como a fase de desenvolvimento atual e suas mudanças entram no processo histórico de transformação do capitalismo no Brasil?

Os inúmeros pontos de partida oferecem distintos pontos de chegada, no entanto, a realidade não se cansa de oferecer novos pontos de partida, que desafiam os que se desventuram na tarefa pensar o Brasil, de escovar a contrapelo todo diálogo da grande tradição até as produções atuais – nessa difícil tarefa de condensar em conceitos os pontos de chegada – ou ao menos, indicativos seguros de caminhos epistemológicos com potenciais explicativos.

2.O processo de formação e transformação do capitalismo brasileiro

O moderno como padrão civilizacional (tipo ideal) na periferia não é necessariamente um ser estranho como o “ornitorrinco”, proposto por Francisco de Oliveira. Ele é, antes de tudo, saldo histórico que contraria as intenções e as vontades dos ideais de desenvolvimento que prefiguraram o que se convencionou chamar de modernidade: gera estranheza ao contrariar objetivamente as projeções (modelos) subjetivas pelos quais é, ou foi idealizada, e também mensurada. Muito menos, é uma ideia fora do lugar, aqui se trata da imantação sobredeterminada de diferentes lugares que comportam objetivações próprias. No nosso caso: a modernidade à brasileira ou o capitalismo à brasileira em suas diferentes fases históricas.

Para tal intento, optou-se por dividir o processo de transformação capitalista brasileiro em quatro grandes períodos, marcados subsequentemente por fases menores que os compõe: 1º. O Período Colonial (1500 – 1808/22) compreende a colonização portuguesa; 2º. Período Imperial/República Velha (1808/22 – 1930), compreende a formação do Estado autoritário brasileiro e as premissas de internalização das relações de produção capitalistas; 3º. Período Nacional-Desenvolvimentista (1930 -1984), ampliação do Estado, fundamentação econômica do estado nacional, substituição de importações, maturação do capitalismo autocrático brasileiro dirigido pelo tripé de equilíbrio: Estado, burguesia interna e burguesia externa. Formações da hegemonia burguesa. 4º. A Nova República (1984 em diante). Transformações do modelo de desenvolvimento neoliberal, regime de acumulação e modo de *regulação consorciada*, hegemonia burguesa ampla, defensiva profunda da classe trabalhadora.

O impulso radiante gerado pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa

não teve, em momento algum, homogeneidade em sua propagação mundo afora. Porque, inclusive, aquele impulso radiante partia de um lugar específico, a manter relação específica com o restante do mundo: tratava-se do ponto nevrálgico da ebulição econômica e da política moderna. As próprias incursões de Napoleão Bonaparte pela Europa solapando a aristocracia feudal, apesar de fundamental ao processo, não se deu sem limites e contrarrebatementos. Com sua derrota, mesmo a França passou por expedientes intensos de restauração, só alcançando sua consolidação burguesa no contra-ataque à ebulição proletária seis décadas após a Grande Revolução.

Por ironia da história, a própria fundação do que passou a ser o Estado brasileiro, tem sua origem num movimento de autodefesa frente à marcha napoleônica: a fuga da Coroa Portuguesa para o Brasil. E terá seu desenvolvimento marcado por um modernizar-se restaurando. Florestan Fernandes (1975) irá chamar de *Restauração progressiva* a forma como o Brasil, depois da Independência, combinava o liberalismo para o molde das instituições políticas e do proselitismo dos discursos com a reatualização da base da economia colonial, intensificando a escravidão.

A forma como as diferentes nações foram se integrando ao parâmetro de desenvolvimento da modernidade é rotundo de peculiaridades. Elas, cada uma à sua maneira, tiveram que dar conta de um problema diretamente ligado à expansão mundial do capital e à maneira pela qual o capitalismo se desenvolveria na especificidade de suas fronteiras, a cada uma em específico e no grau de relações contraídas com as demais. Consequentemente, os relativos níveis de autonomia, dependência, subordinação, soberania etc., que faziam comportar num único lugar diferentes estágios da civilização.

Neste sentido, o ponto arquimediano pelo qual a modernidade encontrou o caminho de desenvolvimento está como em uma camisa de força, atado às determinações do capital e suas diferentes formas históricas, adquiridas em seu processo de desenvolvimento e expansão. Eis o grande elemento da sobredeterminação: a forma capital, que Marx descreve do seguinte modo:

Em todas as formas de sociedade é uma produção específica que determina todas as outras, são as relações engendradas por ela que atribuem a todas as outras o seu lugar e a sua importância. É uma luz universal onde são mergulhadas todas as outras cores e que as modifica no seio de sua particularidade. É um éter particular que

determina o peso específico de toda a existência que aí se manifesta (MARX *apud* LÖWY, 1995³⁴).

A modernidade, tal como ocorreu, não é outra coisa senão o processo de grande conquista mundial das formas sociais capitalistas (a acumulação primitiva, a apropriação de capital, a venda da força de trabalho, o dinheiro, a mercadoria, o mercado internacional, a divisão internacional do trabalho e o valor), que pelas exigências de sua própria reprodução é sempre modernidade deficitária: é a defasagem que se reatualiza interminavelmente, inclusive quando nega a si própria. Não foi o padrão civilizacional ocidental que venceu, mas a forma específica pela qual ele se reproduz: o trabalho abstrato. Com uma capacidade intensa de incorporação e ajustamento das mais distintas formações societárias, desde as especificidades estruturais e superestruturais, o trabalho abstrato reina absoluto nos mais distintos regimes de acumulação centrifugando tudo ao mecanismo de concentração e centralização de capitais operado pelo capitalismo monopolista internacional, com sede nas economias centrais, sob o domínio da centrífuga financeira.

É dentro do desenvolvimento do capitalismo internacional que se dá a expansão dessa grandiosa colcha de retalhos chamada modernidade histórica. Como um *locus* sempre a reivindicar um ajustamento ideal do progresso, mas que só se materializa pela constante atualização do déficit histórico, e pela negação da positividade moderna: o chamado desenvolvimento civilizacional e seus protótipos de emancipação, prerrogativas dos grandes ideais do Iluminismo.

Mas a dialética da modernidade capitalista para subsistir precisa tornar-se um conflito permanente. Como sua miragem é para o futuro (do pretérito) ideal, seus esforços estão direcionados para combater aquilo que hipoteticamente (hipocritamente) lhe cerceia a realização perfeita: o combate ao atraso (a forma de ser do não-moderno). Sendo o próprio atraso o seu componente inexorável.

O atraso, em que pese a conceituação ideal, tem lugar, tem forma política, tem componente étnico/religioso etc. E, é considerado tão mais atrasado, quanto mais se afasta do que é ocidente, moderno, civilizado, desenvolvido... ou mesmo, quanto mais lhe é arredo, insubmisso. O atraso é essencialmente dramático. A excelência moderna é

³⁴ Karl Marx. *Contribution à la critique de l'économie politique*. Paris, Editions Sociales, 1977, p. 172. In: Michel Löwy. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Artigo publicado na revista *Actuel Marx*, 18, 1995. Tradução de Henrique Carneiro.

tão insuportável porque ela não só mantém o atraso praticando a exploração, a dominação bárbara e a interdição do desenvolvimento na periferia, como ainda por cima, representa sua própria realidade brutal (exploradora, dominadora, desigual, autoritária...) na feição de sua antítese: liberdade, igualdade, democracia... Um cinismo em estado puro. Um anjo da história benjaminiano.

Quando Francisco de Oliveira decretou o nexos dialético entre o moderno e o atraso, para descrever a especificidade do país, ele estava prescrevendo, talvez sem querer, um parâmetro válido pra compreender o movimento societário mundial. Não se pode deixar de se impressionar pela amplitude e ousadia da sua visão. Perfazendo de alguma maneira a teoria do desigual e combinado, brasileiroamente falando, Oliveira fotografava o moderno em si.

O paradigma da modernização sugere a questão do desenvolvimento capitalista como indutor do desenvolvimento civilizacional, mas, antes disso, engendra um padrão de autocompreensão. No entanto, a modernidade periférica talvez seja a que ofereça apenas as formas do padrão civilizacional adequadas ao tipo de capitalismo dependente e retardatário que o movimento das classes e a consequente correlação de forças permite.

Os ideais iluministas de emancipação da humanidade, com um padrão civilizacional geral, não encontraram – pela evolução e expansão das relações de produção capitalista, com o predomínio do trabalho abstrato – o fio condutor da solidariedade e cooperação entre nações e povos, muito menos o internacionalismo político da classe trabalhadora. Nem se quer padrões mínimos de civilidade democrática. Fatores culturais, religiosos e políticos se entrecortam de forma difusa e divergente. Na periferia do sistema, a modernidade se realiza à revelia do sonho iluminista. O boicote é a regra e a burla é o vício. O nascimento e o desenvolvimento dos setores operários no Brasil, por exemplo, correspondem historicamente ao descenso mundial do breve internacionalismo operário, que teve seu ponto alto na guerra civil Russa no pós-revolução de Outubro de 1917. Aqui, o moderno operariado não gozou, nem sequer, de um padrão suficientemente mínimo do salto humanitário da emancipação política. O boicote e a burla foram prerrogativas vitoriosas.

O atraso e a precariedade na periferia são a expressão atual do moderno capitalismo. Um padrão de desenvolvimento que atualmente é iguaria de luxo a ser

exportada para as economias centrais. O pós-crise de 2008 tornou os “padrões civilizacionais” das economias periféricas, o novo elemento a ser incorporado nos centros do capitalismo, como avançadíssima tecnologia de controle social. Tornou-se comum em países ocidentais sujeitos que, comprometidos com a preservação de direitos trabalhistas, chamam atenção para aquilo que eles denominam de *brasilianização*³⁵ do mundo do trabalho. As relações de produção e reprodução social não requerem apenas apuradas tecnologias produtivas, mas, fundamentalmente engenhosas tecnologias político-sociais de controle das classes subalternas, com expedientes de restauração progressiva da precarização do trabalho. Se os controles das tecnologias produtivas são hegemonizados pelos países centrais, os países “emergentes” têm oferecido avançadíssimas tecnologias político-sociais de controle dos trabalhadores, possibilitando, mesmo com baixo desenvolvimento econômico, formidáveis taxas de lucro às burguesias locais, às integradas e as transnacionais. A burla dos grandes ideais da modernidade parece ser a grande virtude na periferia. A inventividade burlesca não é pouca!

Em tempos de crise dos padrões civilizatórios construídos nos centros, o “moderno” torna-se o padrão ideal de reprodução social das periferias.

A revolução burguesa parece nunca se concluir na periferia, no sentido de alcançar os parâmetros civilizacionais dos modelos clássicos. Pelo menos não em termos de desenvolvimento social e político, já que em termos de dominação ela opera. O momento jacobino é evitado a todo custo. Esse passa a ser o expediente pelo qual a transformação capitalista opera na periferia: evitar a emancipação política que houve nos centros. A intervenção política das classes dominantes é um programa de estabilização permanente da contrarrevolução.

A modernidade não se realizou como a objetivação concreta dos grandes ideais do Iluminismo, a modernidade se concretizou pela interdição incontestada da realização do sonho moderno, especialmente para a periferia. A modernidade brasileira é, antes de tudo, um desenvolvimento retardado, refratário, periférico e fragorosamente insuficiente para a imensa maioria dos seus pares.

3. Transição democrática e transformação neoliberal da sociedade brasileira

3.1. Transição conservadora e nova forma política: ensaios de uma regulação consorciada (1984 – 1994).

Também conhecida como a Terceira República, a Nova República, enquanto termo, foi cunhada por Tancredo Neves quando ainda era governador de Minas Gerais, e se lançou a candidato a presidente da República em 1985. Enquanto origem histórica, ela marca a transição da Ditadura Militar para o processo de redemocratização do país. Teve como marcas fundamentais a eleição direta para presidente, concessão de direito a voto para os analfabetos, liberalização das atividades sindicais, legalização dos partidos políticos etc. Atingiu sua fase adulta com a Constituição de 1988 e o processo eleitoral de 1989, mas se consolidou definitivamente depois da crise do Impeachment de Collor em 1992, com a formulação do Plano Real e a eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994.

Inserida num momento histórico internacional de ruptura com o *Welfare State* sob pressão do Consenso de Washington³⁶ e *a pari passu* com uma conjuntura interna de aumento da pobreza e da desigualdade social, a Nova República consolidou-se mediante o forte ascenso das lutas sociais em defesa da cidadania e dos direitos sociais. Ou seja, é na contramão de todas as mudanças que ocorrem na ordem econômica internacional que se deve compreender o início do processo de construção da dinâmica contemporânea brasileira.

Neste dado momento do texto, é salutar perceber que o encantamento criado com a política, no ascenso das lutas sociais na década de 1980, o vasto leque de sujeitos políticos (tanto individuais, como coletivos) gerados, e os seguintes desaguamentos das reivindicações sociais para as esferas políticas e econômicas do Estado, podem ter criado o pano de fundo que interpela a demarcação do “fenômeno do lulismo” como síntese mais acabada da hegemonia burguesa na história do Brasil.

Em termos históricos, a Nova República engendrou um modelo de governabilidade que transitou pelo alto o processo de transição conservadora. Tal modelo de governabilidade caracterizou-se pelo entrave constante de realizações

36 Reunião realizada em novembro de 1989 entre os presidentes eleitos da América Latina e os representantes do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Banco Internacional de Desenvolvimento, que, entre as reformas de cunho neoliberal, prevê a realização de reformas estruturais para a estabilização da economia como as privatizações, a desregulamentação dos mercados, a descentralização e a retomada do desenvolvimento (YAZBEK, 2012)

democráticas estruturais que imantaram a aposta política da geração que lutou contra a Ditadura e pela redemocratização. Teve seu *boom* inicial no movimento pelas Diretas Já, com toda a ascensão de movimentos sociais e sindicais que marcaram aquele período: onde o grande destaque é a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As consecutivas derrotas da classe trabalhadora se deram a partir da morte de Tancredo Neves e se aprofundaram ao longo da configuração de três centros de poder que encabeçaram o processo de transição e a realização da Assembleia Nacional Constituinte: o vetor militar, o então presidente José Sarney e a Aliança Democrática, uma aliança entre PMDB e PFL, também chamada de Centrão.

A “transição democrática” constituiu-se em um marco insuperável na história das torpezas políticas. Políticos serviçais da ditadura atravessaram o Riacho Fundo, para continuarem no poder; um partido que surgira como o grande vitorioso de uma inesquecível campanha cívica, submeteu-se a imposições da ditadura e legitimou-se como herdeiro do trono, em troca de uma “negociação patriótica”: a vanguarda ditatorial recuou para o segundo plano, mandando-se, porém como o garante do sistema “democrático” de poder e da “transição democrática”. Belos discursos selaram esta farsa. Dela resultou a “Nova República” e um governo inviável (FERNANDES, 2014, p. 146)³⁷.

Mesmo com as vitórias parciais dos setores populares no processo constituinte e depois com a derrota na eleição de 1989, a Nova República, com todas as suas contradições, alimentou expectativa política do aperfeiçoamento democrático e à consolidação de suas instituições. Florestan Fernandes (*idem*), desde o início se mostrava muito cético em relação às possibilidades positivas que aquele processo de transição deixaria para os setores populares. Durante o que ele classificou de “fracasso da Constituinte” – pelo asfixiamento das forças de esquerda durante o processo – a grande aposta para as forças populares passara a ser a disputa presidencial. No intuito de reverter pela eleição de um governo popular as reveses da transição. O pleito de 1989 se configurou numa derrota dispersiva para as forças progressistas.

Sobre o ângulo da estabilidade política, a Nova República demarca um período mais ou menos coeso que vai do fim da Ditadura até os dias atuais. Onde alguns sugerem, talvez, a sua maior crise. Para Vladimir Safatle, a

sua governabilidade foi fundada em dois pilares: a cooptação

³⁷ Texto publicado na Folha de S. Paulo, 01/10/1987.

constante de transfugas da ditadura (Sarney, ACM, Jorge Bornhausen etc.) e a gestão da massa fisiológica alimentada pelos cálculos oligárquicos locais. Essa era a forma de “evitar conflitos”, criando uma aparência de estabilidade paga com inércia, violência policial e espasmos de crescimento com alta concentração. (SAFATLE, 2015).

A redemocratização e a Nova República trouxeram em seu bojo duas características fundamentais para se compreender a sociedade brasileira atual: a primeira delas é o legado sociopolítico que marcou sua concretização: imensa desigualdade e o baixo teor democrático; o segundo elemento trata do mito fundador do Brasil contemporâneo: o mito de que vencemos a ditadura. “Ela venceu tão inapelavelmente que nos fez acreditar que a derrotamos” (ARANTES, 2014).

A forma política que emergiu do processo de transição é uma democracia regulada³⁸ (*pemedebismo e consórcio Petucano*³⁹), onde a burla e a blindagem são expedientes constantes das elites contra as forças progressistas e a participação popular.

Se o que definiu politicamente a Era Vargas foi o *populismo autoritário* como marca política do Estado; o *desenvolvimentismo* como plataforma econômica; e o *nacionalismo* como amálgama sociocultural. A Nova República abre o templo da história para outra santíssima trindade: a *regulação consorciada* como forma política do Estado; o *neoliberalismo* (privatização e redução do papel social do Estado) como plataforma econômica e modelo de desenvolvimento; e a *mundialização do capital* como amálgama sociocultural.

O lulismo, objeto de estudo desse trabalho, só pode ser compreendido dentro desse modelo de regulação abrangente da Nova República. Ele será o mais alto padrão hegemônico burguês da formação brasileira.

3.2.Regulação consorciada: a radicalidade econômica no centro político

A partir da ANC de 1987/88 começou a gestar-se no Brasil um sistema político de blindagem contra as forças progressistas da sociedade, capaz de reprimir diferenças

³⁸ No terceiro capítulo se trabalhará com os “fatores da regulação” que marcam o modelo de desenvolvimento neoliberal no Brasil.

³⁹ Marcos Nobre (2012) e Nildo Ouriques (2014) caracterizam respectivamente assim a configuração política determinante na nova república. Enquanto o primeiro assentua o papel exercido pelo PMDB, o segundo procura evidenciar as conformidades entre PT e PSDB. A opção conceitual neste trabalho é pela expressão *regulação consorciada*, pois acredita-se que, assim, pode-se trabalhar melhor com os elementos convergentes e divergentes das três figuras políticas acima, e ainda a relação destes com o sistema político constituído.

internas para constituir unidades forçadas. A primeira grande característica foi a de forçar uma aliança política que eliminasse qualquer espectro de extremismo, que caminhasse o tempo todo para a construção de novas formas de consenso. Evitando assim uma guinada à esquerda, sem a necessidade do uso exclusivo da força para impor a dominação.

O pemedebismo⁴⁰, nome dado por Marcos Nobre⁴¹ (2013), sugere esta neutralização de qualquer possibilidade de reforma estrutural, como um instrumento de manutenção da abissal desigualdade social e política. Para ele, esta nova cultura política torna-se a operação dominante da Nova República; o espírito vivo do sistema político brasileiro. Nobre destaca cinco elementos fundamentais que o caracterizam:

(...)o governismo (estar sempre no governo, seja qual for ele e seja qual for o partido que ele pertença); a produção de supermaiorias legislativas, que se expressam na formação de um enorme bloco de apoio parlamentar ao governo que, pelo menos formalmente deve garantir a “governabilidade”; funcionar segundo um sistema hierarquizado de vetos e de contorno de vetos; fazer todo o possível para impedir a entrada de novos membros, de maneira a tentar preservar e aumentar o espaço conquistado, mantendo pelo menos a correlação de forças existente; bloquear oponentes ainda nos bastidores, evitando em grau máximo o enfrentamento público e aberto (exceto em polarizações artificiais que possam render mais espaço no governo e/ou dividendo eleitoral) (...) (NOBRE, 2013, p. 14).

Criado primeiramente para neutralizar a agenda progressista na elaboração da Constituinte em 1988, e depois para criar o acordo da governabilidade pós-impeachment de Collor, tornou-se a expressão política que marcou a Nova República desde sua primeira crise. Torna-se o diapasão da governabilidade pela formação de um complexo condomínio (coalizão, conciliação) político.

⁴⁰ Mecanismo fundamental de controle do enfrentamento da desigualdade que se estabeleceu a partir dos anos 1980. Estruturou e blindou o sistema político contra as forças sociais da transformação. Sua primeira figuração se dá com o Centrão, bloco suprapartidário que bloqueou as aspirações progressistas durante a Constituinte de 1988. Sua segunda figuração se dá pelo acordo da governabilidade em 1993. Marcos Nobre chama de pemedebismo em homenagem ao PMDB e seu protagonismo. Até a eleição de Lula o PT foi representante por excelência do antipemedebismo. A partir da crise do mensalão em 2005, onde se vendo acossado pelo fantasma do Impeachment, Lula adere a idéia pemedebista de construção de supermaiorias parlamentares.

⁴¹ NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. 1ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2013. 204 p.

O Presidente Lula, neste sentido, teria aperfeiçoado o pemedebismo, dando-lhe um correspondente ministerial, a criação e distribuição de ministérios conforme a ordem de interesses e na condição de acomodação. Assim o Ministério da Agricultura (MAPA) para o Agronegócio, e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para os camponeses e pequenos agricultores etc.

O problema da elaboração de Marcos Nobre é que o sistema político aparece ligado apenas genericamente (conservadorismo e desigualdade) ao modelo de desenvolvimento econômico que se consolidou no Brasil a partir dos anos 1990. Inclusive, a ação política do partido que para Nobre dá nome à “nova cultura política” (PMDB), não é o agente fundamental a pleitear as condições históricas da transformação neoliberal da sociedade brasileira.

Outra grande característica desta *regulação consorciada* que pode ser acrescentado à caracterização de Nobre é a desidratação da forma Partido. Este foi o saldo histórico mais curioso da Nova República. A *regulação consorciada* rearticulou os interesses particulares da sociedade fora da esfera partidária. Ela precisou “desideologizar” os partidos, que passaram a circundar em torno do Centro, que será sua nova substantivação partidária. Esquerda e direita viram adjetivos de enfeite ocasional (PT: centro esquerda, PMDB: centro, PSDB: centro direita, algo assim). O controle dos interesses fundamentais estão nas casamatas do Ministério da Fazenda e na presidência do Banco Central, sempre sob a tutela do grande capital e do rentismo. Já os interesses intermediários foram distribuídos proporcionalmente entre outros ministérios que são mediados pelas bancadas parlamentares e as comissões temáticas, que passam a ser o espaço da política e confrontação/conformação de interesses de classe.

Pode-se dizer também que a *regulação consorciada*, após a entrada do lulopetismo para a esfera governamental, se tornará o pântano fértil que possibilitou o desenvolvimento do conservadorismo e o reascenso do ativismo político de direita⁴². A *regulação consorciada* é uma camisa de força da superestrutura política brasileira que controla e absorve os possíveis deslocamentos e impactos das placas tectônicas da sua base estrutural. Ela é o intestino grosso da pequena política, que por ser grosso, se torna a grande política da vez. É a vanguarda do atraso institucionalizada e bloqueada. A engenharia política mais adequada às determinações dum livre mercado periférico e

⁴² Tratar-se-á desse tema no último ponto do III Capítulo.

dependente. Num regime de acumulação em que tudo está suscetível à lógica da mercadoria, ela não podia deixar de ser também na política a sua expressão mais acabada. O sistema político desde a dinâmica eleitoral está mercantilizado. A *regulação consorciada* transformou a política brasileira numa transação econômica, disponível no mercado, para quem possa pagar, como qualquer outra mercadoria. O grande capital sabe dos seus domínios, e não tem problemas em exercê-lo indiscriminadamente contra a sociedade.

Para sua eficácia, a *regulação consorciada* se adapta constantemente, como enxerto de alguma variante política, que possa expressar algum grau de hegemonia, correspondente a determinado período. Depois de sua consolidação enquanto encorajado superestrutural do modelo de desenvolvimento neoliberal a partir de 1994, ela já assumiu duas variantes de hegemonia: o neoliberalismo tucano até 2002; e o lulismo, a partir de 2002 e mais fortemente depois da crise do mensalão de 2005.

3.3. Transformação neoliberal à brasileira: devastações macro-econômicas (1994 – 2002)

Com o amplo processo de privatização, há uma mudança profunda na forma de composição do capitalismo de Estado. A princípio, a privatização minora a capacidade de intervenção capitalista de Estado, mas esta lacuna é substituída por outro mecanismo que não lhes diminui importância frente à necessidade fundamental inerente a qualquer fração burguesa: a ampliação intensa que o Estado vai adquirir para transferir o fundo público às frações burguesas dominantes através do movimento de torque da dívida pública.

Com a ampliação da dívida pública, no grau de intensidade que ocorreu na era neoliberal, é visível o intenso processo de funcionalização do Estado em função das novas necessidades dos diferentes ramos do capitalismo presentes no país. Assim, o Estado continua oferecendo aportes monetários gratuitos, tanto na forma de isenção tributária e créditos para custeio e investimento (que supõem algum risco), tanto na forma de juros dos títulos públicos (altamente seguros). É esta diferenciação que torna uma economia dependente e periférica intensamente pendida para o rentismo e não para a produção. O salto no setor de serviços frente ao setor produtivo é uma decorrência necessária desta transmutação.

O capitalismo de Estado após o processo de privatização⁴³, ao contrário do que sugere Boito Jr. (2007) continua forte, o fato de ele perder capacidade de indução do setor produtivo, não significa que ele tenha menos força enquanto instrumento capitalista. Logicamente, em sua nova configuração, ele perde a condição de grande condutor do desenvolvimento nacional, pois ao abrir mão do poderoso parque produtivo que lhe dava sustentação, ele intensifica sua dependência com o grande capital bancário e rentista que opera a partir das oscilações das Bolsas de Valores subordinado aos humores das Agências de Classificação de Risco. Mas, seu papel frente à acumulação, concentração e centralização de capital é ainda mais intenso. Há algo de mais capitalismo de Estado do que isso? O fato da média e pequena burguesia estarem excluídas do processo de privatização que marcou a consolidação do neoliberalismo no Brasil não impediu que ela deixasse de encontrar uma válvula lucrativa na compra de títulos públicos. Ou, quem são os cerca de quinze mil “credores” acionistas dos papéis da dívida pública brasileira?

Certamente, a disparidade destes com o grande capital tenderam sempre a aumentar. Mas isto, diga-se de passagem, não é uma característica específica do modelo de desenvolvimento neoliberal, mas do próprio capitalismo monopolista sobre o qual se assenta. O grande mecanismo regularizador desta nova configuração do Estado capitalista brasileiro foi a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada em 2000, estabelecendo limites para os gastos com pessoal para os três poderes em todas as esferas e outros arranjos. Justamente no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, período em que o sistema político brasileiro atingiu o seu grau de maturidade correlata (mesmo em meio a uma crise no governo) com o novo padrão de desenvolvimento neoliberal.

No que concerne ao grande capital privado industrial brasileiro, é importante

⁴³ Segundo Armando Boito Jr. “Menos de 100 grandes grupos econômicos privados apoderaram-se da quase totalidade das empresas estatais que foram a leilão, contando com favorecimentos de todo tipo – subestimação do valor das empresas, possibilidade de utilização das chamadas “moedas podres”, financiamento subsidiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), informações privilegiadas, preferência e ajuda das autoridades governamentais etc. Grandes empresas industriais, como os grupos Votorantin, Gerdau e Vicunha; grandes bancos, como Itaú, Bradesco, Unibanco e o Bozzano-Simonsen; grandes empresas estrangeiras, como as empresas portuguesa e espanhola na área de telefonia, enfim, o grande capital nacional, industrial ou financeiro, e o grande capital estrangeiro, isto é, a cúspide do capitalismo brasileiro apropriou-se da siderurgia, da petroquímica, da indústria de fertilizantes, das empresas de telecomunicação, da administração de rodovias, dos bancos públicos, das ferrovias etc. O resultado foi que a participação das estatais no produto interno bruto (PIB) brasileiro caiu muito ao longo das duas últimas décadas”. (BOITO Jr., 2007).

ressaltar que grande parte de sua perda de “prestígio” na nova dinâmica internacional não é fruto exclusivamente da abertura dos mercados e da desregulamentação financeira, mas dos limites estruturais que este ficou sujeito frente à chamada terceira revolução industrial (tecno-científica ou tecno-informacional)⁴⁴. Este limite estrutural torna a subordinação financeira aceitável e até preterível por amplos setores da burguesia nacional e da classe média tradicional, mesmo que esta última fosse perdendo protagonismo político e também econômico. Dessa forma, não é a abertura dos mercados e a desregulamentação financeira que imprime a subordinação do grande capital industrial nacional ao rentismo mundializado, mas é o descompasso, agora insuperável, com os centros produtivos internacionais que a obriga a aceitar as regras do novo capitalismo globalizado. Aos países periféricos e dependentes, acentua-se a reprimarização e a desindustrialização.

Ainda assim, seria preciso estabelecer os fundamentos sobre qual o neoliberalismo internacional atua. Parece ser um grande equívoco imaginar que em função da potência econômica que o grande capital financeiro adquire a nível mundial, ele possa se sustentar à margem da dinâmica produtiva internacional. Em nenhuma outra época do capitalismo se produziu e se consumiu tantas mercadorias, como no período neoliberal. Em nenhum outro momento o controle sobre a divisão internacional do trabalho esteve tão centralizado e tão bem definido. Portanto, o papel que o consumo assume na reprodução das relações sociais de produção é eminentemente novo.

4.A morfologia da radicalização neoliberal

A hipótese provisória que brevemente se defenderá aqui é de que o neoliberalismo é um movimento de radicalização do capitalismo, mas não coincide com um movimento de extrema direita. No geral, a extrema direita tem dificuldades de lidar com o neoliberalismo. Este foi se deslocando sempre em sentido do centro político, onde o papel de forças oriundas da esquerda passou a ser cada vez mais fundamental. Há um distanciamento contínuo da extrema direita do núcleo central de gestão dos Estados “nacionais” neoliberais.

⁴⁴ O último grande suspiro de alguma aspiração nacional-desenvolvimentista brasileira, frente às profundas transformações que passaram a marcar a década de 1970/80 nos centros desenvolvidos do capitalismo, foi a aprovação, em abril de 1984 da Lei nº 7.232, conhecida como lei da informática.

Neste sentido, é preciso repensar urgentemente a idéia de radicalização no neoliberalismo. Tornou-se usual pensar os radicalismos a partir de seus extremos e não pelo seu núcleo central. Assim sendo, o radical seria uma disfunção patológica do equilíbrio sadio que o centro oferece. Esta morfologia invertida faz crer que sufixos e prefixos são o radical, e não o próprio centro. O modelo de desenvolvimento neoliberal tem logrado sua radicalidade a partir do centro e não pela extrapolação dos extremos. Há pouco de neoliberalismo na extrema direita europeia, por exemplo, o que torna a centro esquerda europeia mais funcional ao neoliberalismo que a própria direita. Da mesma forma, a direita conservadora brasileira, não dá garantias de estabilidade ao neoliberalismo brasileiro, pois tem dificuldades de efetivar formas de consenso abrangentes e eficazes. O modelo de desenvolvimento neoliberal busca invariavelmente a construção da hegemonia, se teve que se impor com algum grau de força em seu início, não foi por aí que encontrou o seu veio de exitação.

Quando se observa a experiência latino-americana, vê-se que a variação à direita do neoliberalismo em seu momento inicial criou sérios problemas para sua reprodução, e em muitos lugares, ele sofreu recuos importantes e até ameaças dos movimentos populares em função de sua pouca eficiência consensual. Para que o padrão de reprodução neoliberal ocorresse de forma eficiente, ele precisou atuar por duas variantes de composição: por aglutinação e por justaposição⁴⁵. É um consórcio político amplo que administra o interesse de um condomínio econômico restrito de grandes capitais concentrados e centralizados, internos e forâneos: o hibridismo da dependência estrutural. Neste contexto é de fundamental importância para o neoliberalismo que a esquerda passe por um processo de derivação regressiva, assim, pode-se manter sob controle, ou até mesmo convertê-los em colaboradores gerenciais os “potenciais” contrarradicais, sejam eles “gregos” ou “latinos”⁴⁶.

Esta discussão sobre a radicalidade do padrão capitalista neoliberal tender a operar sempre a partir do centro político para acomodar e neutralizar os extremismos – o de direita em suas bases e o de esquerda na marginalidade – é fundamentalmente uma

⁴⁵ Para usar os termos da própria morfologia. Aglutinação e justaposição dão uma ideia de como o neoliberalismo desenvolveu ao mesmo tempo um condomínio econômico restrito (frações seletas do grande capital) que hegemoniza a sociedade através de um consórcio político amplo (pacto conservador do sistema político brasileiro).

⁴⁶ Continuando com os termos da morfologia linguística.

questão de economia política. Apesar da utilização de formas de extração de mais-valia absoluta tornar-se um dado permanente da dinâmica de desenvolvimento neoliberal, seu centro centrífugador precisa ser irradiado pela extração ininterrupta da mais-valia relativa. Assim, os expedientes de acumulação por espoliação, tornam-se mais intensivos, mas não podem ser mais radicais. A radicalidade é um pressuposto intransferível da acumulação por exploração. E acumulação por exploração prescinde fundamentalmente de uma forma de regulação política que opera a partir da construção da hegemonia. A forma de regulação política mais acabada foi aquela que conseguiu incorporar no centro de gestão e planejamento político/econômico, amplos setores oriundos da esquerda com vasta atuação política e social nos meios populares.

No caso brasileiro, a profunda derrota do trabalho que se instaurou a partir dos anos 1990 com a transformação neoliberal do Estado e da economia brasileira teve sua consolidação na era Lula pela ação radicalizada da regulação consorciada operada no centro político. Esta regulação que viabiliza a hegemonia burguesa neoliberal lulista (lulismo) operou duas derrotas fundamentais do trabalho frente ao capital: a primeira, diz respeito à estagnação e retração dos direitos sociais do trabalho, que tem como ponto de partida a reforma da previdência em 2004. A segunda derrota trata da profunda desmuscularização das forças sociais do trabalho, e das forças progressistas como um todo, criando um vácuo político propício para o reascenso das forças sociais de extrema direita, acomodadas em torno do pólo eleitoral opositor da centro-direita, polarizada pelo PSDB. Então, como interpretar a afluência social marginal que marcou positivamente a era Lula, outorgando-lhe taxas de aprovação magníficas?

As melhoras pontuais de amplos setores sociais que ocorreram durante este período não podem ser compreendidas como conquistas do trabalho, até porque não foi esta sua pretensão. Inclusive, tais melhoras pontuais contornam, em certa medida, tanto os direitos sociais do trabalho, como o conflito direto entre capital x trabalho. Esta é a grande invenção do lulo-petismo, é o que lhe garante sua estadia no centro gestacional do Estado; é o que lhe torna funcional ao modelo de desenvolvimento neoliberal. Em suma, as melhoras sociais pontuais ocultavam uma profunda intensificação da exploração do trabalho. O arrefecimento parcial do desemprego e da informalização se deu pela generalização do trabalho precarizado. Trabalho precarizado e desorganizado, vulnerável politicamente. O grande engodo ideológico desta formidável derrota do trabalho foi a que se tornou conhecida como “a nova classe média”: um estranho ser

inserido num mundo de trabalho precarizado aspirando padrões de consumo pequeno burgueses.

O grande saldo da radicalização do centro político neoliberal, ou seja, da sua regulação consorciada, é a desidratação intensa das forças sociais do trabalho, ou mesmo das forças progressistas.

Esta regulação consorciada que se está defendendo aqui, não significa a efetivação de uma supraconsciência a priori dos “capitalistas neoliberais”, mas um saldo real da luta intensa travado por estes frente às forças sociais do trabalho e frente às contradições inerentes ao modelo de desenvolvimento capitalista neoliberal.

CAPÍTULO II – A ERA LULA SOB ANÁLISE

1. Debates sobre a Era Lula: em busca de uma significação

O lulismo como forma de compreensão da sociedade brasileira sob a regência do presidente Lula tem início logo a partir do seu segundo ano de mandato. A complexa composição do governo e a desenvoltura do Lula, como se estivesse pairando por sobre as classes sociais, extrapolando carisma e suscitando confiança dos mais diferentes setores, principalmente dos setores populares desorganizados, compondo a nova clientela das políticas sociais assistencialistas, forjaram os primeiros ensaios de interpretação do fenômeno lulista.

A partir da super publicização do escândalo do mensalão em 2005, que vareu do governo Lula I altos quadros do PT, houve uma mudança de rumo no interior do governo. Lula que até então perdera muito tempo contornando os conflitos internos do partido – protagonizados principalmente pelas duas linhas hegemônicas encabeçadas por José Dirceu e Antônio Palocci – via-se impelido para fazer a aliança com o PMDB e entrar com um conjunto de políticas sociais no complexo de alianças que marcavam o pacto de governabilidade: o pemedebismo. Mesmo no período mais aguçado do mensalão, o governo continuava, e a partir de então com muito mais afinco, sua criação política inédita de olhar para os dois extremos sociais: conduzindo a política econômica ortodoxa e elaborando políticas sociais compensatórias para atender a demanda histórica imediata das camadas mais pobres. Lula passa a ser o representante do povão em um sistema político que continua a marginalizá-lo (NOBRE, 2013).

As primeiras tiradas interpretativas apareceram sob o termo de novo populismo, mas logo viu-se que apesar de algumas semelhanças, os parâmetros definidores eram totalmente distintos. Estava-se de frente de uma figura emblemática e com alta estatura histórica, conduzindo uma operação governamental profundamente contraditória e particular, a merecer uma denominação especial, que logo apareceu: lulismo-petismo.

Chico de Oliveira, num texto escrito em julho de 2004, intitulado *O Momento Lenin*, elenca algumas questões fundamentais cujo escopo dá à abordagem do fenômeno

uma tentativa similar de interpretação. Certamente, aquelas questões vieram a orientar toda a discussão que depois passou a compor o fenômeno do Lulismo. Tido por diferentes chaves de leitura do que foi a Era Lula, strapolando inclusive os oito anos de mandato do operário presidente. A primeira delas destinadas diretamente ao próprio governo:

É uma pergunta que se pode fazer ao governo Lula: saiu do labirinto do neoliberalismo?.. Para onde vai o governo Lula?.. Mas qual é a hegemonia e quem são suas lideranças?.. Onde está, pois, o centro de gravidade do governo Lula?.. Mas há hegemonia no sentido gramsciano?.. (OLIVEIRA, 2007. p. 257 à 287).

Fazendo um pente fino nos primeiros dezoito meses de governo Lula, Chico chama as categorias da política gramsciana para apreender o novo fenômeno que se manifestava na comunicação do presidente com as massas, passando por cima das instituições políticas e até mesmo de seu próprio partido, e principalmente nas políticas de funcionalização da pobreza, sob a herança da decomposição das classes, a não representatividade dos partidos e organizações políticas, incluindo os sindicatos e movimentos sociais. Criara-se um conjunto de conexões totalmente distintas para se pensar a política e o governo. Tarefa que não pode ser realizada pela “nova” teoria política em sua vertente liberal dominada pela teoria econômica, numa configuração gravíssima onde a própria política é dominada pela economia (*idem*).

Em certa medida, as configurações iniciais do governo Lula explicitaram sutilmente os sinais de uma crise de hegemonia na sociedade brasileira, pois os setores que desmontaram o “equilíbrio” das estruturas fordistas/desenvolvimentistas ligadas a financeirização e a extroversão da economia aos ditames do mercado internacional não conseguiam aglutinar, nos dois primeiros anos do século XXI, um elemento político expressivo os interesses gerais que conformavam as diferentes frações burguesas. Então que, a primeira grande crise econômica do neoliberalismo brasileiro, decorrida no governo FHC II, desestabilizou por algum tempo o complexo político que se gestara desde a redemocratização e se consolidara a partir de 1994. O sistema político pemedebista passou por uma crise de representação de classe. Uma situação que possibilitou a chegada de um lulo-petismo transformado e com novos compromissos no governo.

Aquele vácuo hegemônico profundo que marcou o fim da era FHC, foi preenchido pelo lulo-petismo, que assentou no Estado uma nova classe de ex-

sindicalistas e gestores dos fundos de pensão a recompor a dinâmica rentista de estrangulamento nacional pela voracidade do mercado. Os fragilizados instrumentos de repreensão das classes populares entre a identificação histórica e aos novos postos na estrutura estatal limpavam o campo para a Contrarreforma da Previdência (sem dúvida, a primeira grande realização do lulismo), e interditaram a pressão progressista com viés de transformação estrutural. De outro lado, as massas precarizadas e pauperizadas foram absorvidas pelo conjunto de políticas sociais assistencialistas, criadas uma após outra.

Entre meados de 2002 e final de 2005, o Brasil sai de uma crise econômica para resolver numa crise política a configuração mais acabada da hegemonia burguesa da história do país. Em certo sentido, e isto não quer dizer que tenha sido premeditado, a “crise do mensalão” serviu para limpar um elemento incômodo que a vitória de Lula trouxera para centro do governo: a tentativa de dominar e comandar o sistema político brasileiro, bem prefigurada nas aspirações do então ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu. Estava pronto o caminho para o desenrolar do maior pacto entre as classes que o modelo de desenvolvimento neoliberal presenciou no Brasil, e talvez no mundo.

A oposição e o descontentamento ao governo ficaram restrito a micro setores da esquerda e à mídia crítica de direita e aos partidos da oposição de direita. Ambos a denunciar por um viés invertido a nova configuração da estrutura estatal e do governo. Enquanto a direita via um aparelhamento do Estado pelo PT, a esquerda denunciava a estatização do partido e dos movimentos sociais e sindicais (*idem*).

Muitas das tentativas de interpretar o período que surgiram pela frente tem na criatividade e originalidade de Francisco de Oliveira a primeira luz propulsora. E foi pela categoria de “hegemonia” que passaram as distintas chaves de análise que melhor abordaram a era Lula. Mas, foi apenas a partir do último biênio do governo Lula II que se intensificou o debate sobre o complexo de transformações que marcaram o primeiro decênio⁴⁷ do Século XXI no Brasil. O resultado parcialmente positivo da agenda social da era Lula atçou os ânimos da teoria social brasileira.

O leque interpretativo varia entre embocaduras mais positivas e outras mais

⁴⁷ Em política, economia, sociologia, história, bem como outras áreas do conhecimento social, a medida do tempo (ano, década e século, por exemplo), não necessariamente corresponde a medida cronológica sob enumeração fixa do calendário. É permitido fazer recortes a partir de demarcações que envolvem continuidades e discontinuidades. É nesse sentido que o recorte primeiro decênio é utilizado nesse texto.

pessimistas sobre o significado inaudito do desenvolvimento capitalista brasileiro na era Lula. Num primeiro grupo, estão, os que entusiasmados com as mudanças que ocorreram na América Latina desde a virada do século – que levou em sequência, uma série de governos progressistas ao poder, apoiados em amplas frações dos setores populares, num movimento claramente questionador da devastação neoliberal que vicejara dramaticamente, na última década do século XX – estes, compreendiam a era lula dentro de um movimento maior de enfrentamento e superação do neoliberalismo no continente, classificando-o como pós-neoliberal. Num segundo grupo, estão os que minimizando o excesso de encantamento e delineando uma conformação crítica do período, não compactuavam nem com um pós-neoliberalismo e nem com o pessimismo radicalizado. E por fim, encontra-se o grupo que manteve-se radicalmente à esquerda do lulismo, tentando abordá-lo pelas contradições mais arraigadas, aterrizando automaticamente no terreno do pessimismo.

Todos os autores selecionados para este trabalho pertencem teoricamente ao campo da esquerda, e perfazem os três grupos citados acima.

É pelas linhas gerais dessas três configurações analíticas que se conformará a elaboração desse capítulo. A escolha dos principais interpretes ficaram por conta do julgamento do autor. Certamente é uma operação limitada, em função da existência de dezenas de estudiosos e produtores sobre o período e o assunto, nas mais diversas áreas do conhecimento acadêmico e político. Destarte, para o tipo de abordagem que se pretende com esse trabalho, as exemplificações parecem serem minimamente suficientes.

2.A análise defensiva da era Lula

O primeiro grupo de autores compreende militantes do PT e defensores da era Lula, como Marilena Chauí em *Uma Nova Classe Trabalhadora*, Emir Sader em *A Construção da Hegemonia Pós-neoliberal* e Marcio Pochmann com *Políticas Públicas e Situação Social na Primeira Década do Século XXI* em cooparticipação no livro: *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*⁴⁸, auferem que o conjunto das transformações ocorridas nesse período, embora reconhecendo a ausência de mudanças estruturais, colocam o Brasil da era Lula num patamar pós-neoliberal. Não o

⁴⁸ SADER, Emir (org). **10 anos de governos pós-neoliberais no brasil: lula e dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLASCO Brasil, 2013.

suficiente, mas o possível, ainda dentro das linhas de menor resistência, no entanto, demarcando claramente a ruptura com o período anterior.

Marilena Chauí (2013) propõe como marco fundamental e também simbólico da saída do modelo neoliberal a decisão política de Lula - manifestada em uma entrevista ao *Jornal Nacional*, logo após ser eleito – de usar o fundo público no polo de financiamento dos bens e serviços públicos, isto é, dos direitos sociais e enfrentar os problemas seculares do país, como a fome, a desigualdade e a miséria⁴⁹. Em oposição temporal e simbólica com o momento de entrada brasileira no neoliberalismo, consumanda no que ela chama de “bolo de noiva”, em alusão ao prédio onde a ex-ministra Zélia Cardoso de Melo, havia comandado em janeiro de 1990 o conjunto de medidas que marcavam o pontapé neoliberal no país.

Mesmo dez anos depois da entrevista de Lula, e num grau considerável de entusiasmo, Chauí vê aí o ponto substancial da passagem para o pós-neoliberalismo: uma nova forma de gestão do fundo público, na qual a bússula é a defesa dos direitos sociais. Ela aponta também, que graças aos programas fundamentais de transferência da renda, inclusão social e erradicação da pobreza, à política econômica de garantia do emprego e elevação do salário-mínimo, a recuperação de parte dos direitos sociais das classes populares (sobretudo alimentação, saúde, educação e moradia), ligado à um processo de desenvolvimento sustentável foi possível empreender uma profunda mudança na composição da sociedade brasileira. Fazendo nascer uma nova classe trabalhadora para além dos efeitos das políticas sociais, mas também dos elementos oriundos do neoliberalismo anterior: de um lado fruto da fragmentação, terceirização e precarização do trabalho; e de outro, composta por segmentos que teriam pertencido à classe média (CHAUÍ, 2013).

Passam ao largo da análise Marilena as contradições fundamentais que se desenvolviam nos fundamentos do modelo de hegemonia política levado a diante por Lula. Mesmo elencando os limites que ainda não haviam sido enfrentados pelo governo, Chauí desliza por um olhar excessivamente positivo sobre o período em análise, não desprezando o papel que a classe trabalhadora teria que assumir para levar a cabo as reformas estruturais que o país necessita, mas apagando o papel da hegemonia lulista na

⁴⁹ Uma prospecção diametralmente contrária ao momento atual, Primeiros cinco meses do governo Dilma II.

fragmentação social, funcionalização da precarização e desorganização da própria classe trabalhadora.

O próximo analista, chegou inclusive, a expressar manifestações de ferocidade⁵⁰, contra sem tetos em 2014, para blindar o legado petista no governo. Emir Sader é com certeza um dos intelectuais mais governistas que logrou uma análise sobre o Brasil da era Lula. Sua interpretação quase beira o entusiasmo da propaganda oficial. Faz a defesa do pós-neoliberalismo como marca específica dos governos Lula-Dilma, justamente pelos elementos centrais de ruptura com o modelo neoliberal vigente nos três governos que os antecederam. Busca uma similaridade forçada com os Kirchners na Argentina, a Frente Ampla no Uruguai, Hugo Chavez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia e de Rafael Correa no Equador, acabando por extrapolar o aspecto positivo da comparação. Traçando três pontos em comum entre eles, que demarcariam tal viragem, ele advoga que estes, ao invés do ajuste fiscal, priorizaram as políticas sociais, bem como os processos de integração regional em detrimento aos tratados de livre-comércio com os Estados Unidos, e fortaleceram o papel do Estado como indutor do crescimento econômico e da distribuição de renda em oposição a centralidade do mercado. No caso específico de Lula e Dilma, seus governos teriam colocado o Brasil na contramão das tendências mundiais recessivas do centro do capitalismo. Tudo isso, apesar da herança maldita⁵¹ legada dos governos anteriores, onde a exclusão da maior parte dos trabalhadores de seus direitos essenciais, faziam que esses deixassem de serem sujeitos de seus direitos (SADER, 2013).

Apesar de não ter a mesma contundência conceitual que Emir Sader na acepção da era lula como período pós-neoliberal, é Marcio Pochmann que entre os governistas, procura demonstrar as evidências concretas mais relevantes e realistas das realizações do lulismo, destacando o conjunto das políticas sociais de pobreza e desigualdade de modo mais equilibrado, e baseado em dados empíricos reais. Em seu ensaio publicado

⁵⁰ Em maio de 2014 durante um protesto marcado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto-MTST em frente ao estádio Itaquerão, ainda em construção, Emir Sader incitou que a torcida do Corinthians fosse pra cima e enxotasse os vira-latas, referindo-se aos manifestantes sem tetos.

⁵¹ Em se falando de maldição da herança, o que está para acontecer no décimo terceiro ano dos governos Lula-Dilma, pode fazer da herança maldita tucana, uma brincadeira de criança. Mais uma vez, a realidade mostrando que seletividade e adesismo político imediato não contribuem para a compreensão dos desdobramentos históricos concretos. Emir Sader, certamente não entrará pra história como grande intelectual brasileiro, mas goza de certo prestígio em relativos setores da academia e na militância governista. É um clássico do petismo.

no mesmo livro que os dois autores anteriores, ele sustenta, a partir de vários números e tabelas comparativas que nos Governos Lula e Dilma, o Brasil tem conseguido, pela primeira vez, combinar maior ampliação da renda por habitante com redução no grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda do trabalho. E que, além disso, o país recuperou a participação do rendimento do trabalho na renda nacional e houve um quadro geral de melhora da situação do exercício do trabalho, com diminuição do desemprego e o crescimento do emprego formal. Por outro lado também se equacionou nesse período vários problemas de vulnerabilidade externa: de devedor passou a ser credor internacional, o que o fez passar ileso pelo movimento especulativo na crise internacional de 2008. Tudo isso, aumentando seu protagonismo internacional, ocupando inclusive papel de liderança política na América Latina e nos organismos internacionais (POCHMANN, 2013).

Ao supor que, o conjunto das transformações ocorridas no período, representam sim uma estratégia de mudança social pós-neoliberal, ele acredita que houve um processo de superação mínima do subdesenvolvimento brasileiro a partir de 2003. Calcado em quatro pressupostos fundamentais: o primeiro, é o abandono da perspectiva neoliberal do superdimensionamento da estabilidade monetária, da abertura produtiva, comercial, tecnológica, bancária e trabalhista, como demiurgos da expansão econômica e dos avanços sociais, e consequentemente, a criação de uma importante convergência política, conduzida pelo governo lula, liderando um novo projeto de desenvolvimento nacional. O segundo, trata-se da forte ênfase dada às políticas sociais, que incidiram sobre a dinâmica econômica nacional, onde os aumentos dos gastos sociais fortaleceu o setor privado na produção de bens e serviços, frente à demanda dos setores sociais tradicionalmente excluídos. Distribuiu-se ampliando os horizontes da economia, fazendo crescer a renda, para distribuí-la menos desigualmente. O terceiro pressuposto, evidencia a maior autonomia na governança interna da política econômica nacional, paralisando a privatização, e reativando o planejamento reorganizador do investimento público e da coordenação das expectativas do setor privado; tendo como resultado o início da transição da macroeconomia da financeirização da riqueza para a macroeconomia do produtivismo. Em quarto lugar então, o reposicionamento brasileiro frente ao estabelecimento da nova geopolítica mundial, invertendo as situações vexaminosas de 1999 e 2002, frente ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Agora o país é credor internacional. E hoje, sob a liderança do Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) o país forma também suas grandes corporações transnacionais (*idem*).

Não ocorre para Pochmann – diante dos expressivos e importantes aportes numéricos que comprovam a evidente melhora social, que tal conjunto de políticas pontuais, no entanto, positivas, operaram no Brasil – que o país estivesse passando por um período de intensa pulverização interna das relações sociais de tipo neoliberal, e não por um rompimento com o neoliberalismo. Essa capilarização das relações neoliberais encontrou na “sensibilidade” social de Lula, em meio uma vaga de crescimento econômico, puxado pelo “ciclo das *commodities*”, a possibilidade concreta de promover um certo nível de afluência social, sem interferir negativamente nos padrões de acumulação do modelo neoliberal de desenvolvimento. Mas pelo contrário, tais medidas ainda impulsionaram o mercado interno, dinamizando ainda mais a valorização do valor, circulando em todos os poros sociais e voltando na forma de sobrevalor aos setores rentistas e monopolistas.

As vezes se ignora que o regime de acumulação neoliberal tenha a capacidade e necessidade de se reproduzir sem a constante criação de terra arrasada. Como se esse modelo de desenvolvimento sobrevivesse pelo simples dinamismo do capital fictício. Embora seu centro dinâmico esteja ligado ao capital portador de juros, o regime de acumulação neoliberal busca o tempo todo o link com o processo produtivo concreto. Daí que ele não precise apenas controlar o mercado, mas também desenvolvê-lo. E não se desenvolve mercado sem políticas de expansão do consumo. O que explica a total compatibilidade das políticas sociais positivas da era Lula com o processo de expansão do modelo de desenvolvimento neoliberal.

Assim que o “ciclo das *commodities*” arrefeceu-se, todo o contrato social, dolorosamente assinado pelas classes trabalhadores, com as classes dominantes, no corpo das leis do Estado brasileiro, ficou em perigo. E, das tão alardeadas virtudes progressistas da era Lula, pode sobrar pouco coisa. O próprio contorno da luta de classes que a hegemonia lulista empreendeu, deixou desarmadas e apáticas amplos setores das classes populares, como nunca antes na história desse país. Agora, diante do processo de retração das condições econômicas que sustentaram o período lulista, percebe-se mais claramente o limite das análises que sustentavam o pós-neoliberalismo no Brasil.

3.A crítica consentida da era Lula

O segundo bloco de abordagens sobre a era Lula será aberto com uma discussão sobre as alterações do modelo de desenvolvimento originado a partir da reconfiguração das frações de classes internas e externas frente ao neoliberalismo. Ao contrário do grupo anterior que entendia um processo de ruptura com o neoliberalismo, este grupo defenderá que a era Lula representa uma variação positiva dentro do modelo neoliberal. Defendem que tal variação positiva, possa em algum momento criar as condições para um processo de ruptura de maior profundidade.

Armando Boito Jr. (2012), em *As bases políticas do neodesenvolvimentismo*, argumenta que a vitória de Lula e a consolidação do seu governo evidenciam uma mudança da direção das frações de classe no interior do bloco no poder, produzindo uma frente com bases políticas distintas daquela que vigorara nos anos de FHC: a frente política neodesenvolvimentista, uma base ampla e heterogênea (policlassista) com importante intervenção do elemento popular, que busca crescimento econômico com alguma transferência de renda mas sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país.

Armando Boito Jr. esta ancorado em um profundo debate que atravessou o processo de transformação capitalista no Brasil, mas principalmente, a produção das ciências sociais brasileiras e as lutas políticas que marcaram os últimos 70 anos: qual o papel da burguesia brasileira frente ao desenvolvimento nacional, e mesmo frente a revolução?

Segundo o autor, essa frente, é dirigida pela grande burguesia interna⁵². Envolve trabalhadores que se encontram excluídos do bloco no poder – baixa classe média, operariado, campesinato e trabalhadores da massa marginal. Mantendo uma relação de tipo populista com essa massa marginal. A frente se constituiu no principal recurso político do qual se valeu a grande burguesia interna para ascender politicamente no interior do bloco no poder. Sua grande realização teria sido – a partir de seu elemento popular expresso em um partido criado pelo movimento sindical e popular, o PT – a retomada da proposta de intervenção do Estado em prol do desenvolvimento capitalista

⁵² Boito Jr. retira o conceito de burguesia interna de Poulantzas: “O conceito de burguesia interna indica a fração da burguesia que ocupa uma “posição intermediária” entre a burguesia compradora, que é uma mera extensão dos interesses imperialistas no interior dos países coloniais e dependentes, e a burguesia nacional, que em alguns movimentos de libertação nacional do século XX chegou a assumir posições anti-imperialistas. Ver Poulantzas (1976)”.(BOITO Jr., 2007).

brasileiro. Ela enfrenta, no processo político nacional, aquilo que ele denomina de campo neoliberal ortodoxo, que é a representação do grande capital financeiro internacional, a fração burguesa brasileira perfeitamente integrada e subordinada a esse capital, setores dos grandes proprietários de terra, e a alta classe média, principalmente aquela alocada no setor privado mas, também, no setor público (*idem*,).

É um tanto complicado de compreender a lógica da divisão das frentes que Armando Boito Jr. sustenta. Por exemplo, durante duas décadas (1980/90) o neoliberalismo não havia propiciado nenhum *boom* do preço das *commodities*⁵³ para o setor agroexportador brasileiro, muito menos tinha desenvolvido o mercado interno, por qual razão o setor dos grandes proprietários de terra estariam compondo a frente neoliberal ortodoxa? Por qual motivo a grande classe média estaria alinhada com o modelo neoliberal ortodoxo, visto que em todos os lugares que ele ocorre há uma perda de poder político e econômico desse setor frente a expansão volumosa do 01% do topo social? Por estas e outras a topificação de classes de Boito Jr. fica meio porosa. Pois ela dá a entender que esse alinhamento se fundamenta pelo interesse de classe. Mas qual o lugar da cultura política nessa composição? Pois há setores importantes da classe trabalhadora que também votam fecham com o polo político comandado pelo PSDB.

A tese sustentada por Boito Jr. compõem, em certa medida, um rol de expectativas positivas, embora críticas e contestatórias, das mudanças ocorridas ao longo dos dois mandatos do ex-presidente Lula e o primeiro biênio do governo Dilma I.

Destaca-se a grande importância do papel do BNDS na demarcação mais ou menos exagerada do que ele denomina de burguesia interna e o campo neoliberal ortodoxo. Destarte, a grande burguesia interna não ganhou sozinha com as políticas econômicas e sociais da era Lula, ela foi constantemente acompanhada por setores da burguesia forânea aqui instalada. Ou o que dizer do lucro recorde das grandes montadoras no país? E as empresas internacionais ligadas ao agronegócio, dominando totalmente o setor de insumos, implementos e máquinas agrícolas, em relação direta com as políticas agrícolas do governo brasileiro, somando lucros recordes na era Lula?

Boito Jr. Faz uma operação no mínimo curiosa para explicar as características do neodesenvolvimentismo. Ele se apoia numa topificação de representação de classe

⁵³ (SINGER, 2012, p. 177).

poulantziana, pelo recorte extra-econômico, e todas as determinações concretas da sustentação intra-econômica desaparecem. As relações de produção que sustentam a suposto êxito neodesenvolvimentista, passam a ser marginais na análise do cientista político. O neodesenvolvimentismo para Boito Jr. não corresponde a internalização e generalização de relações trabalhistas e sociais do padrão societário da ortodoxia neoliberal. No entanto, todas as melhoras sociais se deram no campo da expansão da relação dos sujeitos com o mercado, mediadas pelo Estado, e intermediadas pelo sistema financeiro e bancário com seus complexos de pedágios, tanto nas políticas sociais distributivas, quanto na forma de expansão do mercado de trabalho.

São três os problemas latentes da hipótese de trabalho de Boito Jr.: primeiro, é supor que o neoliberalismo se resume basicamente num conjunto de medidas econômicas cuja escolha é eminentemente política da configuração burguesa dominante. Ou seja, se mudar a configuração política dominante, pode-se alterar o resultado, levando a crer que um conjunto de medidas não-neoliberais também poderiam ser seguidas, mesmo dentro do padrão de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Segundo, é atribuir exagerada centralidade política a tal frente política neodesenvolvimentista, quando na realidade seu campo de atuação autônoma dentro do modelo de desenvolvimento vigente foi apenas pontual. Terceiro, é concluir, que mesmo controverso, o neodesenvolvimentismo lulista pudesse oferecer melhores condições para atuação dos setores populares. O que se revelou um profundo engano. A ela Lula imobilizou praticamente todos os segmentos progressistas da sociedade brasileira que sobreviveram arduamente a década de 1990. E possibilitou a disseminação em escala de elementos conservadores por todos os poros da sociedade. O equívoco de Boito Jr. chega a tal ponto que sua fuga etapista é para o passado e não para o futuro: a reconstrução da condição histórica pré-neoliberal. Como se fosse possível percorrer um caminho não-neoliberal por dentro do capitalismo, sem transendê-lo.

Muito aquém de um programa de desenvolvimento, o neodesenvolvimentismo foi uma engenhosa propaganda do crescimento econômico da época de ouro do capitalismo neoliberal brasileiro. É a embalagem pseudo progressista com que se vendeu o peixe da intensificação dum regime de extração de mais valor. Ela encontra variantes explicativas desde a direita até a esquerda, com intencional assentuação na última. É um componente ideológico da complexa estrutura da conciliação de classes vigente na hegemonia lulista.

Diferentemente de Boito Jr., que faz um recorte político da era Lula para explicar o seu significado econômico, André Singer fará um recorte econômico-eleitoral para explicar o seu sentido político. No entanto, ambos resvalam para uma espécie de defensismo em última instância das realizações do período. Singer, porém é mais cético para definir a era Lula como uma composição neodesenvolvimentista, segundo ele, houve apenas um ensaio neodesenvolvimentista.

Singer, militante do PT e ex-porta-voz do governo Lula (2003-07), faz um balanço crítico do período sem apontar para uma ruptura pessoal-política com o que aqui se chama de lulo-petismo. Com uma escrita acessível e inovadora, Singer torna-se, ao lado de Francisco Oliveira, em um dos principais interpretes da era Lula. Não há como passar pela era Lula sem passar pela obra de André Singer⁵⁴: *Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual ou pacto conservado* (SINGER, 2012). Num diálogo aberto com Chico de Oliveira sobre o caráter da hegemonia lulista, Singer traça um paralelo entre a era Lula e o lulismo com diferentes obras clássicas e momentos históricos, tais como: o bonapartismo na obra *18 Brumário de Luís Bonaparte* de Karl Marx; *Alguns temas da questão meridional* de Antônio Gramsci; e o *New Deal* Americano. Buscando elementos para interpretar o fenômeno brasileiro nas experiências do passado. Mantenha-se – de forma mais contida do que em Francisco Oliveira, o elemento conservador da sociedade brasileira – cujo efeito é atravessar o lulismo por dentro, na forma de um pacto (A Carta aos Brasileiros), André sublinha a adesão do subproletariado ao governo Lula, com forte conotação de simpatia pessoal das massas populares com a figura pessoal do presidente.

Aqui se encontra talvez, a grande diferença entre a forma de abordagem da era Lula entre os três grupos aqui destacados. Enquanto o primeiro grupo aborda o conservadorismo da sociedade brasileira como algo exterior ao lulo-petismo, como um complexo de contradições que limitam a ação do lulo-petismo desde fora; Singer coloca o conservadorismo como um elemento que abarca o fenômeno, mas não o domina por completo, ou seja, foi assumido pelo próprio partido através da alma da Carta aos Brasileiros (agora, sua segunda alma), que se manifesta inclusive na própria característica histórica do subproletariado (*idem*, p. 40).

⁵⁴ SINGER, André Vitor. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

O lugar do conservadorismo brasileiro que se abordará no quarto capítulo deste trabalho, pode-se dizer, que é, ao lado da questão da desigualdade, os dois grandes pontos em questão nas mais diferentes análises que abordam o novo padrão societário brasileiro da era Lula.

Existindo sob o signo da contradição, André Singer assinala que o lulismo tem se pautado por uma agenda que concilia conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança num mesmo movimento. Partindo de tal pressuposto de análise, Singer conclui que, embora mantendo um viés conservador no que tange às mudanças estruturais, o Lulismo representa, ainda assim, um reformismo fraco, que impõe um realinhamento político no campo das forças sociais no Brasil, supondo que essa agenda tivesse uma longa duração e uma atuação progressiva no que tange à redução da desigualdade social.

Cabe destacar então as especificidades que o modelo de desenvolvimento neoliberal acrescenta ou altera na dinâmica de transformação da sociedade brasileira, tanto em sua face conservadora quanto em sua estrutura desigual. Para Singer este é um vínculo frouxo, já que o lulismo, em sua acepção promove uma modificação lenta e gradual, positivamente falando. Um caminho interpretativo distinto do que se pretende defender aqui, pois entende-se que o lulismo aprofunda a desigualdade social e o conservadorismo brasileiro conforme as novas determinações do metabolismo social inerentes ao livre mercado.

Pelo peso da adesão eleitoral em massa, principalmente dos estratos mais pobres da população (questão Setentrional), o lulismo – por combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excruciante no estratagema social, por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se concentra no Norte e Nordeste do país e nas periferias das grandes cidades – não consegue confrontar os interesses do grande capital (SINGER, 2012. p. 15-16). Partindo de dados eleitorais e tentando entrecruza-los com elementos políticos, econômicos e sociais, e num debate explícito com Chico de Oliveira⁵⁵ e sua tese da hegemonia às avessas, procura criar uma visão alternativa ao período Lula, dando a ele um duplo caráter: sob o signo da contradição. Identifica o fenômeno do lulismo a partir das

⁵⁵ OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (ORGs). *Hegemonia às Avessas*. São Paulo, Boitempo, 2010.

políticas de redução da pobreza⁵⁶ implementadas por Lula a partir 2003, e a consequente mudança do perfil econômico da base eleitoral de Lula no pleito presidencial de 2006, onde a camada mais pobre: o subproletariado na acepção de Singer – o qual sempre tivera uma posição eleitoral conservadora – pela primeira vez vota em peso no então presidente. Enquanto que, importantes setores da classe média, que apoiavam Lula anteriormente, migram para a direita. Esse mesmo percentual se repete na eleição de Dilma em 2010, confirmando assim a existência de uma nova agenda na política brasileira.

Para Singer, tal realinhamento político tem por base a redução da pobreza, característica principal dum reformismo fraco, o componente progressivo do ambíguo governo. Assim, estariam em cena uma nova oposição de forças sociais: pobres x ricos, onde o velho confronto político entre classes teria sido empurrado para o fundo do palco. Para o cientista político, a nova agenda poderia durar várias décadas, independente de quem fosse eleito; a agenda redução da pobreza devereria ser mantida.

Nota-se aqui um equívoco grande na argumentação de André Singer, por tentar dar materialidade há uma situação que existe muito mais no discurso lulo-petista do que na realidade em si. Se há alguma nova oposição entre forças sociais, ela não é entre pobres x ricos, e sim entre pobres x classe média tradicional, cujo o elemento de afastamento da base social de apoio do lulismo é muito bem sublinhada por Singer. Os ricos de fato e os pobres em geral se congratulam no governo. A grande inventividade do transformismo lulo-petista foi articular uma funcionalização real das políticas sociais passificadoras do lulismo com o processo interno de acumulação e centralização de capital.

Depois de alinhadas as hipóteses e suposições principais, em meio a exposição de uma série de dados, números e tabelas, André Singer arremata sua análise com a sugestiva conclusão: esse conjunto de mudanças pode ser entendido como um

⁵⁶ Os artifícios linguísticos são mesmo poderosos e podem serem usados encobrir determinada situação. O trato da pobreza no Brasil, é algo no mínimo curioso. A pobreza abarca uma série de questões que imprimem um conjunto de estratificações aos sujeitos que lhes compõem. Existem um conjunto de qualificações que escalona a pobreza: pobreza, pobreza extrema, miséria e miséria absoluta. Neste sentido, quando melhora-se as condições de vida, principalmente onde a pobreza é mais aguda, diz-se que há uma redução da pobreza. Mesmo que, por outro lado, a massa de pessoas consideradas pobres tenha aumentado; houve uma alteração qualitativa e uma outra quantitativa questão. Ainda assim, não entra-se no aspecto relacional da pobreza: se é pobre em relação a quem, ao que e a qual processo? Se a fração social assentada no topo da pirâmide social aumenta sua porcentagem de participação na riqueza nacional, significando que sua relação com as camadas mais empobrecidas lhe é positiva.

reformismo fraco, que, simultaneamente, reproduz e avança as contradições brasileiras (*idem*, p. 185). Logo, o ângulo de classe, que segundo ele estaria sendo levado em conta – diferentemente de outras explicações que tendem a enxergar despolarização e despolitização no período do lulismo – o levou a pensar que o realinhamento provocou uma repolarização e uma repolitização da disputa partidária. Não se pode negar que no aspecto da disputa eleitoral, restrita é possível visualizar um (re)alinhamento homogêneo ao longo da era Lula. O problema a se perguntar, é se esse realinhamento eleitoral provoca alguma substancialidade nos rumos da política geral?

Acreditando nesta hipótese errônea, de que o realinhamento político provocado pelo deslocamento do subproletariado teria sacudido toda superestrutura provocando consequências importantes nas decisões econômicas, Singer cartografa tanto suas posições críticas quanto sua qualificação apreciativa da era Lula. Para o caso do lulismo, não é verdade que nem todas as transformações importantes decorrem da luta de classes como Singer sugere, o processo de empurrar a luta de classes para o fundo do palco é muito mais um problema da análise do que da realidade concreta em si, como bem vai destacar Ruy Braga em sua obra de debate com os Sentidos do Lulismo, que se trabalhará mais afrente.

O professor do Departamento de Ciência Política da USP destaca ainda, que a conjuntura econômica mundial favorável entre 2003 e 2008, não só por apresentar um ciclo de expansão capitalista como por envolver um *boom* de *commodities*, ajudou a produzir o lulismo. No entanto, esse fator importante não é exclusivo, pois, as decisões políticas tomadas foram determinantes: Lula aproveitou a onda de expansão mundial e optou por caminho intermediário ao neoliberalismo da década anterior — que tinha agravado para próximo do insuportável a contradição fundamental brasileira — e ao reformismo forte que fora o programa do PT até as vésperas da campanha de 2002. Destarte, a grande contradição que acompanharia o governo Lula era de que ao promover um reformismo suficientemente fraco para desestimular conflitos, ele estende no tempo a redução da desigualdade nacional, a qual decai de modo muito lento diante do seu tamanho.

Ocorre que, de acordo com o CPS/FGV, entre 2001 e 2009 a renda per capita dos 10% mais pobres aumentou 6,8% ao ano, enquanto a dos 10% mais ricos cresceu apenas 1,5% ao ano. Em virtude disso, para 2009 o Ipedata informava que os 10% mais ricos haviam ficado com 43% da riqueza nacional segundo a renda domiciliar per capita, enquanto a proporção dos 10% mais pobres subira para 1%... Em

outras palavras, os dados revelam que, em matéria de desigualdade, houve um progresso no Brasil durante o governo Lula, mas o quadro continua muito ruim (idem, p. 183-184).

Em defesa de seu argumento o autor faz um recorte nos dados que não leva em conta a especificidade do modelo de desenvolvimento neoliberal, principalmente na periferia do sistema capitalista. A grande característica da era neoliberal foi a acentuação da diferença de renda e controle social da riqueza entre o 1% mais rico e o restante das camadas sociais. O que David Harvey⁵⁷ analisa no processo interno dos EUA pode ser analisado no processo interno brasileiro, que é o avanço econômico e político do 1% mais rico, ou mesmo o 0,1%, e, de como eles controlam tanto o partido Republicano como o Democrata. No caso brasileiro precisaria-se analisar como o topo da elite social alterou seu domínio na renda nacional para identificar se houve ou não uma redução material da desigualdade. O que se procurará fazer no terceiro capítulo dessa dissertação.

Um último autor que optou-se em colocar também nesse grupo, já que é marcado pela crítica à era Lula, mas não é marcado pela radicalidade, é Marcos Nobre, cujo em seu livro: *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*, escrito logo após as manifestações que tomaram conta do país em Junho de 2013, defende uma outra chave de leitura para compreender a permanência da desigualdade e do conservadorismo na sociedade brasileira: a presença de uma cultura política que ele chama de pemedebismo. Segundo ele, apartir do declínio do projeto nacional-desenvolvimentista e da ditadura militar um novo mecanismo pactual começou a operar no controle do sistema político brasileiro: uma cultura política democrática peculiar marcada pelo conservadorismo.

Argumenta também que “os avanços sociais, políticos e econômicos alcançados a partir de meados da década de 1990 resultaram antes de um redimensionamento dessa cultura política do que de seu enfrentamento direto e sistemático”. Para ele, “à medida que foi se firmando um novo modelo de sociedade (nova modernização), social-desenvolvimentista, também foi se formando na base da sociedade uma nova cultura

⁵⁷ “O um por cento de maior renda dos Estados Unidos auferiu menos de 8 por cento da renda nacional em 1980, mas essa parcela euevou-se a 15 por cento por volta de 2000, e, com as reduções de impostos de Bush, provavelmente vai alcançar a marca de 20 por cento à altura de 2005. O 0,1 por cento mais rico elevou sua parcela da renda nacional de 2 para 6 por cento entre 1979 e 1998. Essa elite abastada de chefes-executivos e financistas exerce uma influência extremamente desproporcional sobre o processo político (HARVEY, 2004, p. 183).

política que lhe corresponde, enquanto o sistema político permaneceu dominado pelo pemedebismo” (NOBRE, 2013, p. 146).

O resultado desse movimento de mais de três décadas trouxe com ele uma normalização do pemedebismo, com sua blindagem característica do sistema político contra a sociedade. Mas trouxe igualmente a incompatibilidade entre a nova cultura política correspondente ao social-desenvolvimentismo e a cultura política pemedebista (*idem*,).

Diferentemente de André Singer, Nobre entende que tanto o “neoliberalismo” do período FHC quanto o que se chama de “lulismo”, são figuras do pemedebismo, foram formas de contorná-lo sem enfrentá-lo abertamente. Por isso, são configurações mais avançadas dessa cultura política inerentemente conservadora, pois expressam instantes de construção do social-desenvolvimentismo que se cristalizou a partir do segundo mandato de Lula. Como esse processo se deu acoplado ao pemedebismo, a própria cultura do sistema político brasileiro foi se tornando aceitável, até que explodiram as Revoltas de Junho de 2013. Para Nobre, “não é aceitável barganhar menos desigualdade pela aceitação de uma cultura política democrática de baixo teor democrático” (*idem*, p. 148).

Dessa forma, Nobre sugere que a entrada do governo Lula no pemedebismo (a longa ocupação pela esquerda) criou um pemedebismo normalizado que contraria constantemente a base social-desenvolvimentista, cujo PT é o grande síndico desse condomínio que se tornou o sistema político brasileiro. Se os avanços sociais na era Lula cristalizaram a longa transição do nacional-desenvolvimentismo para o social-desenvolvimentismo, o pemedebismo ainda é um entrave a ser superado da aceitação resignada das bases sociais. As Revoltas de Junho de 2013 foram para Nobre representação concreta deste “basta!” da sociedade.

Nobre tem o mérito de identificar no pemedebismo um sistema político alçado sobre dois polos, capaz de absorver situação e oposição e incorporá-las como partes constitutivas do mesmo sistema. No entanto, ele deixa passar batido o grau de imbricamento do sistema político brasileiro com as bases econômica/sociais que determinam o desenvolvimento da desigualdade. Da mesma forma, não estabelece uma relação concreta entre a forma atual do sistema político brasileiro e as bases populares orgânicas a este modelo. O pemedebismo, para Nobre, é quase um nódulo cancerígeno que tomou conta do sistema político brasileiro, passível de ser removido com uma operação cirúrgica apurada. Como sugestões de enfrentamento ao pemedebismo (p. 155-

156), Nobre oferece um festival de suposições ingênuas. Parece não ocorrer para Nobre que a desigualdade é uma relação concreta na infraestrutura da sociedade brasileira, cujo o conservadorismo é seu fator ideológico de reprodução.

A grande transformação que a “nova modernização” operou no seio da sociedade brasileira não foi uma ruptura entre uma cultura social-desenvolvimentista e uma cultura política conservadora, mas foi justamente, o processo pelo qual o padrão reprodução capitalista neoliberal (que não tem nada de social-desenvolvimentista) internalizou-se e generalizou-se em todos os poros, cujo os diferentes processos tiveram na forma política do sistema político o operacionalizador fundamental. No fundo, Nobre revela uma consciência política que tem se tornado senso comum na esquerda brasileira, inclusive na gramsciana: a fábrica e suas transformações (o espaço de trabalho como um todo) não lhes interessam mais nem para a análise social, nem para construção da contra-hegemonia. A complexa conjuntura histórica adversa se resolverá apenas com passeatas nas ruas e rearranjos na institucionalidade.

4.A crítica radical da era Lula

E por fim, quatro autores que sugerem uma linha interpretativa da era Lula um tanto mais crítica, sem nenhuma forma de adesão nas entre linhas. Francisco de Oliveira (2010) em *Hegemonia às avessas e o Averso do avesso*; Ruy Braga (2012) em *A política do precariado: do populismo a hegemonia lulista*; e Reinaldo Gonçalves (2013) em *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*.

Francisco de Oliveira (2010) com o seu *Hegemonia às avessas e o Averso do avesso*, parte de uma tirada provocativa para compreender a era Lula. É certamente um dos críticos mais duros do lulismo. Mesmo fazendo a análise no auge da aprovação política do presidente Lula, Chico dispara impiedosamente: “o lulismo é uma regressão política, a vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda”. Segundo ele, Lula só fizera “aumentar a autonomia do capital, retirando das classes trabalhadoras e da política qualquer possibilidade de diminuir a desigualdade social e aumentar a participação democrática”. O avesso, para Chico seria a negação da política que é substituída pela administração das políticas sociais. O caminho tomado por Lula no governo era claramente contrário ao mandato que ele recebera nas urnas (2010, p. 269-376).

Daí a indignação de Oliveira com o mandatário petista. Não se esperava um

governo revolucionário, mas um governo reformista, que promovesse avanços na socialização da política, uma intensa redistribuição de renda e uma reforma política que desse fim ao patrimonialismo. Para ele, Lula parece ter percorrido o caminho contrário. A provocação tinha o intuito de trazer a luz os fundamentos econômicos, políticos e culturais que alçara para a crista da onda internacional uma forma inédita de dominação social: a hegemonia às avessas, que se realizara através de vitórias políticas e morais “dos de baixo” para garantir dialéticamente o interesse “dos de cima”.

Nos termos de Marx e Engels, da equação “força + consentimento” que forma a hegemonia desaparece o elemento “força”. E o consentimento se transforma em seu avesso: não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominantes – os capitalistas e o capital, explicita-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a direção moral não questione a forma da exploração capitalista. É uma revolução epistemológica para a qual ainda não dispomos de ferramenta teórica adequada. Nossa herança marxista-gramsciana pode ser o ponto de partida, mas já não é o ponto de chegada (idem, 27).

Oliveira não concordava com o argumento que o programa Bolsa Família e as políticas de transferência de renda teriam sido uma forma de colocar a grande massa de pobres na política – tese que seria contestada por André Singer posteriormente como vimos acima –, para ele, se tratava de uma exclusão em massa da política. Ao sequestrar os movimentos sociais e a organização da sociedade civil, ao assentar as forças sociais antagônicas no aparato do Estado, Lula completara a obra de FHC nos anos 1990 que destruía os músculos do Estado para implementar o projeto privatista; destruindo agora os músculos da sociedade, para destruir a cultura política democrática do país, criadas na grande “era da invenção” nos anos 1970-1980.

É dessa forma truncada que Francisco Oliveira esboça um primeiro desenho do que seria a hegemonia lulista: a manutenção e aprofundamento de um modelo de exploração que neutraliza pela ação do *condottiere* e do mito a função da política; jogando regressivamente com o conservadorismo e a desigualdade.

Em um profundo diálogo com Oliveira e numa contraposição frontal a tese de André Singer, Ruy Braga (2012) parte da ação política ao longo da história de uma fração de classe do proletariado para definir o terreno movediço em que a hegemonia lulista estava assentada. O precariado⁵⁸, esta fração do proletariado brasileiro em

⁵⁸ “Vale observar que nossa noção de precariado distingue-se da noção de subproletariado por duas

condições sociais capitalistas periféricas, apesar de manter-se em um alinhamento eleitoral com o lulismo, diferentemente do subproletariado de André Singer, do qual em boa parte é composto, não tem na participação eleitoral a dimensão mais importante de sua prática política. Braga chega a essa conclusão a partir da análise histórica (revisita etnográfica) do setor mais precarizado do trabalho no Brasil e do estudo de caso dos teleoperadores da indústria de *call center*, cujas movimentações no segundo mandato de Lula e no primeiro governo de Dilma, evidenciou o reaparecimento daquela pulsão plebéia que teve origem na segunda metade da década de 1970⁵⁹ em sua relação com a burocracia sindical do operariado do ABCD⁶⁰. Encontrando no consenso passivo sobre esse terreno movido que é a política do precariado a arqueologia da hegemonia lulista. O que para Chico de Oliveira estava no final dos anos 1990 quando os sindicalistas cutistas começaram a influenciar o controle dos fundos de pensão das empresas estatais; para Singer estava na “Carta ao Povo Brasileiro” em que o PT e Lula garantiram a segurança dos operadores financeiros; para Ruy Braga estava na “era das invenções”.

Fazendo uso das categorias gramscianas, Ruy Braga argumenta a hegemonia lulista da seguinte forma:

O lulismo representa uma “revolução passiva à brasileira” apoiada na unidade entre duas formas de consentimento popular: por um lado, o *consentimento passivo* das classes subalternas que, atraídas pelas políticas públicas redistributivas e pelos modestos ganhos salariais advindos do crescimento econômico, aderiram momentaneamente ao programa governista; por outro, o *consentimento ativo* das direções sindicais, seduzidas por posições no aparato estatal, além das incontáveis vantagens materiais proporcionadas pelo controle dos fundos de pensão (BRAGA, 2012, p. 181).

Enquanto André Singer, em sua análise do lulismo, coloca a luta de classes no fundo do palco, Ruy Braga, sem ignorar o consenso passivo, mas demarcando sua instabilidade, coloca o precariado (a luta de classes) no centro da compreensão da

razões: em termos sociocupacionais, retiramos da noção de precariado aquilo que Marx chamou de população pauperizada – assim como o lumpemproletariado, ou seja, as tais ocupações “inconfessáveis” - ; em termos políticos, não acompanhamos a suposição segundo a qual as camadas menos qualificadas e mais mal pagas entre os assalariados não possuem condições de reivindicação e mobilização coletivas. (Aos nossos olhos, mesmo pauperizada e o lumpemproletariado podem se mobilizar coletivamente) (BRAGA, 2012, p. 26)

⁵⁹ Maiores detalhes em O sorriso dos explorados (BRAGA, 2012, pp. 141-179).

⁶⁰ Siglas que se referem as cidades paulistas: Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema na grande São Paulo. Centro do movimento operário dos anos 1970-1980.

realidade política. As raízes da hegemonia lulista estavam nas relações de organização da classe operária.

O trabalho de Ruy Braga – apoiado na teoria analítica da “divisão do trabalho sociológico” de Michael Burawoy, com sua sociologia pública reflexiva e engajada - divide-se em dois momentos históricos do moderno proletariado precarizado brasileiro, desde sua formação, durante a vigência do populismo, passando pela sua transformação durante o ciclo grevista do final dos anos 1980 até chegar a atual regulação lulista. Com especial destaque, ao que o autor chama de, o papel desempenhado pela política do precariado na transição do fordismo periférico ao pós-fordismo financeirizado (*idem*, p. 30).

O professor de sociologia da USP, também utilizará as categorias da escola francesa regulacionista: modo de regulação, regime de acumulação e modelo de desenvolvimento para definir os contornos estruturais da hegemonia lulista, que segundo ele, se consolida como um modo de regulação, baseado no modelo de desenvolvimento do pós-fordismo periférico financeirizado, em curso no Brasil desde 1994. Como a estrutura de classes no modelo de desenvolvimento capitalista é continuamente instável, ela exige a intervenção de arranjos institucionais para regulá-la. Para Braga o transformismo pelo qual tinham passado o PT, Lula e os movimentos sindicais (principalmente a burocracia sindical da CUT), ao longo dos anos 1990 mostrariam a adequação dos governos Lula para empreender a regulação do regime de acumulação posto.

Ruy Braga não leva em conta a consolidação do sistema político brasileiro durante a Nova República como uma solução institucional de profunda abrangência; então reduz o modo de regulação à hegemonia lulista, ou seja, à ação do lulo-petismo em relação exageradamente circunscrita à regulação das relações no mundo do trabalho. Diferentemente, a hipótese defendida neste trabalho é de que o lulo-petismo é um enxerto regulacionista em um modo de regulação mais abrangente: o complexo sistema político brasileiro erigido ao longo da Nova República. O lulismo (síntese da era Lula) nesse sentido, é o momento da hegemonia e internalização molecularizada do modelo de desenvolvimento neoliberal no Brasil. Argumento que será melhor desenvolvido no terceiro capítulo deste trabalho.

A evidência mais interessante da tese Braga diz respeito a nova composição do

trabalho precarizado sob o atual regime de acumulação pós-fordista periférico: a terceirização empresarial, a privatização neoliberal, e a financeirização do trabalho. Ele analisa a partir de um movimento combinado entre o emprego no *call center* e as políticas públicas produzidas pelo governo Lula sob a conexão dos sindicatos ligados ao governo, que isso, num primeiro momento, gera um alívio na insatisfação dos teleoperados, mas aprofunda o elemento sistemático da nova precarização. Trocando em miúdos: o(a) trabalhador(a) geralmente jovem, não ou semiqualeficado, subremunerado, oriundo de setores informais e sem experiência sindical prévia, ao se formalizar no mercado de trabalho e combinar acesso aos direitos sociais, alguma forma de qualificação profissional e acesso ao consumo através do crédito consignado, estabelece com o governo um nível de simpatia e adesão momentânea, eleitoral. No entanto, o desenrolar dessa dinâmica intensifica os níveis de exploração do trabalho, aumentando a inquietação ao longo do tempo, desaguando em novas formas de manifestação e tomada parcial de consciência. Para Ruy Braga, as inúmeras experiências que comprovam a política prática do precariado, com acensão intensa a partir de 2011 e 2012, mostravam que o consentimento passivo das massas que compunha a hegmonia lulista – da qual o precariado compõem grande parte – tinha limites sérios na própria dinâmica central de constituição do crescimento econômico na era Lula: a expansão do trabalho precarizado, o coração do regime de acumulação capitalista na periferia.

Partindo de um recorte mais prolongado de tempo pela perspectiva das transformações econômicas em suas “questões estruturais e tendências de longo prazo do processo de desenvolvimento econômico do país”, Reinaldo Gonçalves (2013) em *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo de desenvolvimento*, praticamente ignora a existência do lulismo como *lócus* de análise do período. Para ele o recorte que demarca o último estágio de desenvolvimento brasileiro denomina-se Modelo Liberal Periférico⁶¹ (MPL), datado inicialmente de 1995,

⁶¹ “O MPL tem três conjuntos de características marcantes: liberalização, privatização e desregulamentação; subordinação e vulnerabilidade externa estrutural; e dominância do capital financeiro.

O modelo é liberal porque é estruturado a partir da liberalização das relações econômicas internacionais nas esferas comercial, produtiva, tecnológica, e monetário-financeira; da implementação de reformas no âmbito do Estado (em especial na área de previdência social) e da privatização de empresas estatais, que implicam a reconfiguração da intervenção estatal na economia e na sociedade; e de um processo de desregulamentação do mercado de trabalho, que reforça a exploração da força de trabalho.

O modelo é periférico porque é uma forma específica de realização da doutrina neoliberal e da sua política econômica em um país que ocupa posição subalterna no sistema econômico internacional, ao

correspondendo aos dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso e de Lula igualmente, continuando com Dilma. Se for certo que o recorte “lulismo” parte de determinações majoritariamente políticas, enquanto o recorte “MPL” pressupõe premissas fundamentalmente econômicas, é ainda mais exato afirmar que tanto um quanto o outro, tangervizam sobre questões muito próximas – quando não: idênticas.

Tendo com irrefutável as mudanças e melhoras sociais que demarcam o governo Lula, Gonçalves aufere que tais melhoras “nem exigiram e nem passaram por reformas estruturais, que abalariam as estruturas do MPL.” Ao invés disso, elas “aumentaram a legitimidade dos grupos dirigentes no sentido de consolidar e aprofundar o MPL”. Para tal, ele pondera três fatores dos quais decorrem as melhoras sociais: “imperativo da governabilidade; objetivo de perpetuação no poder; e condições internacionais favoráveis (pelo menos até 2008).” (GONÇALVES, 2013, p. 148). Ao promoverem as formas de dominação e acumulação para os grupos dominantes, as políticas distributivas são funcionais para os grupos dirigentes se manterem e perpetuarem-se no poder, o que de forma alguma desconfigura o poder. Produzindo aquilo que Chico de Oliveira chama de “hegemonia às Avessas” (OLIVEIRA, 2007). Gonçalves chama a atenção que mesmo assim “os ganhos sociais não devem ser vistos como elementos do próprio MPL e, sim como resultado de uma lógica política própria.” Pois não há nada no MPL que “implique em efeitos positivos em termos de redução da desigualdade.” No entanto, é de fundamental importância observar que sem “reformas estruturais (reforma tributária, reforma agrária, educação, saúde etc.), as melhoras obtidas podem ser revertidas em decorrência inclusive da conjuntura internacional e do próprio esgotamento do MPL” (GONÇALVES, 2013, p. 150).

O sentido em que desembocam o conjunto de políticas sociais de pobreza e desigualdade, tem um viés claramente conservador para Gonçalves, principalmente quando se projeta sua sustentabilidade, diante da “vulnerabilidade externa estrutural derivada do MPL” que “surge como condicionante da trajetória de distribuição da renda no longo prazo”. Ao contrário do ufanismo latente de Emir Sader e Marcio Pochmann, suas conclusões confirmam uma “tendência de queda da desigualdade de renda no Brasil no Governo Lula”, mas, que se trata de “um fenômeno praticamente generalizado

mesmo tempo em que se caracteriza por significativa vulnerabilidade externa estrutural nas suas relações econômicas internacionais. E, por fim, o modelo tem o capital financeiro e a lógica financeira como dominantes em sua dinâmica macroeconômica.” (FIGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 96), Quadro 3.1.

na América Latina” e que “a redução observada é incipiente,” no geral seguem “uma linha de menor resistência”. Sustenta que a queda da desigualdade foi determinada, de certa forma, pela convergência dos seguintes fatores: “transferências públicas de assistência social; política de salário mínimo; crescimento econômico; expansão do mercado de trabalho; e contexto internacional favorável até 2008.” (*idem*, pp. 162,163). Destarte, mesmo assim não se viu um registro qualquer de mudanças estruturais e que o horizonte que se aproxima cheira aperto, esgotamento e recessão.

Mesmo tratando toda esfera política como um reflexo, quase que direto, do MPL, Gonçalves teve seu pessimismo confirmado pelos desenrolar dos eventos que ocorreram pós sua obra. Curiosamente, ele participou da famosa mobilização do dia 15 de Março de 2015, onde a direita brasileira levou centenas de milhares de manifestantes para ruas pedindo o impeachment da presidenta Dilma, cuja proposta principal também defendeu. O que mostra que mesmo uma análise econômica muito acertada, sem levar em conta os nexos políticos, culturais e ideológicos, podem compor com movimentações políticas catastróficas.

CAPÍTULO III: A ESPECIFICIDADE NEOLIBERAL DA ERA LULA

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar e nessa linguagem emprestada” (Karl Marx, em o 18 Brumário de Luís Bonaparte. Escrito entre dezembro de 1851 a março de 1852).

1. Nexos funcionais na superestrutura política

1.1. Regulação consorciada lulista

Nas abordagens de Marcos Nobre e André Singer, pemedebismo e lulismo são quadrantes diferentes de um mesmo fenômeno, onde o primeiro diz respeito a uma cultura política profunda, compondo uma forma abrangente de regulação; e o segundo é uma reformulação da política, porém de forma compactuada, cujo elemento preponderante é o conservadorismo. Do ponto de vista que se pretende abordar aqui, o lulismo é um saldo especial do enxerto de dois movimentos que até então atuavam em campos diferentes, em oposição: a entrada do lulo-petismo no sistema pemedebista. Uma justaposição de duas variantes da cultura política brasileira que tem como eixo principal para sua ocorrência o profundo transformismo pelo qual passou o PT e sua base social ativa a partir dos anos 1990, quando o grupo de José Dirceu⁶² tomou a frente do partido.

Logicamente, este não é um arranjo simples, pois ele articula uma série de forças conflitantes na sociedade, em certa medida, antagônicas. Mas não é descabido tratar esta composição nestes termos. Trata-se de um consórcio que ao se efetivar enquanto tal,

⁶² Pode até ser exagero creditar toda a transformação petista às figuras de Lula e José Dirceu, no entanto, as duas figuras são emblemáticas no processo de transformismo do Partido dos Trabalhadores.

exerce ativa um pacto sobre a sociedade, delimitando o quanto cada força poderá se mover dentro do “acordo” estabelecido. O problema torna-se mais complexo, porque mesmo o acordo não é diretamente estabelecido pelas partes entre si, em negociação direta. Este acordo é efetivado por uma espécie de procuração consagrada a um mediador. Este papel foi eximamente ocupado por Luiz Inácio Lula da Silva.

Mas, por que se trata de um consórcio e não de um condomínio como defende Marcos Nobre? Porque não há copropriedade. O que há é uma associação instável e temporária nos domínios políticos do Estado, na forma de arranjos institucionais provisórios que garantem a permanência mais ou menos pacífica de forças que se enfrentam na sociedade civil. Como por exemplo, o caso do MDA, que acomoda as frações camponesas no Estado, e o MAPA que acomoda os setores latifundiários e patronais do agronegócio brasileiro. O condomínio é um artifício específico da união estabelecida pelas distintas frações do grande capital atuantes no Brasil, que detêm sobre o Estado e a sociedade uma relação de copropriedade, controlando obviamente a própria política.

Certamente, esta operação exigiu mediações e aproximações mais complexas, que envolvem um nível de padronização da ação política partidária, ou mais propriamente da política de classes. E isto só foi possível com o profundo processo transformista pelo qual passou o PT e sua base social ativa, ao longo dos anos 1990, chegando à idade adulta a partir de 2002. As polarizações explícitas que marcaram a transição democrática, aos poucos foram sendo incorporadas pelo sistema político brasileiro. O componente antisistêmico foi eliminado, ou no mínimo, severamente disciplinado. A forma Partido, como sujeito programático e ideológico desvaneceu sob a égide do modelo de desenvolvimento neoliberal.

Entre a polarização e a desidratação da forma Partido, PT e PSDB formaram um par paradoxal da política brasileira ao longo da Nova República. Com bases sociais muito distintas e programas políticos profundamente conflitantes, após o profundo transformismo do primeiro, a prática política não se configurou mais em diferenças políticas estruturais. Com o PMDB aparentemente ao centro os dois grandes competidores do sistema eleitoral brasileiro perfazem uma gangorra equilibrada, em que ora o pêndulo de força verga mais pra um, ora mais para outro, sem nunca desequilibrar a linha central do brinquedo. É inegável que o operador estrutural desta grande mudança foi a intervenção econômica do grande capital, atuando explicitamente na forma de

financiamento privado dos partidos, como implicitamente pelo controle da “tranquilidade” econômica. A mudança de humor dos mercados, em função do seu descontentamento com qualquer política pode se tornar o inferno astral de qualquer partido ou chefe político.

Grande parte do financiamento privado de campanha é arrematada num mesmo conjunto de empresas, e quando estão no poder a base de apoio parlamentar têm sempre um mesmo grupo assíduo de apoiadores: PMDB, PP, PSD, PR, PSB, e outros menores. O PSDB apresenta um sustentáculo mais fiel com o DEM e PPS. Assim PSDB e PT configuram com o PMDB o centro de equilíbrio do sistema político brasileiro, onde o PT posicionado na centro-esquerda dispõe a seu favor (especialmente na era Lula) do apoio eleitoral de amplos setores das classes mais vulneráveis, além de uma base no movimento social e sindical muito expressiva. Já o PSDB posicionado na centro-direita, conta com o apoio importante de setores majoritários da grande mídia burguesa, setores expressivos do judiciário, além de muita força na classe média tradicional e suas inclinações políticas de extrema direita.

A falseadora⁶³ polarização eleitoral entre PSDB e PT, logrou por muitos anos a identificação de um fenômeno político que ocorreu no Brasil, que muito precocemente Chico de Oliveira (2007) (novamente) havia chamado de era da indeterminação⁶⁴. A consolidação da Nova República, em sua forma política dirigida pelo pemedebismo, e em seu regime de acumulação comandado pelo modelo liberal pós-fordista periférico, sedimentou um vácuo referencial na política para amplos setores da população. A maior parte do povo não consegue se identificar programaticamente no parlamento e muito menos nos partidos.

Segundo Cesar Benjamin, em função do transformismo que ocorrera com o PT, a própria esquerda brasileira perdeu sua referência partidária, diluindo-se no lulismo, um movimento conservador, que ao fim e ao cabo deixou como legado uma sociedade mais conservadora. Reativando o “antigo Centrão, a articulação do fisiologismo e das

⁶³ Não significa que a polarização não seja real, mas ela costuma se pintar em cores exageradamente antagônicas na disputa, quando na prática as diferenças são bem mais residuais.

⁶⁴ OLIVEIRA, Francisco. **Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento**. In. Era da indeterminação. OLIVEIRA, Francisco e RIZEK, Cibele (ORGS.) – São Paulo, Boitempo, 2007.

oligarquias, que agora (2015) controla de novo, com folga, o Congresso Nacional e ameaça engolir de vez todo o poder, num retrocesso que chegou a ser inimaginável depois do fim do regime militar” (BENJAMIN, 2015. p. 6)⁶⁵. Segundo ele,

“Ao longo da história, a esquerda resistiu a diversas tentativas de aniquilação, vindas de fora para dentro. Ao aderir ao lulismo – que abria aos seus quadros generosas oportunidades de ascensão social, fluência material e poder –, ela se deixou sucumbir por um processo inédito, profundamento corrosivo: a dissolução de dentro para fora, pela perda de seus valores fundamentais” (*idem*,).

A sabatinada que Luiz Fachin, indicado para o STF, levou no Senado foi uma demonstração de dois elementos fundamentais que exemplificam a real configuração de como funciona a regulação consorciada da superestrutura política brasileira. Em primeiro lugar, mostra a coesão e força do Sistema Político Brasileiro em sua função de casamata do conservadorismo geral (político, econômico, religioso, cultural, etc); em segundo lugar, demonstra na rendição de Luiz Fachin, a facilidade com que o lulopetismo capitula diante deste consórcio político e do poder econômico quando a entrada ou permanência no governo está em questão. Foram mais de 12 horas, onde o sabatinado teve que renegar publicamente qualquer vestígio contundente de seu suposto progressismo. Fez lembrar a Carta aos Brasileiros, mesmo que a interpelação aqui ocorreu num grau de boçalidade abismal. Luiz Fachin ajoelhou-se. Interessante observar, que a malhação do indicado foi ainda mais funesta nos grandes veículos de comunicação do país, o que demonstra o caráter orgânico e o lastro material do conservadorismo brasileiro.

Por essas e outras, é complicado afirmar que o sistema político brasileiro esteja em crise terminal, apesar das convulsões latentes. As possibilidades progressistas sim estão em crise dentro desse modelo – uma crise que perdura toda a Nova República e se aprofunda cada dia mais – mas, o sistema em si, ainda não se sabe. Isto também mostra que o grande equívoco da esquerda hegemônica foi jogar toda a centralidade da luta política no interior dessa máquina de moer a classe. A grande tragédia pra esquerda em geral, é de que o argumento conservador contra Fachin se baseia no processo histórico de condução política do Partido dos Trabalhadores; não bastou a degeneração política do PT e a desvascularização de toda a luta extraparlamentar levada a diante pelo partido em busca do poder, teve que desidratar todo o arsenal progressista com seu histórico de

⁶⁵ BENJAMIM, Cesar. **É pau, é pedra, é o fim do caminho**. Disponível em: <http://www.contrapontoeditora.com.br/arquivos/artigos/201504302017540.Epauapedra.pdf>

rendição e suas usurpações, para manter-se no governo.

Em suma, a regulação consorciada lulista representa o pacto político que marcou o desenvolvimento e transição do regime de acumulação neoliberal baseado na sobreacumulação pulverizada, com melhoras pontuais; para o neoliberalismo que intensifica e dá fluidez a exploração ao passo que vez por outra ativa expedientes de espoliação, para garantir-se no sistema.

A crise dessa aliança desata uma nova etapa do neoliberalismo brasileiro, uma reestruturação do regime de acumulação e um novo ordenamento do modo de regulação política, mas sem alterar as peças fundamentais. Mantém-se as determinações do poder econômico, as estruturas intactas do sistema político e as formas porosas de conteúdo programático dos partidos, e que a dança da troca de posições, entre direita e esquerda, apareça de maneira muito mais frenética, desde que sejam apenas discursivas. Assim o PSDB vota contra o Ajuste Fiscal, e o PT vota a favor, contrariando suas características políticas históricas, sem que isso seja motivo de espanto para ninguém. Esse rearanjo permanente ainda em andamento é uma tentativa de responder ao esgotamento do “ciclo das commodities” que possibilitou ao lulismo consolidar o ápice da hegemonia burguesa no Brasil, e marcou a primeira década do século XXI. É a tentativa de colocar o Brasil num outro patamar de desenvolvimento das transformações capitalistas neoliberais, cujo setores da esquerda governista denominam de volta ao passado, quando se trata de um salto para o futuro, com a permanente atualização do atraso brasileiro. Sempre mediado por doses latentes de conservadorismo e desigualdade.

Não é a toa que as medidas (carros chefes) da nova agenda político-econômica são o Ajuste Fiscal⁶⁶, o Projeto de Lei das terceirizações⁶⁷ e a Agenda Brasil⁶⁸, “dialeticamente” chamadas pelos setores conservadores de modernizantes. O que faz

⁶⁶ Conjunto de medidas adotadas pela presidenta Dilma Rousseff e delineadas pelo ministro da Fazenda Joaquim Levy. O pacote é aberto e obedece as pressões circunstanciais, por isso, ninguém sabe ainda até onde ele vai. Sua grande ênfase está em diminuir o Estado Social garantido na constituição de 1988, além de passar a conta da crise em curso diretamente para os trabalhadores.

⁶⁷ Projeto de lei que visa desregulamentar a legislação trabalhista e aumentar a terceirização. Está diretamente relacionada com os interesses da burguesia brasileira e alcançou efetividade no Congresso Nacional, principalmente pelo ativismo político do presidente da Câmara Eduardo Cunha – PMDB/RJ.

⁶⁸ Projeto apresentado pelo presidente do Senado Renan Calheiros, representa uma pauta de reivindicações paralela de vários setores da burguesia brasileira ao do Ajuste Fiscal, que é mais direcionado as frações financeiras. É uma tentativa de equilíbrio de forças com o rentismo, e pesa novamente sobre os setores populares e a classe trabalhadora.

parecer, que não se tratar de uma contra-reforma, mas de uma atualização do coeficiente de atraso na modernização brasileira em curso. As medidas de intervenção às avessas de Joaquim Levy⁶⁹, deverão contar com um novo protagonismo dos modelos de blindagem da regulação consorciada e do contornismo (lulismo) da luta de classes. A regulação torna-se propositiva e pragmática, ativando o dispositivo conservador parlamentar em regime de urgência. Votam-se medidas conservadoras a granel. O lulismo aprofunda incursões repressivas e abusa de artifícios propagandísticos para que possa neoliberalizar esquerdizando, e assim continuar imobilizando (ou mantendo numa zona de controle) as bases sociais organizada dos setores populares.

A corrupção é o tema quente da era da regulação consorciada lulista. O consórcio não deixou de inovar significativamente a matéria. O artifício político torna-se um tecido de revestimento que neutraliza qualquer potencial transformador/progresista da democracia de tipo representativa. Por acionar dois níveis fundamentais de corrupção: a corrupção perceptível que ocorre pelo dribble na lei; e a corrupção inerente ao *modus operandi* do próprio regime de acumulação que a democracia representativa brasileira coordena pela regulação. Com a desmuscularização da sociedade civil, nos termos de Chico de Oliveira (2007), a grande política torna-se um alvo fora do alcance de tiro da participação popular. O momento atual extrapola o exemplo. Há uma pulsão subjacente ao nosso modelo de democracia eleitoral, que só se valida pela hegemonia política da economia de mercado.

O dispositivo corruptivo é tão forte que a própria democracia liberal multipartidária – na forma clássica de representar os diferentes interesses dentro da sociedade – foi duramente corrompido pela regulação consorciada assentada no parlamento. As bancadas de interesses são mais fortes que os partidos, e operam os procedimentos políticos diretamente ligados aos grupos financiadores.

1.2.Lulismo e lulo-petismo.

O PT tem dois deslocamentos fundamentais na sua história que dão, em grande medida, o contorno do seu transformismo: o primeiro, é o deslocamento que vai ocorrendo de suas lideranças para a via institucional. Não há uma data definida dessa transformação, ela se origina já nos anos 1980 e se aprofunda nos anos 1990, quando o

⁶⁹ Sobre o desenrolar do programa de ajustes propostos por Levy. <http://www.valor.com.br/empresas/4033758/agenda-triplo-vai-alem-do-ajuste-diz-levy>

partido vai crescendo exponencialmente nos processos eleitorais, ganhando bancadas parlamentares cada vez maiores, prefeituras e governos estaduais.

O segundo deslocamento, acontece a partir de 2002 com a Carta aos Brasileiros, aprofunda-se com a chegada de Lula no Planalto e consolida-se definitivamente com a entrada do lulo-petismo na regulação consorciada do sistema político brasileiro, a partir de 2005, pós escândalo do mensalão, que possibilitará dentro de uma específica conjuntura a deflagração da hegemonia neoliberal lulista: o lulismo. O desgaste de conteúdo não representou perda de popularidade, pelo contrário, entre 2006 e 2012 o PT tinha se tornado um partido muito popular.

Quanto ao conteúdo, se no processo de institucionalização ainda era possível manter as cores de esquerda do partido vivas, no processo de amalgamento conciliatório com o bloco regulacionista ativo, aquelas cores foram paulatinamente se desbotando. Os escândalos de corrupção, os envolvimento com os caprichos do poder, o deslocamento político para o centro e a adoção de políticas conservadoras e de direitas, desfiguraram ainda mais sua posição de esquerda. O PT não é mais um partido de classe, muito embora, ainda pertença ocasionalmente ao campo da esquerda, mesmo tocando políticas de direita. Com o esgotamento do lulismo agudizou-se o antipetismo, principalmente na classe média tradicional, desgastando a popularidade do partido.

Para as distintas frações do grande capital o PT foi excepcionalmente prestativo, e é por isso, que ainda não se sabe o que significaria a expulsão do lulo-petismo do consórcio regulacionista em curso. É inegável o papel de imobilização social que ele cumpre. E, a importância disto para a dinâmica de acumulação é fundamental. Em suma, se é hoje visível um esgotamento da hegemonia neoliberal lulista, onde que “todos ganham”, ainda não está claro quais os impactos teriam a retirada forçada do lulo-petismo do pacto conservador em curso.

O lulismo – como fenômeno hegemônico gerido pelo lulo-petismo, dirigido pelo grande capital e respaldado por políticas sociais compensatórias que lograram a fiança eleitoral e aprovativa das classes subalternas – foi uma forma de adesão simpática à esquerda sem politização. No entanto, opera politicamente ao centro e à direita. Quando fala de si mesmo, mostra-se apenas como reflexo de um espelho invertido. A hegemonia lulista foi a forma política de internalização e generalização molecular do regime de acumulação neoliberal. É preciso fugir da armadilha intelectual que acredita que o

neoliberalismo é uma forma de capitalismo que só se desenvolve em terra arrasada, através de políticas macroeconômicas de privatização e internacionalização. Os circuitos atuais de valorização do valor necessitam da pulverização financeira e material para fazerem fluir os fulcros da acumulação capitalista internacional. O lulismo demonstrou que políticas sociais compensatórias, valorização marginal do salário mínimo, políticas de microcréditos e melhoras pontuais das condições de vida – desde que contornem avanços estruturais, os aumentos de direitos e a “desordem social” – são importantíssimas e funcionais ao capitalismo. Enquanto tiverem direitos e ganhos históricos para se destruir, as políticas sociais que marcaram o lulismo seguem cumprindo papel fundamental de apassivamento social. Além do mais, custam muito pouco ao Estado e ao capital.

Para que o lulo-petismo pudesse ter tido tanto êxito, durante tantos anos em hegemonizar o campo político da esquerda – mesmo se afastando diametralmente da luta de classes e suas bases sociais fundamentais – ele precisou desenvolver um conjunto de fraseologias que condensavam de alguma forma o vasto conjunto de correntes, internas e externas, que conformam o partido. No geral, essa maquiagem sobre si mesmo tem como solo aglutinador os contornos catastróficos da desigualdade brasileira. Desde sua origem enquanto partido, o PT tem tido dificuldades de passar pelos elementos fundamentais de enfrentamento à desigualdade. A desigualdade social no Brasil e seu mecanismo fundamental de reprodução – a apropriação privada dos meios de produção e da representação política – é o ponto arquimediano de toda a expressão social brasileira. E foi sobre ela que o lulo-petismo empreendeu sua mais vigorosa maquiagem.

O PT nasce da luta no contorno do elemento fundamental – a luta contra a desigualdade política absoluta: ditadura – embora que seu processo de organização política estivesse com os pés no centro nervoso da desigualdade social: o trabalho e a luta sindical. Em nenhum momento o PT atravessou o Rubicão, muito pelo contrário, foi se afastando em sentido oposto. Logo, o grande vetor do transformismo interno do petismo: a luta contra a desigualdade não vai apenas se afastando do seu centro irradiador, mas vai conseqüentemente perdendo sua combatividade, ou seja, o seu aspecto de enfrentamento e ruptura. Cada vez mais ela vai introjetando a política de alianças e de conciliação com os “donos do poder”, como o caminho possível para a redução da desigualdade de renda, sem que isto implicasse na desigualdade social, como

se verá mais adiante neste trabalho.

As expressões periféricas da desigualdade social são então, o martelo pelo qual o PT finca todas as estacas propagandistas, mesmo quando sua forma de governar alimenta e aprofunda a desigualdade social. O petismo só pode ser mantido e alimentado pela constante atualização dos aspectos falseadores criados em torno da desigualdade

Como todo aparato ideológico, o petismo está estruturado em elementos coesos e profundos, com elaboração teórica e acadêmica, e elementos superficiais e propagandísticos, desenvolvidas para as argumentações cotidianas e eleitorais.

O manto ideológico petista que marcou a era Lula, foi sem dúvida a bandeira neodesenvolvimentista. O arcabouço neodesenvolvimentista parte do pressuposto da superação de um nível de desigualdade básico: a desigualdade do Brasil em relação às países desenvolvidos, para concomitantemente, produzir as bases sociais da redução da desigualdade interna. Logicamente, a disputa deixa de ser com o grande capital em geral, mas com uma das frações, da suposta divisão entre as frações da grande burguesia: uma voltada para a expansão e desenvolvimento do mercado interno – o capital produtivo/desenvolvimentista, aliado estratégico; contra a outra voltada aos interesses imperialistas – capital financeiro/restista, este sim neoliberal. Uma divisão, diga-se de passagem, muito mal trabalhada e bem seletiva na exemplificação. Para que tivesse êxito e longa duração esse argumento teria que se tornar um projeto de governo para o país, um projeto de desenvolvimento.

Hoje parece óbvio que não chegou a tanto. André Singer chama de ensaio desenvolvimentista⁷⁰. O argumento que se defende nesse trabalho, é que o processo que o Brasil passou na era Lula, trata-se da internalização das relações sociais e produtivas pertinentes ao regime de acumulação neoliberal.

Outro elemento importante para a compreensão do lulo-petismo é de que ele se tornou uma espécie de facção de defesa do governo. Mas, para defender o que muitas vezes era indefensável, além do arcabouço ideológico ele precisa criar um par antitético:

⁷⁰ André Singer em entrevista ao Correio da Cidadania. Publicado em maio de 2015. Disponível em: http://correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10759:manchete130515&catid=34:manchete

a direita golpista, a extrema direita, o fantasma do passado. Um elemento presente na realidade brasileira, no entanto, pela forma que é abordada pelo lulo-petismo, também é falseador. Quando tomou a cena das ruas brasileiras, entre a campanha eleitoral de 2014 e o primeiro semestre do segundo mandato da Dilma II, a direita brasileira ofereceu ao lulo-petismo um escudo de blindagem da ofensiva reacinará encampada pelo próprio governo. O dia 13 e 15 de março de 2015 foram simbólicos⁷¹. Em grande medida, essa briga de facção cria um terreno tranqüilo para os três poderes irem aplicando um arrocho social profundo sobre a classe trabalhadora e irem reavivando num ritmo regressivo a modernização conservadora brasileira.

1.3.O papel da CUT lulo-petista no consórcio regulacionista.

É fundamentalmente urgente e necessário uma crítica social do sindicalismo brasileiro, especialmente da sua maior central sindical da história: a CUT. Evidente, que não são mínimos os problemas desta central, mas é preciso dar a CUT o que é da CUT: acionista fundamental do pacto conservador. Algo que não é estranho ao sindicalismo em geral.

Segundo Anton Pannekoek, o sindicalismo é funcional ao capitalismo.

O desenvolvimento do poder dos sindicatos permite uma normalização do capitalismo, uma certa norma de exploração é universalmente aceita e estabelecida. Uma norma para os salários, que corresponda às exigências vitais mais modestas e tal que os trabalhadores, empurrados pela fome, não sejam conduzidos à revolta, é necessária para que a produção não se faça aos solavancos. Uma norma para os horários de trabalho, não esgotando de todo a vitalidade da classe operária – ainda que as reduções de horários sejam largamente compensadas pela aceleração da cadência e pela intensidade do esforço – é necessária ao capitalismo em si mesmo; é preciso ter em reserva uma classe operária utilizável pela exploração futura. Foi a classe operária que, com as suas lutas contra a

⁷¹ Nos dias 13 e 15 de março de 2015 duas grandes mobilizações foram chamadas em defesa e contra o governo, respectivamente. A manifestação do dia 12 conclamada pela esquerda governista que conta com militantes do PT, da CUT, e movimentos sociais como o MST, reuniu em torno de 100 mil manifestantes em todo o Brasil, levando além da defesa do governo e contra o impeachment, bandeiras como: defesa da Petrobrás, contra a retirada de direitos e o ajuste fiscal, etc. Foi desmotivada pela própria inclinação que o governo fizera à direita após as eleições. A manifestação do dia 15 foi avassaladora em termos numéricos, podendo ter ultrapassado a casa de um milhão de manifestantes em todo o país. Tinham como bandeira, o fora Dilma, fora PT, contra a corrupção, a volta dos militares, etc. Embora muito grande numericamente, não conseguiu articular uma instituição representativa que lhe desse vazão. Nem se quer conseguiu manter uma linha de ligação muito clara com a direita institucional. Contou com apoio adesivo, militante da grande imprensa. Pelas próprias boçalidades internas e pela posição neurótica de alguns grupos de organizadores, já entrou em declínio. Ganhou contorno de facção mesmo. Enfim, foi um momento simbólico de duas facções políticas: a governista e a antipetista (anticomunista).

mesquinhez e estreiteza de espírito da capacidade capitalista, contribuiu para estabelecer as condições de um capitalismo normal. Sem parar, deve bater-se para preservar este precário equilíbrio. Os sindicatos são os instrumentos destas lutas, por isso preenchem uma função indispensável no capitalismo. Alguns patrões menos espertos não compreendem isto, mas os seus chefes políticos, mais avisados, sabem muito bem que os sindicatos são um elemento essencial ao capitalismo, e que, sem esta força reguladora que são os sindicatos operários, o poder capitalista não seria completo. Finalmente, se bem que produzidos pelas lutas dos operários e mantidos vivos pelos seus esforços e sacrifícios, os sindicatos tornaram-se órgãos da sociedade capitalista (PANNEKOEK, ver data)⁷².

Se é verdade que a fase neoliberal do capitalismo representa um aprofundamento regressivo deste, é também verdade que o sindicalismo atuando na normalidade neoliberal corrobore regressivamente. Parece ser este o papel desempenhado pela CUT na atualidade, ou seja: diminuir os patamares do precário equilíbrio desenhado por Pannekoek.

Em meio a um intenso processo de ataque ao trabalho operado nos primeiros seis meses de 2015⁷³, num movimento integrado entre executivo, legislativo e judiciário, cumpre um papel fundamental desempenhado pela CUT: ao se tornar numa correia auxiliar ativa do governo Dilma, passou a operar uma série expedientes contra o trabalho. O trabalho entendido aqui como o campo de conquistas históricas dos trabalhadores. Não pode ser compreendido de outra forma as negociações em função da redução de salários feitas pela maior central sindical brasileira com as entidades

⁷² Anton Pannekoek. *O sindicalismo*. Disponível em: (<http://guy-debord.blogspot.com.br/2009/06/anton-pannekoek-o-sindicalismo.html>).

⁷³ Em resumo Pablo Polese assim as descreve: “Abrangentes, as medidas do “pacote de maldades” englobam os cortes de orçamento [3] estatal em setores ligados ao “social” e a retomada de direitos trabalhistas (por exemplo a MP 664, que limita a pensão por morte, ver [aqui](#) e a MP 665, que mudou as regras do seguro-desemprego, ver [aqui](#)) visando aumentar os lucros das empresas e controlar um setor potencialmente rebelde da classe, deixando-o em situação ainda mais precária e economicamente vulnerável (ver [aqui](#)). Além disso o “pacote de maldades” inclui a mudança na legislação quanto ao trabalho escravo (ver [aqui](#)), a indicação e aprovação na calada da noite (depois de rejeitada a proposta no mesmo dia) da redução da maioria penal (ver [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#)) e outras pequenas, porém significativas pautas de direita que aproveitaram a maré e passaram, com pouco ou nenhum protesto popular. Não por acaso, os dados da *Pesquisa Mensal de Emprego*, do IBGE, apontam 10% de desvalorização real da força de trabalho, de novembro de 2014 a maio de 2015 (ver [aqui](#)). Não bastasse, em início de julho o governo lançou uma Medida provisória autorizando as empresas a reduzir o salário e a jornada de trabalho em até 30%, alegadamente com o objetivo, que não deixa de ser uma ameaça aos trabalhadores, de “reduzir os gastos com seguro-desemprego” e manter a arrecadação de INSS e FGTS ([aqui](#)). Assim, impõe-se uma medida drástica e já se alerta, nas entrelinhas: ou aceitam o arrocho ou serão demitidos. Em resumo, a tempestade perfeita do início de 2015 significou um dos piores trimestres da história dos trabalhadores no Brasil” (POLESE, 2015).

patronais, sob o pretexto de evitar demissões. Talvez em nenhum outro momento histórico o papel da consiliação de classe obteve no Brasil um ativismo tão maiúsculo.

A grande transferência prática que o lulismo traz da tradição sindical para centro de gravidade da regulação consorciada é a negociação. A “negociação” como procedimento para interditar aquilo que não se negocia, e a “negociação” como mecanismo de acomodação de interesses e subordinação da máquina estatal. Para exemplificar a primeira forma recorre-se o caso da reforma da previdência dos servidores públicos feita em 2003 pelo primeiro governo Lula, onde todo o esforço negociante do governo foi usado contra os trabalhadores para lhes retirar direitos, algo muito parecido com o que está acontecendo com o Ajuste Fiscal da Dilma em 2015. O segundo caso é generalizado ao longo do lulismo, e seu ascenso mais contundente se dá ainda antes da posse do Lula em 2002, primeiro com a “Carta aos Brasileiros” e depois com a nomeação de Henrique Meireles feito diretamente dos EUA. A segunda forma de negociação sempre o núcleo duro do poder político e econômico sob a batuta do governo de tal modo subsumido a quem detem verdadeiramente o poder político e econômico na sociedade. Assim, duas coisas permaneceram sendo inegociáveis: o poder político e econômico sempre para quem de fato o detém, e a interdição de qualquer reforma estrutural progressista ou mesmo avanço no nível dos direitos pré-acordadas através da negociação.

Debochadamente, este modelo de negociação é apresentado como a face democrática do governo. Obviamente, trata-se de um simulacro aperfeiçoado das práticas sindicais. Um procedimento generalizado ao longo da história da CUT, que não tem nenhum grande êxito a registrar⁷⁴. Segundo Pablo Polese⁷⁵ (2015) já é perceptível uma resignação da CUT ainda durante o segundo governo FHC, num momento de ataque direto aos trabalhadores com flexibilização, precarização e desemprego massivo, a *pari passu* com o aumento das lutas sociais no campo, uma das maiores centrais sindicais do mundo já operava pela negociação e redução dos confrontos diretos através das greves, com vista a eleição de Lula em 2002.

⁷⁴ O famoso “acordo das montadoras”, a câmara setorial automotiva do período Itamar, experiência de negociação mais bem-sucedida, foi obtido num período em que a CUT ainda mal aceitava aquele tipo de acordo, e ele se deve inteiramente ao Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo, do lado dos trabalhadores do setor automotivo. OLIVEIRA, 2007, p. 260-270.

⁷⁵ Pablo Polese. **Tempestade Perfeita? A oposição de direita e os desafios para a extrema esquerda** 1. Passapalavra.info, 2015. Disponível em: <http://www.passapalavra.info/2015/07/105243>

Tudo isto enquanto a Central Única dos Trabalhadores (CUT), maior central sindical do Brasil, da América Latina e quinta maior do mundo, se consolidava enquanto central pelega que pré-negociava os ajustes salariais em termos benéficos aos patrões e se convertia, junto aos principais sindicatos, em administradores de fundos de pensão. Um dos mais visíveis indicadores do recuo das lutas coletivas dos trabalhadores, a partir dos anos 1990, foi a diminuição do número de greves, refletindo a passagem dos sindicalistas de uma estratégia de conflito para uma de negociação, de um modelo de sindicalismo combativo e classista para outro de sindicalismo de resultados. Se em 1989 ocorreram cerca de 4 mil greves em todo o país, a partir de então as greves viveram um ciclo declinante: 1.228 greves em 1996, 525 em 2000, 298 em 2002 e 299 em 2005 (POLESE, 2015).

Este protótipo bem definido do que viria a se tornar o lulo-petismo, mesmo em uma conjuntura profundamente adversa ao trabalho colocou o interesse dos trabalhadores em último plano. Sob o pretexto de estar agindo sobre questões de importância maior: a vitória eleitoral do campo popular. O que em tese evidencia que a rendição é sempre um foro de escolha política, ou em função de um “bem maior” ou por um “mal menor”.

Além do mais, há o fato de a chegada do PT ao governo federal em 2003 ter resultado no direcionamento dos círculos mais altos da estrutura sindical à gestão de fundos de pensão e a cargos governamentais de alto escalão (inclusive ministérios e secretarias de Estado). Nesse processo vimos a transformação da CUT em correia de transmissão não só do PT (o que já era havia tempos), mas do próprio governo, o que foi complementado por uma modificação na legislação sindical que tirou as centrais sindicais da “informalidade” e incorporou-as, efetivamente, à estrutura sindical. Tudo isto, enfim, numa retroalimentação, influiu e contribuiu para a passagem concomitante tanto da CUT quanto dos governos petistas para o centro, e com a aproximação e simpatia, quase amor, que o PT passou a nutrir pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e sua maioria parlamentar no Congresso, a qual garantia a governabilidade do PT no âmbito institucional (*idem*,).

Ou seja, a CUT, ao lado de outros movimentos sociais passaram a dar o respaldo necessário de funcionalidade dos governos petistas ao grande capital. Neste momento, todas essas forças transformam-se num núcleo específico dentro da regulação consorciada lulista. Como parte ativa deste grande aglomerado político, cuja função é a acomodação dos interesses do grande capital pelo controle exercido sobre as forças sociais, o modelo de desenvolvimento neoliberal dependente e periférico pôde aprofundar seus expedientes de extração de mais-valia relativa naquilo que representa sua forma política mais desenvolvida: a radicalização do capitalismo gerido pelo centro político. Com a acomodação dos extremismos de direita, ao menos enquanto os níveis

de crescimento se mantiveram favoráveis, e a aniquilação da radicalidade da esquerda.

Esse procedimento foi o justificador do pão seco com água servido na porta do governo aos movimentos sociais e sindicais ao longo de toda era Lula. Sempre eficiente, sempre pouco. A inércia combativa em que se tornou a CUT se revela totalmente entre 11 de Julho de 2013 e o primeiro semestre de 2015.

De símbolo democrático do governo à negociação, simulacro da tradição sindical, se tornou a forma dos donos do poder conseguirem tudo o que podem, desde que bem negociado. Diante do empresariado nacional e internacional a negociação representa a subordinação do governo frente a esses setores. No que diz respeito a amplos setores das classes trabalhadores, a negociação é artifício de imobilização.

O recurso à exceção ficou com a pauta Indígena, os trabalhadores das grandes obras, aos moradores da periferia dos grandes centros e aos manifestantes contra a Copa do Mundo. Aí não teve negociação, foi repressão desde o início. Os servidores públicos federais, enfrentam atualmente um ataque direto do governo, onde todo o esforço de negociação parece ser irrelevante.

Dessa forma, como defende André Singer (2012), o grande salto qualitativo que o lulismo ofereceu ao sistema político brasileiro foi justamente empurrar a disputa entre capital x trabalho para o fundo do palco e atrair a multidão de pobres para órbita do Estado pelo fortalecimento das políticas de distribuição contingenciada de renda. Daí seu êxito eleitoral. Mas, não necessariamente se configura numa anteposição entre pobres x ricos como afirma Singer, nem mesmo a luta de classes é empurrada para o fundo do palco, ela é contornada pelo papel ativo da negociação. O equívoco de Singer está em caracterizar o lulismo pela sua expressão imediata, sua apresentação superficial da nova polarização entre ricos x pobres. O fundamento do lulismo, a sua virtude enquanto variação compositiva do regulamento consorciada é seu ardiloso papel de contornar por expedientes de negociação o conflito entre capital x trabalho. Esse movimento é o mais intenso, mais duradouro, mais adequado ao tipo de “desenvolvimento” econômico gerenciado pelo lulismo. É o que lhe caracteriza ainda agora quando o realinhamento eleitoral enaltecido por Singer fora destruído.

2. Duas tentativas de dominação do sistema político pelo lulo-petismo

O auto-projetismo de José Dirceu⁷⁶ subestimou por completo a fortaleza política que a Nova República criou – a regulação consorciada, a camisa de força do sistema político brasileiro. Se a desventura ingênua de Dirceu foi querer alterar e controlar o sistema político, atravessando-o por dentro, misturando-se aos porcos [a Tragédia], a ingenuidade da esquerda lulo-petista foi querer realizar essa manobra por fora, dez anos depois, com o plebiscito da Constituinte [a Farsa]. O primeiro acabou preso e foi achincalhado por aqueles aos quais se misturou; o segundo, ficou no vácuo da própria inconsistência política que tentaram levar a diante. As duas manobras tinham como objetivo salvar o PT no governo, não importando o que isso significasse.

O elemento estratégico fundamental que marcou o primeiro período do governo Lula, entre 2003 e 2005, foi a tentativa de construção de uma governabilidade que driblasse a retranca política estabelecida no governo FHC, ao passo, que no plano econômico mantivesse e aprofundasse a agenda neoliberal em curso. Enquanto Lula operava a conformação dos extremos sociais: neoliberalismo econômico para os de cima, e políticas sociais compensatórias para os de baixo. A articulação político partidária estava nas mãos de José Dirceu, então ministro-chefe da Casa Civil, e homem de ferro da espinha dorsal petista. Para que esse empreendimento de controle do sistema político fosse bem-sucedido, Dirceu pretendia estabelecer uma aliança provisória com o PMDB, e usá-lo como rampa de acesso para o controle petista do sistema político construído na Nova República.

A pretensão ingênua do projeto político de Dirceu, era pensar que ele e o partido, pudessem entrar e sair incólume do pântano lamacento do sistema político brasileiro, para lá na frente, dispor de força suficiente para comandar por conta própria o mesmo sistema político. O fundamento do equívoco, por sua vez, estava em subestimar os nexos intensos e necessários que o regime de acumulação em curso estabelecera com a forma política da Nova República: o modo de regulação consorciada. Este arranjo superestrutural, apesar de indigesto e chinfroso está intimamente ligado às bases sociais da dominação burguesa, que por sua vez, determina pela financeirização do processo eleitoral, quem entra ou não com alguma força no

⁷⁶ É de conhecimento comum que José Dirceu articulava internamente um projeto de longo prazo para o PT no governo. Logicamente, esse projeto lhe projetava como o grande sucessor de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência da república. Mais detalhes ver (NOBRE, 2013. p. 104 – 116).

sistema político. As mesmas bases mantidas e fortalecidas desde o início da era Lula.

Neste ponto, o PT e seus caciques esqueceram completamente o meio pelo qual se fizeram grande partido e galgaram importância na cena política brasileira. Desde a abertura democrática nos anos 1980 foi visível um encantamento paulatinamente maior com a institucionalidade política oficialista. Cada vez mais, as esperanças políticas foram sendo jogadas no processo de galgar postos pelos cargos eletivos. Consequentemente, afastando-se programaticamente das bases sociais.

Não é possível implodir o sistema político por dentro sem arrefecer seus domínios econômicos. Esta é uma operação que tem seu predecessor no modo de produção vigente, transpassando a partir daí a luta parlamentar e eleitoral. O PT, embora tenha começado no trabalho e nas lutas populares, fez um deslocamento da centralidade política para a esfera institucional. Um domínio do qual o PT se afastara para vicejar mais rápido na cena parlamentar. Os desdobramentos daquele episódio demonstraram que as próprias bases econômicas da máquina eleitoral petista, estavam sob controle e vigilância dos setores burgueses, e estes não tinham problema nenhum em fritar a céu aberto seus mais novos colaboradores.

Quando estourou o escândalo do mensalão em junho de 2005, pela boca do mordido deputado Roberto Jefferson, a tragédia do transformismo do PT, se revelara plenamente um caminho sem volta. Ali estava estampado, por A mais B, que a classe trabalhadora tinha sofrido uma derrota histórica, com rebatimentos negativos de longa duração. Mas, também a tradição de luta da esquerda brasileira havia sido profundamente desgastada e desmoralizada. O sistema jurídico-político-midiático tratorou impiedosamente aquele que havia tratorado internamente os princípios combativos de um dos maiores partidos de esquerda do mundo em sua época. José Dirceu sofrera a primeira fritura pública.

Afastado da política oficial, Zé Dirceu se concentrou no ramo dos negócios de “consultoria”, valendo-se do “capital político” que juntara em décadas de proeminente militância. Mas, apesar de ter que passar um período preso, conseguiu juntar, em pouco tempo, uma pequena fortuna, que a grande maioria da classe trabalhadora só juntará se vender a força de trabalho também na eternidade.

O desdobramento político que a partir de então ocorreu foi a efetivação da entrada definitiva do lulo-petismo na regulação consorciada do sistema político

brasileiro. E, aí consolidou a era de ouro da hegemonia burguesa neoliberal no Brasil. Pois, numa conjuntura especial de crescimento econômico e de ciclo virtuoso das commodities, foi capaz de proporcionar a afluência social para ampla maioria da população mais pauperizada. Cabe destacar que essa possibilidade alcançou o limite máximo que a política de conciliação de classes permitiu aos setores populares diante da capitulação definitiva do lulo-petismo. A debacle das commodities encerrou o prestígio lulista.

A tragédia que aquele evento em si evidenciara, ainda iria descontar sua fatura na conta da classe trabalhadora, oferecendo o terrível passado como uma possibilidade real de futuro; cujo desdobramentos ainda estão ocorrendo e por acontecer. Mas, não sem antes, atualizar sua ridícula repetição como farsa.

O resultado foi que diante do desencanto e esgotamento do paraíso lulista, quando uma multidão de descontentes tomaram as ruas do país, em junho de 2013, a presidenta Dilma Rousseff – sem saber ao certo o que fazer – veio em cadeia nacional anunciar cinco pactos para responder aos protestos (fiscal, reforma política, educação, transporte e saúde). Dos quais, só o primeiro está em curso (ajuste fiscal e elevação da taxa de juros), mesmo que a inflação continue aumentando. No entanto, foi no segundo pacto, que a repetição como farsa encontrou guarida: um plebiscito para formação de uma constituinte exclusiva para a reforma política. Propagandisticamente, seu objetivo era tentar repetir o drible que José Dirceu articulava no sistema político, agora por fora dele: pela pressão popular, numa conjuntura altamente desfavorável. Mas, apenas propagandisticamente, porque seu objetivo real era dar um drible nas mobilizações e conformá-las na zona de apassivamento do lulo-petismo consiliatório; e desmobilizar os protestos contra os efeitos deletérios da Copa e ao mesmo tempo, garantir a reeleição de Dilma.

O fracasso da proposta serviu para demonstrar a atualidade da tese de Hegel modificada por Marx: de que “é preciso duas mortes para o fim de uma ideia”. A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa. A campanha da Constituinte Já se tornou uma caricatura atualizada do transformismo aventureiro do PT, representado por José Dirceu.

Talvez, não por ingenuidade da cúpula de articuladores, que por ironia da história contaram com a presença nos bastidores da articulação, do próprio José Dirceu:

enquanto aguardava o mandado de prisão, após ter sido condenado no STF em outubro de 2012. O grupo central que pensou o plebiscito popular para a Constituinte Exclusiva do sistema político, era o mesmo que em novembro de 2012 participou de atos em vários estados em defesa de Dirceu⁷⁷, apresentado naquele momento como herói nacional. A tentativa de reconstrução do personagem heróico José Dirceu, evaporou-se quando o mesmo foi novamente indiciado por suspeita de corrupção na operação Lava Jato. Se no escândalo do “mensalão” sua “improvável” participação poderia ser relevada em função dos fins maiores; a denúncia da Lava Jato de que o mesmo apresentara um enriquecimento pessoal exagerado, dirimia qualquer possibilidade de defesa política de seus atos.

Eis o grande drama do lulopetismo: ver o próprio espírito fenecer duas vezes sob a carcaça perambulante do mesmo corpo vivo. A campanha pela constituinte que chegou a coletar quase oito milhões de assinatura, tornou-se politicamente irrisória quando o atual presidente da Câmara Federal pôs em votação (ainda em tramitação) uma reforma política regressiva.

Aos que ainda a seguem: “deixem que os mortos enterrem seus mortos”!

3. Pulverização do neoliberalismo na era Lula

A grande criação da era Lula para o metabolismo da estrutura social brasileira, não se caracteriza como uma ruptura de época com o período governamental que o antecedeu. Trata-se, pelo contrário, de um aprofundamento em todos os matizes das determinantes sociometabólicas que marcaram o processo histórico de internalização do modelo de desenvolvimento neoliberal e o seu padrão de reprodução sob a lógica privatista e financeirizada, instalada no período anterior. Da mesma forma que a nova fase do capitalismo (neoliberalismo) representa uma reconfiguração sociometabólica do capitalismo para que ele continue sendo capitalismo; a era Lula representa uma reconfiguração da dinâmica interna do neoliberalismo para que ele permaneça enquanto tal.

É preciso distinguir as formas superficiais e as formas básicas da fase atual do capitalismo, identificar o que permanece inalterado e estabelecer os devidos nexos entre

⁷⁷ Mais informações em: <https://www.facebook.com/jornalotrabalho/posts/389785201103953>, e <https://pt-br.facebook.com/jornalotrabalho/posts/717005734995185>.

as transformações e as permanências. Ou seja, a dialética complexa do movimento em curso. Trata-se “de uma dialética complexa de mudança e reprodução, pela qual os elementos centrais do capitalismo produzem mudança e, ao mesmo tempo, reproduzem-se” (POSTONE, 2015).

Neste sentido, o argumento que se pretende defender aqui, é de que a era Lula representou um amplo processo de pulverização das relações sociais neoliberais, em que os nódulos fundamentais da sociabilidade aprofunda sua submissão às determinações sociais mercantis. É um momento especial do modelo de desenvolvimento neoliberal vigente no país. Mais do que ruptura, trata-se de um período que reatou os laços efetivos entre todas as frações burguesas brasileiras aos ditames do padrão de reprodução neoliberal internacional, que havia se desgastado na crise do capital produtivo frente a volatilidade espacial que explodiu no segundo mandato de FHC; cujas realizações previligiaram excessivamente os setores burgueses profundamente integrados ao capital monopolista internacional.

A grande realização da era Lula foi proporcionar, em uma conjuntura internacional favorável, um aporte governamental para que amplos setores da burguesia nativa recuperassem em bônus na desigualdade social interna uma melhora em seu protagonismo local, sem romper com a dependência subordinada e permanente. Ademais, a dependência deixou de ser definitivamente apenas uma estratificação entre espaço econômico nacional com as economias centrais desenvolvidas; passou a ser a marca da sociabilidade brasileira que agora articula a dependência entre as relações individuais cotidianas com um grupo seletivo de transnacionais que produzem as novas tendências do padrão de consumo globalizado, e detêm o controle do fluxo de informações sociais, desde seus aspectos mais íntimos, através das novas tecnologias.

Não é novidade que a burguesia brasileira é dotada de uma “essência histórica” dependente que ultrapassa todas suas frações, inclusive a classe média tradicional, que respira e pulsa as vibrações dos centros desenvolvidos, e desenvolve desavergonhadamente um desejo de dependência. No entanto, as profundas transformações neoliberais, levadas a cabo durante o período tucano, fragilizaram profundamente seu prestígio econômico no nível interno e externo. O capitalismo financeiro internacional integrado aos setores rentistas internos se tornaram o grande protagonista transnacionalizado. Ele foi fincando suas garras em frações cada vez mais importantes da renda dos países periféricos, tanto através das empresas transnacionais

dominando ramos produtivos e parcelas dos mercados; como dos agentes financeiros internacionais, controlando as estruturas econômicas locais através do controle fiscal e cambial organizados em função da rolagem da dívida pública. Um setor expressivo da burguesia interna foi duramente atingida pelo alinhamento neoliberal no início nos anos 1990 e depois pela sua primeira grande crise que acometeu o Brasil no segundo mandato de FHC. Razões pelas quais, estes setores vieram se alinhar com Lula na eleição de 2002 e se mantiveram, inclusive aumentando o apoio ao ex-sindicalista no pleito eleitoral de 2006⁷⁸.

Para muitos, esse “realinhamento” significava enfim, uma alternativa ao modelo de desenvolvimento neoliberal e a possibilidade concreta de construção de um outro modelo de desenvolvimento. Seria o início da superação do dramático neoliberalismo periférico que levava na virada do século vários países latino-americanos ao colapso. Isto possibilitou uma vasta contra-ofensiva popular que alçou ao governo uma série de presidentes progressistas, declaradamente anti-neoliberais, entre os quais figurava o presidente Lula.

Até então, o mundo experimentava uma hegemonia com letra maiúscula dos EUA, que tivera durante os dois mandatos do ex-presidente democrata Bill Clinton, o último ciclo expansivo do regime de capitalismo neoliberal norte-americano. Montado na queda da União Soviética, e de todo o processo celebrativo do “fim da história”, os EUA e seu parâmetro de democracia liberal como o modelo vitorioso a ser disseminado em todos os quadrantes do mundo, experimentava um revés profundo, cuja fuga para frente ficou por conta da ofensiva imperialista belicosa de Bush, intensificando as zonas de acumulação por espoliação, ativando as práticas predatórias, com o uso aberto das forças militares, disfarçadamente alegando guerra contra o terror, conforme descreve David Harvey⁷⁹ em *O novo imperialismo*. “Os Estados Unidos desistiram da hegemonia pelo consenso e recorrem cada vez mais ao domínio pela coerção” (HARVEY, 2004, p. 162).

Porém, o absolutismo do livre mercado já demonstrava inviabilidade histórica

⁷⁸ É preciso ter claro que este sensível deslocamento das frações do grande capital brasileiro em nenhum momento significou uma afronta ao grande capital internacional. Em setores como o agronegócio e indústria automotiva é possível ver um crescimento exponencial do grande capital monopolista internacional na era Lula.

⁷⁹ HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Edições Loyola, São Paulo, 2012. 6ª Ed. 201 p.

logo na primeira grande crise neoliberal. Os muros que separam o mundo reapareceram, e George W. Bush, assim que assumiu e ocorreu o 11 de Setembro, não exitou em fortificar a fronteira dos EUA com o México, mudando os parâmetros diplomáticos da condução política mundial que marcou a era Clinton. O mesmo ocorreu com a União Européia e seu entorno, Israel e Cisjordânia, e no interior dos próprios Estados-nações, separando o espaço de vida dos muito ricos dos demais pobres, pondo fim a comunidade liberal global (ZIZEK, 2011. p. 17).

Quando chegou a crise de 2008 parecia, à primeira vista, o fim definitivo do neoliberalismo. Contribuíram com a conclusão precipitada, os eventos da Primavera Árabe, o fracasso da guerra americana no Iraque e no Afeganistão e as séries de manifestações que tomaram conta da Europa. Ninguém acreditava em 2009 que novos choques neoliberais voltariam à cena com tamanha facilidade. Principalmente no Brasil, que experimentara entre 2007 e 2011 um surto de entusiasmo significativos com as políticas de expansão do consumo proporcionados pelo presidente Lula. Depois dos fatos que se sucederam desde então com as políticas de austeridade disseminadas pela Europa, a crise dos governos populares da América Latina e grande guinada neoliberal do governo Dilma II, precisa-se repensar a potência de estruturação neoliberal que marcou a era Lula, e principalmente, o significado ideológico que se cercou da propaganda neodesenvolvimentista.

Para o que se pretende argumentar aqui, a hegemonia lulista, muito distante de compor um capítulo a parte no processo de desenvolvimento neoliberal, é a sua expressão mais acabada – é sem dúvida nenhuma, o seu momento de glória. Pois, fez o mesmo passar despercebido, enquanto inventava um conjunto de políticas sociais inéditas para a reoxigenação do motor neoliberal já em vias claras de afogamento. O neoliberalismo brasileiro conheceu o seu “*New Deal*” mitigado. Literalmente um sonho rooseveltiano como sugeriu Singer (2012, p. 125).

É interessante observar os tipos de modificações que ocorreram internamente, e qual é o nó não desatável que estas estabelecem com as determinações mercantis neoliberais. A primeira grande modificação é resultado e objetivo da afluência social realizada na era Lula: as políticas sociais neoliberais do tipo Bolsa Família, que garantem melhoras molecularizadas e interditam a progressão social, quando não

atacam disfarçadamente⁸⁰, os direitos sociais coletivos e universais. Segundo Leda Maria Paulani⁸¹, estes são instrumentos que pouco diferem daqueles criados pelo monetarista norte-americano Milton Friedman, com credo liberal autêntico (PAULANI, 2010,p. 128).

Entre estas melhoras é oportuno ressaltar a mobilidade que ocorreu na base da pirâmide social brasileira, que teve na configuração do trabalho precarizado o elemento irradiante. Para além dos programas sociais de transferência de renda como o Bolsa Família, houve nos primeiros dez anos da era Lula uma ampliação da taxa de ocupação da força de trabalho, formalização dos empregos e queda da pobreza absoluta. Fenômeno que parte dos ideólogos da grande mídia e do próprio governo passaram a tratar como evidências do surgimento de uma nova classe: a nova classe média. Argumento rebatido por Marcio Pochmann:

Em síntese: entende-se que na se trata da emergência de uma nova classe – muito menos de uma classe média. O que há, de fato, é uma orientação alienante sem fim, orquestrada para o seqüestro do debate sobre a natureza e a dinâmica das mudanças econômicas e sociais, incapaz de permitir a politização classista do fenômeno de transformação da estrutura social e sua comparação com outros períodos dinâmicos do Brasil (POCHMANN, 201. p. 8).

Segundo Pochmann 95% das vagas de trabalho abertas entre 2002 e 2010 tinham vencimento de até 1,5 salário mínimo. Como se pode ver, a inserção de matiz precário foi a regra, no entanto, isso pesou positivamente para o impacto do programa Bolsa Família. As unidades familiares mais pobres passaram a ter um mínimo de estabilidade no rendimento mensal, permitindo que o consumo ultrapassasse, na grande maioria dos casos, as necessidades básicas de ordem fisiológicas. Podendo ocorrer o consumo de movés, eletrodomésticos, roupas, pequenas viagens, etc.

A dinâmica da pulverização ocorre quando o exército industrial de reserva ou a massa marginal são incluídos na dinâmica de realização das mercadorias, de modo permanente, muito embora no nível do consumo mínimo, mesmo que, sua inserção no mercado de trabalho seja rotativo, sazonal e precário. Assim, pode-se comparar a

⁸⁰ Caso da reforma da previdência pública feita por Lula em 2003.

⁸¹ PAULANI, Leda Maria. **Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil**. Orgs. OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; e RIZEK Cibele. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo, Boitempo. 2010. pp. 109-136

diferença do quadro atual com o período anterior quando houve queda consecutiva durante nove anos, 1995 -2004, da participação salarial na renda nacional, o trabalho perdera 9% enquanto a renda da propriedade havia crescido 12,3% - o que, segundo o IBGE, levou a uma fragilização enorme do mercado interno. Mas, recuperada entre 2004 e 2010, quando o peso dos salários subiu 10,3%, e a renda da propriedade decresceu 12,8%. Praticamente reestabelecendo os níveis anteriores à 1995. No entanto, Pochmann sublinha, que a grande alocação de trabalhadores se deu justamente no setor de serviços, demonstrando a ocorrência quase nula da expansão do emprego industrial produtivo, com maior remuneração e estabilidade: vistos no período que precedera o neoliberalismo (*idem*, p. 9).

O problema a que Pochmann escapa, é que não é do equívoco conceitual desses setores entrarem ou não na classe média que se trata, mas dos limites que essa inserção no mercado de trabalho representa no conjunto das transformações neoliberais da sociedade brasileira. Onde Marcio Pochmann identifica uma configuração política pós-neoliberal, pela expansão do mercado de trabalho e do consumo interno, existe pelo contrário, a pulverização de relações sociais neoliberais que reincere o exército industrial de reserva, em termos absolutamente precários, mas com grande potencial de criação de excedentes. E, que em momento algum conseguem estruturarem-se politicamente para fora do turvelinho mercantil que os tritura. Neste sentido a precariedade não está restrita as formas de existência e de trabalho, mas fundamentalmente da capacidade de articulação política. Mas, como é que isso ocorre?

A expansão que acontece no mercado interno é uma expansão atrofiante. Ou seja, ela implica na incorporação de um adicional de seprexploração do trabalho e de imobilização política. O grande momento da internalização foi poder fazê-lo pela expansão da inserção do trabalho precarizado, principalmente pela fórmula da terceirização desregulamentada vigente no país. Um trabalho também sem formas. Segundo o Dieese 25% do trabalho formal no Brasil é terceirizado⁸², onde o trabalho informal passa dos 50%. Mostrando claramente que se trata de um procedimento padrão do capitalismo flexível, como destaca Giovanni Alves, chamando de nova precariedade salarial:

⁸² Para maiores detalhes ver: ALVES, Giovanni. Terceirização e neodesenvolvimentismo no Brasil. Blog da Boitempo, 2014. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2014/08/11/terceirizacao-e-neodesenvolvimentismo-no-brasil/>

Nesse período, instaurou-se o que denominamos de “nova precariedade salarial” no País, o novo modo de organizar o processo de trabalho e a produção do capital a partir da lógica do trabalho flexível, sendo ela caracterizada pela adoção das novas tecnologias informacionais, gestão toyotista e relações de trabalho flexíveis (contrato salarial, jornada de trabalho e remuneração flexível). É claro que a terceirização *não* é um fenômeno novo na produção capitalista). Entretanto, dentro do contexto da nova ofensiva do capital na produção, com a vigência do capitalismo flexível, a terceirização tornou-se moda da administração empresarial, sendo importante elemento compositivo da nova precariedade salarial e das novas formas de gestão da produção capitalista inspirada no toyotismo. Foi a “nova precariedade salarial” que deu novas roupagens à terceirização. A “nova precariedade salarial” – e com ela, a terceirização – disseminou-se, não apenas pelo setor privado – indústria, comércio e serviços – mas também pelo setor público, incluindo a administração pública, alterando não apenas a morfologia social do trabalho, mas o sociometabolismo laboral no Brasil. A “nova precariedade salarial” constituiu novas dimensões da precarização do trabalho, como, por exemplo, o que denominamos “precarização do homem-que-trabalha”, que se manifesta, por exemplo, pelo aumento dos casos de adoecimento laboral nos locais de trabalho reestruturados (ALVES, 2014).

A dependência que sempre fora estrutural, agora se tornou generalizada, percorre cada milímetro das artérias sociais. Mesmo, que no nível das relações diplomáticas o protagonismo brasileiro possa parecer mais soberano. Trata-se de uma espécie de soberania formal, onde a atuação política do país “parece” gozar de plena autonomia, mas seu complexo de relações sociais está controlada e vigiada de ponta a ponta. A intensificação desta pulverização é a grande obra do lulismo. A era Lula integra o mais pacato cidadão da zona rural de uma cidade no sertão nordestino aos ditames de consumo e relação social típico dos novos padrões tecnológicos de comunicação, sem que isso possibilite qualquer alteração positiva do seu ser político.

O trabalho precarizado é altamente lucrativo e cria um padrão de consumo despolitizador. Os rebatimentos positivos sobre as condições de vida classe dos setores pauperizados e também da classe trabalhadora, não chega a ser um contrassenso à lógica desigual e conservadora de coordenar o desenvolvimento brasileiro, mas sim, uma forma de oxigenar o corpo para lhe tirar mais sangue. Ou seja, o desenvolvimento, tal como se apresenta no abstrato e etéreo modelo “neodesenvolvimentista”, não é efetiva alavanca de progresso como mimetização e superação do neoliberalismo.

Se, é pelo trabalho que a pulverização se viabiliza, é pelo consumo que ela define seu significado: a configuração da nova dependência generalizada precisa abarcar

a experiência individual privada. Esse fenômeno se consolidou definitivamente sobre a afluência social com a expansão do mercado interno, este também virado ao avesso, com as víceras para fora.

Até recentemente, o automóvel individual tinha o status de ser A Mercadoria do capitalismo: sonho de consumo, extensão fálica, profundamente identificada com um ritual de passagem do sujeito a idade adulta e autonomia; era sem dúvidas, o protótipo mais bem acabado do fetiche capitalista; e sobre os imperativos da indústria automobilística grande parte dos países, a partir do pós-guerra foram reorganizados. Ele articula, talvez como nenhuma outra mercadoria, uma necessidade real concreta com a forma de consenso. A economia mundial, em grande medida foi assentada em torno dos desenvolvimentos deste complexo industrial⁸³. Certamente, ele deu o tom da formação do capitalismo brasileiro, e marcou por cima a transição do modelo de desenvolvimento fordista para o pós-fordista periférico. No caso brasileiro, a transição do modelo de desenvolvimento nacional-desenvolvimentista para o modelo de desenvolvimento neoliberal deu-se por dentro da reestruturação produtiva no interior do complexo industrial automobilístico como um dos elementos centrais, ao lado do pacote de privatizações. Sua incidência sobre a economia brasileira ainda é muito forte, e não há num horizonte próximo a possibilidade de perda de sua centralidade. Inclusive, os recordes de venda de automóveis marcaram significativamente o grau de satisfação da hegemonia lulista.

No entanto, as transformações tecno-informacionais têm desenvolvido uma nova mercadoria de rebatimento profundo na modificação das relações sociais. Ela é o aperfeiçoamento do computador, muito mais potente, multifuncional e portátil: trata-se dos celulares inteligentes. Essa nova tecnologia, cuja produção brasileira é residual, é o novo xodó do consumo internacional. Com variações de modelos, ele abarca todas as classes sociais, modificando profundamente o conjunto das relações sociais. Da passagem do computador para os celulares inteligentes, operação que se consolidou nos primeiros 15 anos do século XXI, houve uma transformação fundamental na forma de organizar o ciberespaço, ou seja, a privatização do “intelecto geral” a “computação em

⁸³ Se pegarmos a economia brasileira perceberemos a sua dependência profunda ao complexo industrial automobilístico: desde a mineração, a indústria petrolífera, a metalurgia, o complexo de rodovias, a indústria de autopeças, o setor de serviços automotivos, o sistema bancário ligado às vendas no setor, as montadoras, a organização do espaço urbano, etc. Em que o Aparelho de Estado é fator determinante.

nuvem”.

Há uma década, o computador era uma grande caixa que ficava em cima da mesa, e a transferência de arquivos era feita por meio de discos flexíveis e *pen drives*; hoje, não precisamos mais de computadores individuais potentes, porque a computação em nuvem ocorre na internet, isto é, os programas e as informações são fornecidos sob demanda aos computadores ou celulares inteligentes, na forma de ferramentas ou aplicativos localizados na internet que os usuários podem acessar e utilizar por meio de navegadores, como se fossem programas instalados no computador (ZIZEK, 2011, p. 8).

Como pontua Zizek, o controle de toda a troca de informação, que agora passa a ser até dos aspectos da vida íntima do sujeito, acontece muito longe do usuário, e ultrapassa inclusive a capacidade de soberania dos Estados-nacionais. Quanto mais se personaliza o uso e a configuração do pequeno celular, mais regulada e controlada por uma rede alienada ela é. O problema desse controle é que ele incide diretamente sobre possibilidades de seleção prévia do conteúdo.

Ou seja, a formação de “nuvens” vem acompanhada do processo de integração vertical: cada vez mais uma única empresa ou corporação detém todos os níveis do ciber mundo, desde o hardware individual (computador, iphone...) e o da “nuvem” (armazenamento dos programas e dados acessíveis) até o software em todas as suas dimensões (programas, material em áudio e vídeo, etc) Portanto, tudo é acessível, mas mediado por uma empresa que possui tudo, software e hardware, dados e computadores. Além de vender iphones e ipads, a Apple é dona do itunes, onde os usuários compram músicas, filmes e jogos. Recentemente, a Apple fez um acordo com o Rupert Murdoch para que as notícias da nuvem venham dos meios de comunicação dele. Para resumir, Steve Jobs não é melhor que Bill Gates: em ambos os casos, o acesso global se baseia cada vez mais na privatização quase monopolista da nuvem que oferece o acesso. Quanto mais acesso ao espaço público universal o usuário individual tem, mais esse espaço é privatizado (*idem*, p. 9).

A expansão do consumo na era Lula, teve este movimento pulverizante de uma nova configuração das relações sociais, que por vezes parecem amalgamarem-se com as velhas relações sociais, sem que isso implique em mais tempo livre para o sujeito. O regime de acumulação neoliberal modifica profundamente a reprodução das relações sociais de produção. Estamos diante de um marco dessas transformações. As tentativas de regulamentação pelo Estado parecem não alterar a fundo as novas determinações relacionais apontadas acima. O Marco Legal da Internet realizado no governo Dilma I, apenas valida a tendência geral em que o circuito acontece. Cujas funções históricas são oferecer condições para a acumulação de capital de qualquer lugar da periferia do sistema para o centro dinâmico de controle das grandes transnacionais, e na maior

quantidade de tempo possível. Pois, cada vez, mais setores das relações mercantis e mesmo trabalhistas, passam a ser mediadas pelo complexo tecno-informacional disponível em unidades móveis inteligentes. O atraso para a periferia está sendo incorporada a partir do centro mais desenvolvido do capitalismo monopolista neoliberal. O Brasil se tornou uma país desenvolvido, é verdade! Mas, o atraso que permanece nunca esteve tão longe de sua superação.

O problema, com bem lembra Chico de Oliveira, é que esse novo conhecimento tecno-científico, fruto da Terceira Revolução Industrial, não se torna conhecimento difuso e universal, ele fica trancado em patentes, e não está disponível nas prateleiras do supermercado das inovações.

A revolução molecular-digital anula a fronteira entre ciência e tecnologia: as duas são trabalhadas agora num mesmo processo, numa mesma unidade teórico-metodológica. Faz-se ciência fazendo tecnologia e vice-versa. Isso implica que não há produtos tecnológicos disponíveis, à parte, que possam ser utilizados sem a ciência que o produziu. E o inverso: não se pode fazer conhecimento científico se a tecnologia adequada... O que sobra como produtos tecnológicos são apenas bens de consumo (OLIVEIRA, 2013. p. 139).

Estes novos bens de consumo, portanto, não são mais unidades de consumo em si mesma, eles se transformaram no meio pelo qual o novo padrão interrelacional dos sujeitos individuais com o mundo (outros sujeitos individuais e coletivos) acontece. Porém totalmente mediado por um conjunto muito restrito de grandes monopólios transnacionais.

Está-se diante de profundas transformações na dinâmica das formas de consenso, articuladas desde a realização das novas mercadorias. Capazes de incorporar inclusive, os elementos contestatórios mais radicais, desde as produções teórico-científicas até a articulação de práticas e manifestações anticapitalistas ou antisistêmicas, como as revoltas de Junho de 2013. Espanta-se a rapidez com que essas transformações se naturalizam no cotidiano das pessoas. Tanto é, que os mais jovens não conseguem nem imaginar como era vida antes do *smart-phone* e da internet.

Com um controle de desenvolvimento tecno-científico altamente centralizado e monopolizado, as novas tecnologias informacionais mudaram significativamente o cotidiano familiar, escolar e laboral das pessoas. Por exemplo: a operação bancária dispensa o atendimento pessoal e pode ser realizada diretamente pelo celular. Ele possibilita que boa parte dos serviços usuais da agência bancária possa ser terceirizada

para empresas de telemarketing, quem têm acesso a todos os correntistas 24 horas diárias, através dos aparelhos inteligentes. Todas essas operações podem ser vigiadas e controladas por quatro ou cinco grandes monopólios que dominam o setor. Com isso, a invasão de privacidade transformou-se compartilhamento voluntário da privacidade.

Noutro ponto, cabe destacar a distância que se cristalizou entre os países centrais e os países periféricos na era neoliberal em relação ao controle do desenvolvimento tecnocientífico. Nunca esta distância foi tão grande, tanto no que se refere ao desenvolvimento tecnológico e no desenvolvimento científico, agora profundamente entrelaçado, como já mostrara Chico de Oliveira em *O Ornitorrinco* (2013). O suposto neodesenvolvimentismo da era Lula em nenhum momento alterou essa questão, e como se pode ver, a dinâmica econômico social cristalizada no período foi de aprofundamento.

Incapazes que são os países periféricos de enfrentar essa distância do desenvolvimento científico/tecnológico, o que lhes resta é o desenvolvimento de tecnologias de controle social, onde o transformismo político atua na diluição das resistências. O momento de internalização generalizada das relações neoliberais se deu pelo conjunto de políticas sociais compensatórias criadas na era Lula, e sua virtuosa repercussão. Diferentemente das políticas sociais que marcaram o Estado de Bem Estar Social, que se configuravam genuinamente por um aumento significativo da renda do trabalho em relação à renda do capital; as políticas sociais da era neoliberal intensificam o fosso entre 0,01% do topo da pirâmide frente ao conjunto da sociedade, como veremos no próximo ponto. Não é possível pensar esse processo de internalização sem levar em conta a tecnologia de controle social que representaram essas políticas. É a contrapartida da periferia ao processo de desenvolvimento do capitalismo dependente: uma melhora a conta gotas das condições de vida das pessoas, cuja contrapartida é a intensificação do trabalho precarizado. A repercussão positiva foi à base da hegemonia, mas como tudo no marketing, a impressão positiva sobre as coisas, precisa ser sempre bem maior que a positividade das coisas em si. Mostrando assim a importância do marketing na construção da hegemonia.

Mas qual o papel elementar que a internalização pulverizada das relações sociais neoliberais podem cumprir para o aprofundamento e domínio do próprio neoliberalismo? Em primeiro lugar, a partir das crises do primeiro ciclo de expansão do neoliberalismo, que implodiram no segundo mandato de FHC, o padrão de ajustes e

desmanche do neoliberalismo ortodoxo⁸⁴, se debateu com uma série de insuficiências para manter a regularidade do regime de acumulação de capital. A fragilização das frações burguesas internas e as consequências traumáticas para amplos setores da classe trabalhadora, vulnerabilizam os círculos de valorização do valor, e isso, foi deletério inclusive para as aspirações das frações burguesas integradas, rentistas e transnacionalizadas.

Neste momento, os setores mais identificados com o conjunto de políticas neoliberais ditas ortodoxas entram num profundo impasse: primeiramente, eles não detinham de mais coeficiente político para aprofundar as políticas macro-econômicas; em segundo lugar, entre as forças da oposição vai se desenhando um novo campo de resistência, que bloqueia o meio de campo, não permitindo que a composição política anterior se reestabeleça, e monte novas estratégias de atuação que convençam a maioria. A saída foi incorporar-se na nova força política que dominava as pesquisas eleitorais na primeira eleição do século XXI. Foi este casamento entre as distintas frações do grande capital com a chapa encabeçada por Luiz Inácio Lula da Silva, que ofereceu as melhores possibilidades ao impasse que o neoliberalismo brasileiro tinha chegado sob o comando dos tucanos.

É sobre essas amarrações que Armando Boito Junior (2012) vai analisar a especificidades do desenvolvimento na era Lula em relação ao governo anterior. No entanto, ele faz um recorte que minimiza o papel do grande capital internacional na composição política que vai demarcar o que ele chama de “frente política neodesenvolvimentista”. Enquanto, não implodiam as contradições fundamentais sobre as quais estava assentada a era Lula, esta argumentação parecia mesmo traduzir um movimento real em curso. Porém, quando o regime de acumulação esgotou a maré positiva da conjuntura internacional anterior, todo o ciclo de afluência social entrou em colapso. A composição que marcara a suposta frente política neodesenvolvimentista, foi pro espaço! E o que se viu, foi uma guinada sem remorsos do governo Dilma II para um novo ciclo de acumulação por espoliação, para reestabilizar por um mecanismo de

⁸⁴ O forte das transformações neoliberais que marcaram os anos 1990 se dá mais pela implantação de um conjunto de medidas macro econômicas, do que por uma ortodoxia neoliberal em essência. Em todas as grandes ações do governo FHC o papel do Estado como indutor das políticas foi fundamental, inclusive para desmontar as estatais. E, isto parece ser um contracenso com o que sugere a “ortodoxia” neoliberal. Neste sentido o neoliberalismo real não coincide com o neoliberalismo ortodoxo. Pode-se dizer que em nenhuma das variações do neoliberalismo brasileiro houve predomínio do neoliberalismo ortodoxo. Em ambos os casos o ativismo do Estado foi impressindível.

acumulação primitiva paralela (retirar do trabalho para repassar ao rentismo), a tranquilidade do regime de acumulação neoliberal. Neste instante, passou a se ter dúvidas se em algum momento o grande capital financeiro internacional esteve fragilizado na composição política que conformou a hegemonia lulista.

Boito Jr. parece te superestimado sua análise, pois o desenvolvimento da chamada burguesia interna foi raquítica em termos de avanço das forças produtivas e capacidade de inovação tecnológica. Os setores que mais rentabilizaram durante a era Lula, foram os setores bancários, cuja inovação tecno-científica é sazonal; e, os setores do agronegócios, cuja matriz tecnológica é em grande medida estrangeira. Embora muitos setores duplicaram, triplicaram de tamanho (valor de mercado), fortaleceu-se um processo de reprimarização da economia brasileira, a começar pela pauta de exportações. Sobre as exportações é preciso levar em conta a cota de exportações das empresas internacionais instaladas no país.

Outro elemento, e que aqui parece ser o elemento fundamental para justificar o argumento que se está levantando é o caráter progressivo do super endividamento do Estado brasileiro. Este foi (é) o mecanismo fundamental pelo qual o capitalismo monopolista financeirizado disciplinou os processos de desenvolvimento dos Estados periféricos no capitalismo tardio. As oscilações da taxa de juros são aspectos pontuais, dentro da economia brasileira que teve em todo o período as maiores taxas de juros do mundo, mas não dão o real contorno do que significa o o mecanismo do endividamento em sua totalidade. Que não interrompeu sua marcha galopante entre 1970 a 2014. Pra se ter uma ideia, entre 2011 e 2012 o gasto com juros e amortizações da dívida pública foi de 708 e 753 bilhões respectivamente, com alcance entre 10-15 mil famílias de rentistas, 50 mil pessoas no máximo. Enquanto o gasto com o programa Bolsa Família foi de 17 e 18 bilhões respectivamente, atendendo 13,9 milhões de famílias, totalizando 50 milhões de pessoas aproximadamente⁸⁵. O montante da dívida pública brasileira líquida tem aumentado vertiginosamente ao longo dos anos, em abril de 2015 ela chegou em R\$ 2,45 trilhões, segundo informações divulgadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - R\$ 10 bilhões a mais em relação ao mês anterior. Mais da metade do valor estimulado do ajuste fiscal proposto pelo governo para o período de um ano. De acordo com a

⁸⁵ ROMERO, Daniel; ANDREASSY, Érika; e GODEIRO, Nazareno. **Os motivos da revolta popular: um balanço crítico do governo do pt**. ILAEESE (Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos), São Paulo, 2014.

Secretaria do Tesouro Nacional, a dívida pública pode chegar ao patamar máximo de R\$ 2,6 trilhões no fim deste ano (2015) – R\$ 305 bilhões a mais em relação ao fechamento de 2014. Ou seja, R\$ 100 bilhões a mais que o pacote de privatizações anunciado pelo governo em 09 de junho de 2015⁸⁶.

Quando se pega os dados da dívida bruta brasileira os valores são ainda mais alarmantes. Entre 1990 a 2000 a dívida pública (interna e externa) saltou de R\$ 246 bilhões para R\$ 745,8 bilhões. Em 2012 ela chegou à casa dos R\$ 3,72 trilhões segundo os dados do Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos – ILAESE (2014).

O avanço enlouquecido da dívida pública revela o processo estrutural de financeirização da economia brasileira nos mais diferentes sentidos. Pode-se dizer que o avanço do sistema financeiro sobre a economia brasileira se apóia em dois pilares fundamentais: o primeiro é a dívida pública; o segundo é o endividamento generalizado da população.

A dinâmica de consumo estimulada na era Lula não teve apenas as políticas de transferência de renda como balizadores, elas ocorreram pela política de distribuição de créditos à população. A generalização do crédito se tornou uma arma política dos governos petistas, pois ela faz aumentar a sensação de melhora social. No entanto, ela oculta o alto pedágio que a população tem que pagar aos banqueiros quando efetiva o consumo a crédito. As virtuosidades do endividamento para a manutenção da *pax* social são por demais conhecidas. Ao comprar a crédito o trabalhador compromete o trabalho futuro, satisfaz uma necessidade momentânea, mas para isso deve suportar as contingências que o mundo do trabalho possível lhe impõe, para poder honrar com seus compromissos. A disseminação do crédito entre os precarizados é com certeza uma forma de disciplinamento do trabalhador em conformação com a precariedade. Eis um mecanismo de regulação do trabalho difundido na era neoliberal e aprofundada sob a hegemonia lulista. Nesse sentido, pode-se afirmar que as políticas sociais na era Lula, mais do que uma ferramenta de enfrentamento da desigualdade, são genuinamente uma tecnologia política de dominação das massas. Pra se ter uma idéia, conforme o ILAESE (*idem*,), em 2012, o PIB cresceu 0,9% enquanto o crédito à população cresceu 16%.

⁸⁶ 25/05/2015 09h34 - Atualizado em 25/05/2015 09h51. **Dívida pública sobe 0,42% em abril, para R\$ 2,45 trilhões.** Aumento da dívida no mês está relacionado a apropriação de juros. Do G1, em São Paulo. Buscar fonte.

A lógica de financialização da vida não para por aí. Diretamente ligado a lógica financeirizada de apropriação dos excedentes em todas as esferas sociais se encontra o processo de organização do espaço urbano com a nova dinâmica de especulação imobiliária financeirizada. Estimuladas por um conjunto de políticas habitacionais ligadas diretamente aos interesses privatistas e rentistas, a expansão da construção civil e da construção pesada na era Lula – principalmente durante o seu segundo governo e o primeiro governo Dilma – ao invés de amenizar e resolver a penosidade da vida urbana, tornou-a ainda mais confusa. O incêndio (quase nunca explicados) de favelas e remoções de populações de moradores dos grandes centros urbanos se tornou um acontecimento corriqueiro recentemente. Reatualizando aquilo que os teóricos do subdesenvolvimento chamavam na década de 1970 de “urbanização sociopática”⁸⁷

Aqui se encontra, talvez, o circuito mais dramático da crise que esta tomando conta do horizonte brasileiro, mas que ainda não tem data para desmoronar. Cujo desemprego, expressará apenas sua primeira onda destruidora.

A construção civil (política habitacional) nos últimos anos esteve submetida a um processo de especulação profunda. Morar se tornou caríssimo. Tal especulação tem dois elementos: um generalizante que é a elevação geral dos preços dos imóveis e alugueis e outro centralizador e concentrador, que é a apropriação privada do espaço urbano. O primeiro, tornou a especulação "aceitável", já que os sujeitos que são proprietários de algum imóvel, sentiram uma elevação do valor do mesmo ultrapassar facilmente a monta dos 500% em dez anos.

A casa alugada em que moro, por exemplo, foi construída há 20 anos, num bairro pobre e ainda mal estruturado de João Pessoa - Ernesto Geisel. Ela ainda não recebeu nenhuma reforma, tem dois quartos, um micro banheiro e uma micro cozinha, cuja as paredes se esfacelam se imprimir o polegar com força, é conjugada e a rua é de terra (a vizinhança é maravilhosa, o que torna o demais menos dramático). Pertence a um conjunto habitacional. Segundo meus vizinhos, no final dos anos 1990 estas casas eram vendidas por cerca de dois mil reais, houve quem trocou a casa por um carro velho. Hoje o dono da casa está pedindo 130 mil reais pela casa e a média dos aluguéis aqui é de R\$ 600,00 reais. Esta elevação acima de qualquer dado material empírico

⁸⁷ PEREIRA, Luiz. ~~Urbanização e subdesenvolvimento~~. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1976. 3ªed.

(inflação, urbanização, saneamento, etc) é o saldo da especulação generalizada. Estes proprietários sentem-se contemplados com a especulação. Muitos que ainda não quitaram o imóvel, pagam cerca de R\$ 100 por parcela, depois de quase duas décadas. A cerca de 1.500 metros daqui, se encontra o Bairro Novo Geisel, praticamente ocupado e construído na era Lula (o que justifica a manutenção do nome Geisel). O predomínio das construções ficam por conta dos conjuntos habitacionais do tipo: atentados da engenharia, entre 40 e 50 m² de muito aperto. Lá as casas custam um pouco menos, pois o acesso é precário e o transporte público é horrível. Ficam em torno de 110 e 120 mil reais as casinhas e apartamentos novos. Provavelmente, são adquiridas pelos trabalhadores precarizados, que levaram uma vida inteira pra pagar, e precisarão estarem empregados seja qual for a condição de trabalho e salarial.

Todas essas construções e outras que foram deslanchadas em função da política habitacional do governo federal, tem pontos centralizadores. Estes são: o loteamento dos espaços principais da cidade em função de empreiteiras e construtoras que atuam com a super exploração do trabalho a privatização total do espaço histórico e público; a centralização e concentração dos setores de material de construção; o não atendimento das condições e a necessidade de moradia dos setores mais pobres; a super valorização do custo da moradia em geral; e a subordinação do setor à dinâmica do rentismo. Pelo lugar que ocupou dentro do crescimento econômico da era Lula, o desmonte dessa bolha pode ter consequências terríveis para economia em geral. O fatura dessa aventura neodesenvolvimentista desregulada, será descontada novamente no lombo de todos os setores da classe trabalhadora, principalmente os mais precarizados.

Abre-se um parêntese para uma outra consequência dramática para a sociabilidade brasileira operada pelo boom da especulação imobiliária: está atacando violentamente o futuro do futebol arte brasileiro, que basicamente nasceu na rua e na várzea. Ela praticamente fez desaparecer os terrenos baldios e os campos de várzea, para darem lugar a novos empreendimentos. Nem a rua, que antes podia se usar para brincar uma pelada com os amigos e as crianças, esta indisponível em função da enxurrada de automóveis e motos circulando. Os 7 x 1 sofridos contra a Alemanha, é um grande sinal de que sobrar pouca coisa das aspirações de Brasil grande e soberano que alimentou as gerações passadas. A pátria de chuteiras que era o sonho dos meninos que corriam descalços atrás de um coro murcho entre pueira, buracos e pedras, deixou de fazer parte do imaginário das novas gerações – que não dispõem mais de lugares para

a brincadeira coletiva. Só restam os jogos eletrônicos, fechados em apartamentos de posse de seus novos celulares inteligentes, comprados a crédito e pagos com a perenização da precariedade.

A era de ouro do capitalismo neoliberal no Brasil esta marcada por um processo distinto de unidade dialética do consenso passivo/ativo e a coerção extra/intra-econômica. A inserção pelo consumo gera uma superação na forma dualista clássica do consenso concebida por Gramsci. Pode-se ir mais longe ainda, o padrão neoliberal de internalização financeirizada do complexo das relações sociais altera a qualidade da própria hegemonia. A marginalização do consenso ativo clássico, aquele expresso pela auto-organização, pela participação ativa das massas por meio de partidos e outros organismos da sociedade civil, dá lugar a um novo tipo de consenso ativo/passivo em massa, capitaneada pelos novos fetichismos sociais da servidão mercantil: uma servidão “voluntária” generalizada. Não é mais a participação política que interessa às pessoas, mas o acesso a qualquer custo a Santa Ceia da sociedade mercantil. Não dá pra dizer que esse movimento é apenas uma aceitação resignada do existente como algo “natural”, ou mesmo, a consubstanciação das idéias e dos valores das classes dominantes em senso comum de grandes massas, inclusive as classes subalternas, como defende Carlos Nelson Coutinho⁸⁸ (2010). É mais do que isso. É a produção de uma vontade de existência fetichizada arrebatadora. Um novo espírito do capitalismo, o espírito dos batalhadores⁸⁹. Mas é também, a diluição de toda a vida social do sujeito num circuito de condução da própria existência. Existe uma série de produtos integrados que ultrapassam o padrão clássico das mercadorias produzidas e distribuídas isoladamente.

Quando o sujeito compra um *smartphone*, por exemplo, ele está, ou terá que adquirir uma infinidade de outros produtos (muitos na forma de serviços) para poder usufruir das possibilidades mínimas que o aparelho lhe oferece: créditos, pacotes de internet, contas em redes sociais, cadastro em lojas, bancos, etc. O uso desse complexo

⁸⁸ COUTINHO, Carlos Nelson. **A hegemonia da pequena política**. Orgs. OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; e RIZEK Cibele. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo, Boitempo. 2010. pp. 29-43

⁸⁹ Em alusão a obra de Jessé de Souza *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Em que contingentes grandes de trabalhadores e microempresários introjetam deliberadamente os ditames da acumulação financeira, submetendo-se a várias formas de superexploração do trabalho para usufruir de melhores condições de consumo.

tecnológico lhe jogará num processo relacional polivalente inesgotável, podendo consumir grande parte do seu tempo de vida, gerando milhares de facilidades e uma dependência permanente. Aqui, pode-se dizer pela natureza e origem da tecnologia e dos pacotes inseridos em sua funcionalização que mesmo aquele padrão de dependência analisado pela teoria da dependência, sofreu com a terceira e quarta revolução industrial um salto dialético incrível: hoje a dependência é embutida, desde as grandes fronteiras nacionais aos sujeitos particulares em sua mais reservada intimidade. A hegemonia lulista representou esse salto qualitativo da internalização e generalização da dependência característica do modelo de desenvolvimento neoliberal. Pode-se chamar de uma personificação da dependência.

A forma específica de como se deu as transformações concretas na especificidade de gerência do neoliberalismo na era Lula, articulou duas imantações ilusórias curiosas: a tentativa de controle capitalista centrado no Estado (neodesenvolvimentismo), e a irradiação do padrão de vida pós-moderno fundado no consumo individual. Com prospecção de falsa emancipação, as duas variantes articuladas em um só processo, acabaram promovendo, aprofundando e legitimando a dominação do capitalismo neoliberal. Enfim, como afirma Moishe Postone, elas serviram de véu para legitimar uma nova forma global que combina descentralização e heterogeneidade da produção e do consumo com crescente centralização do controle e homogeneidade estrutural (POSTONE, 20015).

4.Desigualdade de renda vs desigualdade social

A diminuição da desigualdade de renda foi inegavelmente uma das grandes bandeiras da era Lula. Houve um aumento real da renda das camadas sociais mais empobrecidas. Em grande medida, este acontecimento deveu-se a uma série de políticas sociais criadas ou aprofundadas neste período, que gerou uma melhora das condições de vida de grande parte da população. Hoje parece claro que estas medidas tiveram um componente conjuntural indispensável: o ciclo virtuoso da commodities. O fim deste ciclo estancou a afluência social, e agora começa a desarticular muitas daquelas políticas, invertendo o processo que até a pouco foi predominante.

Enquanto a afluência seguia em expansão, os inúmeros dados sobre a redução da desigualdade de renda, forçavam a proposição de um falso problema usado como propaganda do governo: a era Lula estava diminuindo a desigualdade social do país. No

entanto, os próprios métodos para a extração dos índices percentuais continham inúmeros limites. Hoje não está mais claro que, percentualmente, a desigualdade de renda tenha diminuído. E por conseguinte, pode ter havido um sensível aumento da desigualdade social.

A hipótese provisória com a qual trabalharemos este subcapítulo sugere que o período neoliberal, pelo grau de acumulação, centralização e concentração de capitais, pode criar uma situação em que um quadro específico de diminuição da desigualdade de renda pode proporcionar um quadro de aumento da desigualdade social. Mesmo que em dados percentuais não está claro a diminuição da desigualdade de renda na era Lula, parece ser inigável que índices de acumulação, centralização e concentração de capitais tenham sido extraordinários.

A tendência geral do processo de acumulação capitalista, principalmente na era neoliberal é de que a taxa de retorno sobre o capital sempre excede a taxa de crescimento da renda, devido ao desequilíbrio de poder entre a contradição fundamental do capitalismo – capital e trabalho. Esse dinamismo endógeno tende a levar à queda constante da participação do trabalho na renda nacional. Mostrando diretamente um processo de aumento da desigualdade social.

No entanto, a partir de 2003, o processo que ocorre no Brasil aparenta caminhar em sentido contrário: um aumento gradual da participação do trabalho na renda nacional. Por vários motivos, como aumento real do salário mínimo, maior inserção no mercado de trabalho, políticas sociais de transferência de renda, etc. Por outro lado, havendo simultaneamente, um visível processo concentração e centralização do capital e das formas de propriedade. A questão que se levanta neste ponto é a seguinte: é possível um processo comportar num mesmo movimento uma diminuição sazonal da desigualdade de renda com um aumento da desigualdade social?

Um dos desafios fundamentais para se compreender o tempo histórico atual, com os limites dos reformismos, é a capacidade que a dinâmica capitalista logrou em seu desenvolvimento para subverter os “corretivos” instituídos pela dimensão política de interação social em seu decorrer histórico, que István Mészáros (2015, p. 103) denomina de fracasso⁹⁰. Segundo o filósofo, se em tempos ascendentes do

⁹⁰ MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do estado**. São Paulo: Boitempo, 2015. pp. 191

desenvolvimento capitalista estes “corretivos” já eram problemáticos, na fase atual, que ele classifica como descendente, tais procedimentos tornam-se cada vez mais aventureiros/ariscados. Sob esta chave de leitura, pode-se dizer que os limites (ou a facilidade) com que o “reformismo fraco” da era Lula foi esterilizado e apropriado pela “centrifugabilidade autoexpansionista” do padrão de reprodução capitalista neoliberal, é uma resposta afirmativa a questão acima. Pois, ao contrário de promover um arrefecimento do ciclo de expansão neoliberal, o lulismo – com seu programa de redução da desigualdade de renda no pólo latente, baseado em políticas assistenciais compensatórias, aumento real (marginal) do salário mínimo e disponibilização de crédito – promoveu justamente uma alternativa momentânea aos limites de reprodução do próprio neoliberalismo.

Recentemente, diante da crise profunda que afeta o modelo neoliberal internacional, o próprio agente internacional de regulação neoliberal – FMI – tem manifestado publicamente⁹¹ a necessidade de medidas sociais parecidas com as promovidas no Brasil, para superar os entraves de crescimento das economias nacionais ao redor do mundo. Segundo eles, o aumento excessivo da desigualdade de renda ao longo das duas últimas décadas criou problemas para o crescimento dos países; e que, países com menor desigualdade de renda crescem mais. A fotografia é de um lagarto comendo o próprio rabo, num ritmo maior do que a capacidade de regeneração do próprio da sua cauda. Os corretivos de re-funcionalização da dinâmica autoexpansiva neoliberal não são para que o lagarto deixe de autocanibalizar, mas para que ele o faça num ritmo em que a regeneração da cauda seja compatível com a voracidade do animal. Esta imagem pitoresca demonstra duas situações: primeiro, ilustra o grau de unidade do sistema neoliberal; segundo, é a impossibilidade de resolução, a médio e longo prazo dos limites do padrão de reprodução capitalista pela simples aplicação de “corretivos”. Por incrível que pareça, como se estivesse um passo a frente na decadência das implicações que a crise atual coloca às diferentes economias, o governo Dilma II avança na destruição das mínimas condições de sustentação que o Estado brasileiro garantia frente à abissal desigualdade e que hoje em atraso os diretores e economistas do FMI propõem.

⁹¹ Para mais detalhes ver: Desigualdade de renda afeta expansão do PIB, aponta FMI. Disponível em: <http://www.valor.com.br/internacional/4094348/desigualdade-de-renda-afeta-expansao-do-pib-aponta-fmi>, acessado em 15/06/2015.

Então, o que difere a desigualdade de renda da desigualdade social?

A diminuição da desigualdade de renda está devidamente comprovada a partir de inúmeros dados que identificam o aumento de rendimento médio da taxa de renda em todos os setores que ocupam os estratos mais baixos da pirâmide social⁹². A desigualdade social, que se pretende abordar aqui, trata-se da relação de propriedade dos meios sociais de produção e o processo valorização do valor, principalmente em sua forma hegemônica atual: financeirização dos processos de extração de mais-valia. A desigualdade de renda é uma expressão da desigualdade social e de seu metabolismo de autorreprodução. O que determina a profundidade da desigualdade social é o padrão de superexploração do trabalho, que pode conformar vários níveis de desigualdade de renda, sem minimizar a dinâmica própria da lógica autoexpanssiva da desigualdade social.

Cabe ressaltar que os estudos sobre a desigualdade de renda e desigualdade social, comumente colocados em um mesmo nível, encontram muita dificuldade no Brasil para oferecerem apreciações seguras sobre a realidade. Primeiro porque os dados da receita federal são envoltos de sigilo intenso, e dão conta apenas de uma parcela restrita da população; e segundo, pela pouca confiabilidade das pesquisas domiciliares brasileiras.

Baseado em pesquisas domiciliares, Marcio Pochmann⁹³ (2014), afirma que a partir de 2003, o Brasil passou para um processo lento de desconcentração da renda no país. “O crescimento da massa de rendimento do trabalho acima da renda nacional convergiu para que o segmento que responde a entre 6% e 38% dos brasileiros mais pobres no conjunto da população pudesse ascender econômica e socialmente”. Segundo ele uma série de medidas tomadas a partir de então foram a causa dessa mudança de sentido na forma de apropriação da renda.

Desde 2003, todavia, vem ocorrendo o processo de inversão de prioridades. Com isso, houve menor deslocamento de recursos públicos ao rentismo, bem como o estabelecimento de novas políticas de renda acrescidas ao apoio às classes trabalhadoras na forma de emprego em profusão e elevação da renda na base da pirâmide social (POCHMANN, 2014).

⁹² Para informações mais detalhadas conferir: POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 1ª Ed, 2014, pp. 115-140.

⁹³ POCHMANN, Marcio. **Trajetória e deslocamento distributivo no Brasil**. Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/trajetoria-e-deslocamento-distributivo-no-brasil>

Os números de Pochmann são óbvios e incontestáveis em si, a melhora evidente nas condições de vida da população elevou o nível de participação da renda do trabalho no conjunto geral da renda nacional. O aumento da renda subordinado à lógica de inserção no mercado de trabalho precarizado⁹⁴ e as transformações do padrão de consumo a nível internacional.

Uma conjugação de fatores contribuiu para que na virada do século XX houvesse uma mudança significativa no padrão de consumo da população brasileira. O ciclo de modernização no padrão de consumo contemplou a incorporação de parcelas significativas da população situada na base da pirâmide social. Por outro lado, a reconfiguração da produção de bens duráveis, conformada nas grandes corporações transnacionais por meio das cadeias globais de produção, permitiu difundir o consumo de baixo custo. Assim, o conceito de sociedade *low cost* ganhou notoriedade, especialmente com o deslocamento da produção manufatureira para os países asiáticos, sobretudo a China (POCHMANN, 2014, p. 113).

No entanto, há alguns elementos da dinâmica capitalista que foge ao campo de quantificação usada por Pochmann: o primeiro é a relação entre o fluxo da renda do trabalho e a concentração e centralização de capitais. Mesmo o aumento visível da renda do trabalho, não alterou o fluxo de centrifugação de toda a renda em função das necessidades da acumulação de capital. Pelo contrário, o aumento da renda nos setores inferiores da pirâmide social brasileira foi funcional à dinâmica de acumulação de capitais. A simplis distribuição de renda em maior quantidade, não significa que tal renda seja efetivamente apropriada pelos indivíduos. Não há poupança por parte das pessoas de baixa renda, e geralmente o consumo final é intermediado por produtos bancários portadores de juros, que corroem o número inicial da renda recebida. Por outro lado, não houve aumento da concorrência entre os capitais, mas justamente o contrário, há um fluxo corrente da renda para realização das mercadorias dos grandes monopólios nacionais e internacionais. A grande parte do consumo das famílias fica restrita em cerca de 100 grandes monopólios. Por exemplo, quando se vai ao supermercado não são mais de 20 empresas que abastecem os carrinhos dos consumidores, geralmente os estabelecimentos comerciais também não passam de um grupo restrito de grandes redes de supermercados. Com a crise há uma concentração ainda maior do consumo nos monopólios.

O segundo elemento, diz respeito às formas de corrosão tanto do aumento da

⁹⁴ Para maiores detalhes ver: POCHMANN, Marcio. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012. pp. 23-46.

renda como da configuração do consumo. Numericamente o aumento da renda e os ganhos reais do salário mínimo são evidentes, e passíveis de comparação com os níveis de renda e de consumo de outras épocas, como muito bem faz Pochmann. Mas, há de se levar em conta que uma parcela considerável dessa renda é apropriada apenas simbolicamente pelas diferentes frações da classe trabalhadora. Estudos revelam que os estratos sociais que menos ganham são os que mais pagam impostos e contribuem com a maior parcela da arrecadação nacional⁹⁵. As formas bancárias do crédito no Brasil que viabiliza boa parte do consumo, é outra meio de corrosão da renda, pois o consumidor ao comprar algum produto, principalmente os bens duráveis, paga um valor maior do que o valor de mercado do produto, na forma de juros⁹⁶. E, por último elemento corrosivo que é a pouca durabilidade dos bens chamados duráveis, cuja obsolescência é altíssima, tanto a técnica como a funcional. O subconsumo foi amenizado, no entanto, agora ele é um círculo vicioso⁹⁷, altamente corrosivo.

Reinaldo Gonçalves (2013) diz que é irrefutável a melhora com a redução da desigualdade de renda e da pobreza no Brasil, mas, chama a atenção para os limites das pesquisas que medem a desigualdade de renda por amostragem de domicílio. Segundo ele, essas pesquisas “subestimam rendas que são derivados do capital (juro, lucro, e aluguel) e tendem a expressar, fundamentalmente, a distribuição de rendimentos da classe trabalhadora e as transferências públicas sociais” (GONÇALVES, 2013, p. 147).

A grande sacada do lulismo foi criar um conjunto de políticas sociais de tal forma pulverizadas que dinamizavam os giros da grande centrífuga de produção do valor e realização das mercadorias. Articulou o interesse da elite econômica com a melhora das condições de vida das camadas mais empobrecidas, funcionalizando a precarização generalizada, driblando a luta de classes e a classe média tradicional.

⁹⁵ Para maiores detalhes ver: <http://economia.uol.com.br/noticias/infomoney/2014/08/14/injusto-quem-recebe-ate-tres-salarios-minimos-e-quem-mais-paga-impostos-no-brasil.htm>, e em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140313_impostos_ricos_ms

⁹⁶ O sistema bancário brasileiro teve um salto extraordinário nesse período muito respaldado nesta pulverização do crédito.

⁹⁷ Quando meus pais se casaram em 1979, eles compraram um fogão, uma cama, um guarda-roupa, uma mesa com cadeiras, uma geladeira e um rádio. Nenhum produto era de primeira linha, todos pertenciam à linha popular da época. Exceto o rádio, todos os demais ainda estão em uso. Lá se vão 35 anos. Isto é uma coisa impensável para os bens “duráveis” consumidos atualmente. Boa parte estará em péssimas condições em cinco anos de uso. O que torna o nível de consumo atual menos glorioso, mas muito mais funcional à lógica de acumulação de capital. Claro que esses dados são difíceis de quantificar e mensurar, mas são amplamente conhecidos e merecem registros, ao menos como nota de rodapé.

Conforme explica Justino de Souza Junior⁹⁸:

Se o Estado providência precisou de fartas parcelas do fundo público para aplacar as exigências dos trabalhadores nos países centrais, no governo Lula da Silva se conseguiu efeito político arrebatador, inclusive no plano internacional, gastando cerca de 1% do orçamento. Dependendo do ponto de vista que se adote para analisar o caso, pode-se encontrar no governo Lula o agente da realização de grandes feitos sociais ou, de outro modo, se pode identificar, na face oculta, justamente o caráter perverso do lulismo, ou seja, a utilização da miséria como modo de se reproduzir como governo, atacando superficialmente a miséria material, mas alimentando a miséria da consciência, a miséria política, e reproduzindo o velho sistema - noutras palavras, retocando a maquiagem, mas mantendo as feições (SOUZA JUNIOR, 2015).

Todos esses elementos geram situações especiais para o regime de acumulação dependente e periférico que ocorrem no país. No caso brasileiro a taxa de retorno do capital monopolista e financeiro não necessariamente precisa ser acompanhado de crescimento econômico constante. Durante o mandato da presidente Dilma, mesmo com taxas de crescimento pífias, a lucratividade do capital bateu records em várias frentes. A compensação do não desenvolvimento pode ser alcançada com a combinação especial entre a melhora do padrão geral de consumo pelos aumentos marginais da renda do trabalho, e com a generalização e aprofundamento da superexploração do trabalho. Se o que marcou os anos gloriosos da era Lula foi a generalização do trabalho precarizado, sua primeira grande crise econômica está sendo resolvido com o aprofundamento dos níveis de superexploração, através de um conjunto de ataques aos direitos constituídos. Procedimento que Ruy Braga tem chamado de A era da pilhagem⁹⁹.

Geralmente, os defensores da desigualdade de renda no país têm acentuado a oscilação da renda entre os estratos sociais da base da pirâmide social brasileira, sem levar em conta o que acontece no topo mais circunscrito da mesma. Um grupo de pesquisadores formado por Marcelo Medeiros¹⁰⁰, Pedro H. G. Ferreira de Souza¹⁰¹ e

⁹⁸ Justino de Souza Junior. A consiliação de classes e a lei das terceirizações. In: Correio da Cidadania, 2015. Disponível em: http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10731:submanche010515&catid=72:imagens-rolantes

⁹⁹ Para maiores detalhes ver: <http://blogdaboitempo.com.br/2015/05/25/a-era-da-pilhagem/>

¹⁰⁰ Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil. E-mail: mclmdr@unb.br.

¹⁰¹ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Brasília, DF, Brasil. E-mail: pedro.ferreira@ipea.gov.br.

Fábio Avila de Castro¹⁰² elaboraram uma pesquisa inédita a partir dos dados tributários da Receita Federal entre 2006-2012, publicadas em um artigo chamado: *O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012)*¹⁰³, em que apontam a permanência e inclusive a numeração ampliada da concentração da renda nas frações do topo, correspondentes aos 0,1%, 1% e 5% mais ricos, em comparação com outras fontes de pesquisa. Conforme tabela abaixo:

Tabela 1 Razões entre as Rendas Totais dos Estratos nos Dados Tributários e nas Pesquisas Domiciliares (Brasil, 2006-2012) (%)¹⁰⁴

	0,1% / 1% Mais Rico	0,1% / 5% Mais Ricos	1% / 5% Mais Ricos
DIRPF*	43,3	24,6	56,7
PNAD*	24,2	10,1	41,6
Censo	34,6	16,6	48,0
POF	23,5	10,0	42,5
2008/2009			

* Médias do período 2006-2012.

Se não ocorreu no auge do Brasil lulista o fenômeno clássico das experiências neoliberais de aumento do desemprego – visto a expansão dos níveis ocupacionais, como forma de minar as forças do trabalho diante do capital – existe um mecanismo da condensação do atraso que é a generalização do trabalho precário, como forma de substituir por rodízio e flexibilização os excedentes assustadores do exército industrial de reserva.

Se na Era FHC a flexibilização, o desemprego e os desmontes neoliberais deram o

¹⁰² Secretaria da Receita Federal, Brasília, DF, Brasil. E-mail: fabioavcastro@yahoo.com.br.

¹⁰³ MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. F.; CASTRO, Fabio Avila. **O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006-2012.** (August 14, 2014). Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=2479685>

¹⁰⁴ Fonte: Renda dos estratos - DIRPF 2006 a 2009; População - IBGE, projeções de população; Renda das famílias - estimada a partir das Contas Nacionais do IBGE; PNAD 2006 a 2012; Censo Demográfico 2010; POF 2008/2009.

tom da consolidação do regime de acumulação neoliberal; a hegemonia neoliberal lulista desenvolve a inserção precária e assistencializada como novo mote de regulação e oxigenação do padrão de reprodução neoliberal. Consequentemente, a internalização pulverizada das relações sociais neoliberais fortalece num primeiro plano as frações burguesas internas, fazendo parecer, que o desequilíbrio em favor do capital financeiro internacional do momento anterior estava sendo compensado.

O movimento de internalização seguiu a norma da dependência estrutural econômica do modelo de desenvolvimento neoliberal internacional, que Jaime Osório (2012) chama de: o novo padrão exportador de especialização produtiva¹⁰⁵. Na periferia do sistema, valoriza-se a inserção pelo consumo fetichizado, e não pela autonomia produtiva e desenvolvimentista. Frei Betto¹⁰⁶ (2015) demonstra de forma clara que ao consagrar no macro o capitalismo neoliberal e no micro um paternalismo populista de benefícios aos mais pobres, não se criam as bases para a superação do regime de acumulação neoliberal, muito menos uma política de acesso ao consumo de longo prazo.

“O governo facilitou o acidental, não o essencial. O acesso aos bens pessoais, como produtos da linha branca (geladeira, máquina de lavar, fogão, micro-ondas etc.), não foi complementado com o acesso aos bens sociais: educação, saúde, transporte público, segurança e moradia” (BETTO, 2015).

Nesta situação a redução marginal da desigualdade de renda não é um mecanismo que vai minando a desigualdade social, mas pelo contrário, é um modo de funcionalizar pelo consumo os fluxos mais encorpados de valorização do valor, em todos os poros da vida social. Como o próprio estudo realizado pelos economistas do FMI¹⁰⁷, que agora cinicamente sugere - depois de três décadas em que o padrão de reprodução do capital neoliberal destruiu, e continua a destruir grande parte dos mecanismos de proteção social que assegurava direitos importantes a grande massa dos trabalhadores e subalternos. A saída encontrada não é perfazer os níveis de proteção via direito social e regulamentação das relações de trabalho, e sim, funcionalizar políticas pontuais de

¹⁰⁵ OSÓRIO, Jaime. América latina: **o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região**. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; e LUCE, Mathias (orgs). Padrão de reprodução do capital. São Paulo: Boitempo, 2012. pp. 103-134.

¹⁰⁶ BETTO, Frei. **Brasil, modelo esgotado**. Correio da Cidadania, 2015. Disponível em: http://correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10715:freibetto270415&catid=17:frei-betto&Itemid=55.

¹⁰⁷ Op. cit.

distribuição de renda para que o ciclo virtuoso de concentração e centralização de capital continue. Se nos primórdios das experiências neoliberais, o Chile sob a ditadura de Pinochet cumpriu um papel fundamental como tubo de ensaio para generalização do sistema; frente a crise crônica e rastejante do desenvolvimento neoliberal na atualidade, o Brasil de Lula oferece através de um conjunto de políticas sociais subordinadas ao mercado e a reprodução expansiva das condições precárias de trabalho, o calmante temporário ao modelo capitalista hegemônico¹⁰⁸.

Sob estes aspectos, é possível pensar as políticas regressivas que estão marcando o segundo mandato de Dilma, como um complemento da lógica fundamental que orientou o conjunto de políticas sociais lulistas, e não uma ruptura. Tal como sugere na publicação do FMI, o grande sentido das políticas sociais de redução da desigualdade de renda tem um papel idêntico ao que o professor Daron Acemoglu¹⁰⁹ afirma no relatório: “a desigualdade extrema pode prejudicar a confiança e a coesão social, levando a conflitos, o que desencoraja o investimento”. Ora bolas, e não foi justamente este o sentido que tais políticas tiveram no Brasil, articular o consenso passivo das massas?

Política social de redução da desigualdade de renda na forma como ela foi produzida no Brasil é disciplinamento passivo. Porém, quando em vias de esgotamento, já no primeiro governo Dilma, diante do avanço crescente das greves e mobilizações sociais, principalmente nas grandes obras de infraestrutura do PAC, e nos conflitos nos limites de expansão da fronteira agrícola, a militarização da luta social volta a ter elevados investimentos, e passará a corresponder a fase intermediária de transição do lulismo neoliberal dissimulado, para um lulismo neoliberal despido. Assumindo novamente papel fundamental no reordenamento social constante segundo as necessidades do padrão de reprodução do capital. Mas não foram somente esses os mecanismos de disciplinamento do trabalho da era Lula. Outro elemento fundamental foi a expansão do crédito, subordinado aos interesses da agiotagem bancária e da dinâmica especulativa do complexo monopolista brasileiro. O endividamento é um ótimo motivador disciplinatório. Além de ser um recuperador de contingentes de mais-valia pela manipulação especulativa, ao corroer o poder de compra dos ganhos sociais do trabalho, reativando formas sutis de espoliação no processo de acumulação de capital.

¹⁰⁸ Mesmo que a classe dominante utilize de todas suas forças para restaurar o cenário de devastação anterior.

¹⁰⁹ Op. cit.

Isto posto, parece claro a funcionalização da redução contida da desigualdade de renda em vista da manutenção e aumento da desigualdade social.

5. Imperialismo neoliberal e o Brasil, quais novidades?

O lulopetismo alimentou enganosamente, numa parte da esquerda, um desígio antiimperialista e anti-neoliberais das realizações internas e externas das macropolíticas que marcaram seu período. As estreitas relações mantidas com os governos progressistas latino-americanos, a expansão das relações econômicas com a China e países africanos, causavam uma impressão de oposição direta e frontal ao imperialismo estadunidense, ou no mínimo, uma autonomia mais que relativa.

Assim como, as melhoras sociais internas colocaram rios de tinta no argumento de um período pós-neoliberal. Propositamente, os pontos de atrito eram valorizados pela força da propaganda interna, e até mesmo pela crítica dos setores midiáticos burgueses, que transformam qualquer vírgula dissidente em relação aos Estados Unidos, num parágrafo longo de antagonismos. Num misto de superestimação das realizações lulistas, com uma leitura enviesada do imperialismo estadunidense, transformando-o num super tirano monolítico, desviou-se das reais significações, tanto do lulismo quanto do imperialismo atual.

Há várias concepções explicativas sobre o imperialismo, que circundam duas posições fundamentais de sua dinâmica real. A primeira, ligada estritamente a ingerência política e militar do Estados Unidos, seguindo uma lógica territorial de poder¹¹⁰; e, a segunda, ligada ao próprio modo de reprodução do capitalismo neoliberal com DNA estadunidense em escala universal, como sujere Devid Harvey em *O Novo Imperialismo*:

Cada lógica faz surgir contradições que tem de ser contidas pela outra. A acumulação interminável do capital, por exemplo, produz crises periódicas no âmbito da lógica territorial devido à necessidade de criar uma acumulação paralela de poder político/militar. Quando o controle político se altera no âmbito da lógica territorial, os fluxos de capital também têm de se alterar para adaptar-se a isso (HARVEY, 2004, p. 149).

A hipótese sustentada aqui, de um imperialismo condominial, é embasado pela segunda opção. Pretende contrapor uma visão equivocada que serve como justificativa e defesa política do lulismo em que imperialismo seria uma ânsia constante em empreender golpes e dominação territorial direta, e não o dinamismo próprio do regime

¹¹⁰ (HARVEY, 2004, p. 149)

de acumulação neoliberal captaneado nas metrópoles do poder econômico, conduzido a nível global pelo EUA, conforme define Prabhat Patnaik, economista indiano:

Esta opressão dos trabalhadores do terceiro mundo pelo capital metropolitano não é alguma conspiração clandestina; é uma parte do próprio *modus operandi* do capitalismo. É errado, portanto identificar imperialismo só com casos em que são engendrados golpes militares, ou em que é executada intervenção militar por países capitalistas avançados ou pelo seu líder, os EUA. O imperialismo, muito embora possa, em certas ocasiões, dar origem a tais intervenções, ou à "diplomacia da canhoneira", não é idêntico à "diplomacia da canhoneira" (PATNAIK, 2015)¹¹¹.

Não pretende-se com isso, minimizar o caráter interventivo, belicoso e conspirativo do império. Tais aparatos existem, são gigantescos e indispensáveis a reprodução do capital imperialismo internacional. No entanto, os renitentes fracassos das incurções bélicas dos EUA, na companhia de países parceiros, principalmente com a Inglaterra, demonstram os limites da ocupação militar. Diante do que tem ocorrido no Iraque e no Afeganistão e depois da vitória de Barack Obama, o imperialismo intensificou sua ação política na construção da hegemonia, e pela hegemonia ele disputa o consenso dos Estados parceiros, dependentes e periféricos. Deixando para trás a viragem neoconservadora e territorialistas que haviam caracterizado o governo George W. Bush que precisou para manter a atividade militar externa, impor internamente uma disciplina muito semelhante a militar, com sacrifício de liberdades civis para garantir a “segurança nacional” (HARVEY, 2004, p. 156). A construção do consenso exige que interesses distintos e até mesmo contrários sejam dirimidos para a obtenção dos objetivos maiores: no caso, a permanência da dinâmica do capitalismo neoliberal financeirizado, que atravessa os Estados de ponta a ponta, se encarrega de subverter o resto.

A lógica territorial de poder, não desapareceu totalmente. Na verdade, ela continua como uma necessidade estrutural do império estadunidense. Teve muita adesão interna a partir dos atentados do 11 de Setembro, mas perdeu fôlego diante da desmoralização no Iraque, das restrições internas e com a crise de 2007/8. No entanto, ela deixa de ocupar a centralidade do espectro político. Seu grande limite, é que pra se efetivar majoritariamente a nível mundial, ela desestruturaria a dinâmica capitalista neoliberal de poder, destruindo as próprias condições internas de sustentação de uma

¹¹¹ PATNAIK, Prabhat. **O conceito de Imperialismo**. Resistir.info, 2015. Disponível em: http://resistir.info/patnaik/imperialismo_29mar15.html

ofensiva belicosa com frentes em todo o globo. Mesmo assim, existem estas aspirações no interior do Partido Republicano estadunidense.

Os neoconservadores acreditam fervorosamente que, uma vez estabelecida por eles uma ordem em todo o mundo e uma vez demonstrados os benefícios dela, a oposição a seu militarismo, tanto no nível da população em geral como entre governos em toda a parte, vai se dissipar quase por inteiro... o neoconservador se sobrepõe ao neoliberalismo na crença de que os livres mercados de mercadorias e de capital contêm tudo que é preciso para proporcionar a todos liberdade, bem-estar, sombra e água fresca (*idem*, p. 162).

A era Lula representou um período de importante congratulação política/econômica com o imperialismo estadunidense. Embora, tivesse elencado pontos de atrito em relação a política diplomática estadunidense. O Brasil cumpriu um papel de estancamento dos potenciais progressistas na América Latina. Avançou sua participação capital imperialista na região, e ao mesmo tempo em que dinamizou os canais de valorização do valor, garantindo cotas para a burguesia interna, subordinada ao *modus operandi* internacional de acumulação de capital. O Brasil, sob a hegemonia burguesa de tipo lulista ampliou as relações capitalistas na região mantendo o fluxo de mais-valor para o centro dinâmico do capital internacional. São essas amarrações que precisa-se compreender para mapear o desenvolvimento concreto do imperialismo como apresenta Mascaro:

Acoplados a Estados específicos, os capitais operam um processo – variado e contraditório – de exploração e dominação. Assim, por força política e social, mas também e principalmente do capital, dá-se uma clivagem entre Estados e territórios, erigindo entre eles uma hierarquização material, política e social. Trata-se de um processo de desenvolvimento desigual – embora atrelado entre seus polos – dos Estados territórios. Tal evolução quase nunca é só realizada pelo capital ou só pelo Estado; na dinâmica geral das relações do capitalismo, empreende-se um processo conjugado. Em se tratando de um movimento político e econômico, estabelecendo entre Estados, territórios, sociedades e economias uma hierarquização com vetores de poder e submissão, entende-se tal dinâmica geral como imperialismo (MASCARO, 2013. p. 101).

Ao imperialismo, é preciso estabelecer uma conexão com as profundas transformações ocorridas nos últimos tempos e não tirá-lo como topificação reduzida da linha de atuação da expressão mais radical do partido republicano estadunidense. Tais procedimentos mistificadores, ao invés de identificar o nível de abrangência e maturação da expansão imperialista, o reduzem a hipotética teoria da conspiração, sem se flagrar, que mesmo esta, é muito mais sofisticada na realidade, do que nos devaneios conspiratórios produzidos por parte da esquerda.

Os diversos Estados nacionais atuam e apresentam formas políticas de abrangência e ordenamento distintos, mas desempenham um papel de sufocamento de suas classes trabalhadoras ao apresentarem-se como unidades competitivas com relativa correlação entre si. Para pensar o imperialismo não basta apenas pensar nos pontos de conflito, mas compreender qual a relação destes com os elementos de convergência, e quais predominam dentro da análise de um período histórico. “A afirmação unilateralista do poder imperial norte-americano não se dá conta de modo algum do alto grau de integração interterritorial hoje existente no âmbito da organização capitalista da circulação e da acumulação do capital” (HARVEY, 2004, p. 166).

Os Estados nacionais se estruturam sob uma desigualdade material escalonada, tanto por blocos, como de um Estado para outro. Aparentemente, relacionam-se sob a premissa de uma igualdade jurídica, que os coloca em patamares de soberania política parecida. Mas, os Estados nacionais são desiguais nos planos econômico, social e político. É sob essa desigualdade que atua o imperialismo, imprimindo pela força das relações a dominação econômica dos demais. Em certas conjuturas a dominação imperialista necessita o uso direto da política-militar, noutras, se privilegia às relações político econômicas, que pelo processo atual da divisão internacional do trabalho imprimem os nexos internacionais de valorização do valor necessária.

O que tem ocorrido hoje – ao contrário do movimento que ocorreu nas décadas de 1930/40, quando houve o fechamento em blocos regionais de poder, produzindo a crise e depois levando à Guerra pela competição interblocos, que Lenin chamou de guerra interimperialista – é a formação de blocos regionais e alternativos de poder abertos, com ampla conexão interblocos e autonomia significativa dos diferentes países em relação ao bloco de pertencimento. A crise profunda pela qual passa o imperialismo neoliberal não oferece, ao menos no curto prazo, a expansão do imperialismo territorialista como saída. Para que isto se tornasse minimamente viável, é preciso supor um colapso geral do neoliberalismo. A hegemonia estadunidense apresenta-se fragilizada. As ranhuras com a Rússia, são performáticas, não terão consequências mais sérias sem a derrocada de um aprofundamento generalizado da crise, que abale todo o sistema internacional posto. O crescimento econômico da China tampouco ameaça, no curto prazo, a liderança norte-americana a nível mundial.

Obviamente os Estados Unidos continuam cumprindo um papel central no ordenamento econômico, político e militar no mundo todo. Não é nada desprezível sua capacidade de intervenção e ingerência nos conflitos mundiais, tampouco, é

insignificante o papel espoliativo que suas incursões militares apresentam. Mas, daí, reduzir a sua ação política-econômica ao seu viés invasivo e belicoso é ignorar o processo real da expansão imperialista no mundo, é ignorar o papel fundamental extração de mais-valor que ocorre no mundo todo com seu ponto de centrifugação no domínio estudunidense. A economia americana consegue empreender um processo de exploração em escala mundial, com mais fragilidade, a partir de 2008, mas ainda assim, hegemônica. Inclusive, pela relação intensa com sua nova potencial adversária, a China.

Neste sentido, é importante atentar para a mudança que ocorre a partir do momento em que os Estados Unidos se consolidam como única grande potência mundial. O processo ocorre a *pari passu* com o desenvolvimento do neoliberalismo no mundo todo. A era Bill Clinton (1993- 2001) foi um período exitoso do poderio expansivo Norte Americano. Aquele período ficou marcado pelo “pacifismo” do democrata que comandara a Casa Branca. Na América Latina, o neoliberalismo foi implantado com profunda colaboração política das elites locais, cujos confrontos com as resistências internas ficou a cargo de cada país. A tentativa do Bush filho de reativar os expedientes de força militar para estabelecer o domínio imperialista territorial, se demonstrou fracassada, de tal modo que Obama em dois mandatos não conseguiu reverter os rebatimentos negativos das cruzadas do George Walker Bush. Claro que Obana, também foi assolado profundamente pelo longo processo de crise aberto em 2008, mas o processo de condução da dinâmica imperialista internacional é sensivelmente distinta, operando claramente pela construção do “consenso” entre centro e periferia. No que se refere a América Latina, os últimos acontecimentos¹¹² apontam pra “avanços” diplomáticas sensíveis em relação aos focos de maior resistência. Mesmo ocorre com a política americana em relação à Palestina, diametralmente oposta ao do período anterior.

As guerras frontais entre Estados se tornaram menos desejosas, tornou-se preferível particularizar os inimigos. O terrorismo torna-se o inimigo procurado, dentro de fronteiras estatais sem precisar declarar guerra ao Estado invadido, aparentemente. As duas últimas grandes excessões foram a Guerra do Afeganistão, na luta contra o Talibã e a Guerra do Iraque, contra o regime de Sadan Hussen, com fim já registrado¹¹³.

¹¹² Nos dias 10 e 11 de abril de 2015 aconteceu no Panamá a Cúpula das Américas, onde pela primeira vez os 35 países da região participaram e marcou a reaproximação entre EUA e Cuba, depois de mais de 50 anos de impasses.

¹¹³ Levando em conta que os fracassos americanos não amenizam o rastro de destruição e violência

Outras deflagrações beligerantes contam com a colaboração americana, como nos casos da Faixa de Gaza (hoje bem mais recuada), a Guerra Civil Síria, e da Ucrânia, mas a disposição para o conflito direto e aberto é limitada. As incursões contra o Estado Islâmico talvez sejam o único conflito aberto em que os EUA atuam. Tentativas de indução de Golpes militares em países que fazem enfrentamento político aos Estados Unidos também se tornaram menos freqüentes. Na América Latina, os dois últimos empreendimentos golpistas ocorreram na Venezuela em 2002 e em Honduras em 2009. Pode-se ainda sugerir a deposição de Fernando Lugo no Paraguai. O primeiro com clara participação americana foi um fracasso rotundo; o segundo seguiu arrastando-se com desaprovação na Organização das Nações Unidas; o terceiro, envolto de uma série de contradições internas e com visível desgaste entre setores populares.

Alysson Mascaro, chama a atenção para essa transforção do imperialismo na era neoliberal. Segundo ele, o pós-fordismo aprofundou a sobreposição internacional do capital sobre os Estados,

No imperialismo pós-fordista, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos se erigem como a única superpotência mundial, constituindo-se, na sua materialidade econômica, política e militar, como centro do sistema-mundo capitalista contemporâneo, ao seu lado soma-se uma constelação de Estados principais do capitalismo – China, Japão, países europeus, entre outros. Ainda que estabelecida sobre intensa competição econômica e grandes antagonismos estratégicos, a operacionalização da política internacional de tais países centrais tende a uma coordenação, na medida que estão todos submetidos ao mesmo processo de acumulação. Nos países periféricos do mundo, as margens de opção política e as condições de oferta para o capital terminam por ser ditadas a partir das possibilidades e da dinâmica do capitalismo central (*idem*, 105).

O neoliberalismo fragilizou os Estados. O capital se fortaleceu como uma força pra além dos Estados. Isso, não quer dizer que sua dependência dos Estados nacionais seja menor, mas seu poder de expansão arrebatou a dinâmica local.

“As hierarquias entre Estados se apresentam agora insculpidas em condições que dependem de uma decisão internacional do capital, o que se encontra para além das tradicionais forças internas, até então quase sempre advindas do poder militar, das forças produtivas próprias e das vantagens geográficas e naturais”(*idem*, p. 106).

Porém, só pode haver uma dominação do capital para além dos Estados graças aos próprios Estados e entre eles, principalmente o americano. Essa forma de

imperialismo não é exclusivamente de dominação, é também de acordo, de compartilhamento estratificado do poder de decisão.

Objetivamente, não se compreende a expansão imperialista estadunidense e sua transmutação permanente sem compreender o papel da China, que pela capacidade de expropriação da mais-valia absoluta e mais-valia relativa entra como sócia colaborativa do imperialismo na forma de um condomínio internacional, minando o poder de reação da classe trabalhadora no mundo todo, que articula as potências econômicas, as transnacionais, e os grupos econômicos e políticos locais de diversas partes do globo. Pelo consenso ou pela força: tanto o consenso forçado do livre mercado, como também pela força consensuosa da ofensiva bélica.

Foram poucas as economias mundiais, que a partir de meados dos anos 1990, não modificaram para menos sua relação comercial com os EUA e aumentaram sua relação com a China¹¹⁴. Depois que a China entrou no mercado mundial com a força produtiva da hiperprecarização em escala, inserindo, num intervalo de duas décadas, mais de 500 milhões de trabalhadores na dinâmica de produção de mais-valor internacional, ela tornou-se parceira comercial importante de qualquer país do mundo, dinamizou os processos de precarização e flexibilização do trabalho próprios do neoliberalismo e nivelou por baixo toda a luta histórica do trabalho x capital.

O fenômeno Chinês coincide com a liberalização dos mercados realizadas pela agenda neoliberal nos anos 1980/90. O grau de imbricamento foi tanto que é impossível pensar nas consequências imediatas das políticas neoliberais sem a correspondência direta com a China. Pois, foi pra lá que muitas empresas das economias centrais e mesmo periféricas migraram, atrás das garantias do modelo comunista chinês e do baixíssimo custo da força de trabalho. Na América Latina, o resultado imediato foi a

¹¹⁴ Segundo João Bernardo, “até ao ano 2000 o comércio entre o Brasil e a China manteve-se em dimensões muito modestas, mas cresceu rapidamente a partir de então. Em média e avaliadas em dólares, as exportações da China para o Brasil mais do que quadruplicaram no período de 2000 a 2004 relativamente ao período de 1986 a 1999, e quase triplicaram de 2005 a 2007 relativamente ao período anterior. Paralelamente, as importações da China provenientes do Brasil quase quadruplicaram de 2000 a 2004 relativamente ao período de 1986 a 1999 e mais do que quadruplicaram de 2005 a 2007 relativamente ao período anterior. Isto significa que a China, que em 1999 ocupava o 15º lugar na lista dos países de destino das exportações brasileiras, recebendo 1,4% das exportações totais, passou em 2007 para 3º lugar, recebendo 6,7% do total, e em 2010 ocupou o 1º lugar, com 15,2% do total. De 2002 a 2010 as exportações do Brasil para a China, medidas em dólares, cresceram 1.000%. Quanto à estrutura do comércio externo entre os dois países, enquanto a China exporta cada vez mais produtos intensivos em tecnologia, o Brasil exporta *commodities* e produtos intensivos em recursos naturais, sendo mínima a exportação de produtos manufaturados e semimanufaturados” (BERNARDO, 2011). Disponível em: <http://passapalavra.info/2011/09/44051>.

reprimarização e "desindustrialização" de praticamente todas as economias que passaram a ter relações substanciais com ela.

A partir da crise de 2008 este papel se consolidou, tornando a China uma sucursal fundamental do condomínio imperialista mundial sob direção dos EUA, em que o Brasil e o restante dos BRICS entram como condôminos menores da nova dinâmica de dominação imperialista. Vide as grandes campeãs criadas por Lula e seus padrões de atuação e utilização da força de trabalho, atuando em vários países da América Latina, da África e da Ásia.

O complexo agroexportador brasileiro é um clássico da configuração de um condomínio imperialista internacional. Enquanto é totalmente dependente da matriz tecnológica estadunidense e européia, sua vazão é principalmente para a China. Uma operação que só pode se viabilizar pela intervenção pesada do Estado brasileiro, através das políticas agrícolas, dos planos safras do Ministério da Agricultura e da política internacional constante do governo. O saldo dessa dupla confluência imperialista (endôgena e exôgena), foi o fortalecimento de um dos setores arcaicos mais conservadores e antidemocráticos do Brasil: a nova aristocracia burguesa agroexportadora. Confortavelmente assentados na base econômica de apoio do lulismo. De quebra o movimento social do campo ficou em frangalhos, e a própria Reforma Agrária tornou-se uma pauta vencida. É importante observar como o capital imperialismo de modo integrado varreu o campo brasileiro de cabo a rabo. Por incrível que pareça os derrotados do campo (defensores da reforma agrária: Via, MST, CPT, Fetraf Brasil, etc) são os maiores defensores da política diplomática da era Lula.

Nos anos 1990 era grande o êxodo de pequenos agricultores em todo o sul do Brasil. A pequena agricultura, desassistida frente aos governos, começou um intenso processo de luta e organização para conquista de crédito e subsídios agrícolas, a fim de não ficarem inviabilizados frente a expansão dos grandes latifúndios. O crédito veio, como conquista da luta ainda no governo FHC, mas chegou subsumido aos pacotes tecnológicos oferecidos pelas grandes transnacionais¹¹⁵, que desenvolvem um modelo de agricultura viável praticamente em grandes extensões territoriais. O crédito, intermediado pelo Estado, foi a forma de financeirização da lógica da produção agrícola nas pequenas propriedades. Adquirido com o aval de fiador, geralmente um vizinho ou parente, ele compromete o agricultor a atingir, inapelavelmente, determinadas metas

¹¹⁵ Monsanto, Bayer, Dupont, Cargil, Ford, Massey Ferguson, Pfizer, New Roland, etc.

de produção. Caso, isso não se realize em coeficiente monetário para pagar a dívida – em função de problemas com o clima ou com os baixos preços do mercado no período da safra – ele estará comprometido e comprometendo seu fiador. Nem precisava o Banco do Brasil fazer a cobrança, será compelido a fazer em função de um conflito de vizinhança. Do final dos anos 1990 até meados dos anos 2000, o endividamento foi grande, e uma outra leva expressiva de camponeses tiveram que vender tudo e abandonar o campo. Quem conseguiu continuar na atividade teve que se adequar completamente a lógica do agronegócio e ir rolando anualmente o endividamento, pegando um empréstimo para pagar outro, geralmente, tendo que se sujeitar ao pedágio caríssimo da agiotagem. No segundo mandato do governo Lula, começaram a surgir linhas de créditos para pequenos agricultores adquirirem máquinas e implementos agrícolas pesados, em suma, o objetivo era diminuir a penosidade do trabalho agrícola, mas principalmente desovar nas unidades de produção as máquinas das grandes transnacionais do agronegócio, quase todas estadunidenses. Porque para quem tem 10 ou 20 hectáres de terra, a produtividade não aumenta em função do uso de maquinaria pesada. A aquisição diminui o trabalho penoso, mas cria uma nova dor de cabeça para se quitar em parcelas. A taxa de sub-utilização do equipamento é elevadíssima, e acaba se tornando um trauma econômico irreversível, tanto para o agricultor, quanto para o país.

Este, é um exemplo claro dos mecanismos da ação imperialista neoliberal estruturado num país periférico dependente e consorte menor da dinâmica de valorização do valor, intermediada pelo Estado. Por esse motivo, a crítica anti-imperialista dentro do lulo-petismo precisa abstrair a dinâmica real do imperialismo e lançar mão da paranoide imperialista neoconservadora, como se este estivesse realmente em questão. Assim, habilidosamente, o lulo-petismo aprofunda o imperialismo enquanto jura combatê-lo. Kátia Abreu¹¹⁶ se tornou um exemplo acabado dessa nova configuração: é declaradamente pró-imperialista, contra a autonomia latino-americana, antidemocrática, desmatadora, escravista e Ministra do governo Dilma II.

O pacto estrutural da hegemonia burguesa conferida pelo lulismo se assentou sobre o amálgama dessa dupla confluência, repotencializando pela expansão do mercado de trabalho na forma precarizada, os novos mecanismos de combinação de

¹¹⁶ Para mais detalhes ver: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/katiaabreu/2014/08/1501400-a-falencia-bolivariana.shtml>

extração de mais-valia relativa e mais-valia absoluta, que no caso específico do agronegócio brasileiro, ainda encontram congêneres de relações trabalhistas similares ao do período colonial.

A crise do capital está sendo resolvida com o reforço do imperialismo por partilha de influência, não por seu enfraquecimento. Cada Estado, a seu modo, está tentando dirimir as contas da crise em suas respectivas classes trabalhadoras, e quando for o caso, pela expansão da ação dos capitais nativos em outros Estados ainda mais fragilizados. Mesmo que a direita tradicional chie com os investimentos do Governo brasileiro em Cuba, por exemplo, em pleno processo de abertura comercial, os setores industriais liderados pela Fiesp¹¹⁷ estão entusiasmadas com o novo filé mignon de mão de obra qualificada e barata. O que indica que se está entrando num novo patamar de acumulação capitalista na região, em que um novo padrão de precarização do trabalho faz-se necessário para atender às expectativas da crise sem alternativas por que passa o imperialismo neoliberal..

Não se trata de uma alternativa ao imperialismo, como apregoam os novos bate estacas da razão dualista, mas sim, de uma alternativa para o imperialismo e a nova crise de seu estágio neoliberal. Esta aí a experiência que os gestores de esquerda desses países oferecem para salvar o neoliberalismo de sua crise, transformando-o e ampliando-o substancialmente. O suposto papel contra-hegemônico do Banco dos Brics está mais no nível do arremedo político do que qualquer elemento sólido de transformação alternativa. Inclusive a pauta econômica para o tipo de investimento é de reforço e aprofundamento do modelo que está posto e não de ruptura. Aponta mais para um novo condomínio imperialista mundial do que para uma alteração na hegemonia mundial. Suas previsões de investimentos reforçam o papel estrangulador da força de trabalho em todos os cantos e a reprimarização agroexportadora dos atores mais frágeis.

Alguns pontos ainda importantes nessa discussão: O imperialismo na forma de condomínio, não tem nada a ver com o imperialismo pulverizado de Negri e sua consequente desmaterialização, ou atuação por fora do Estado. O imperialismo de condomínio com sua estratificação de partilha é uma relação concreta, dinamizada pelo impulso de extração de mais-valia absoluta e mais-valia relativa na forma histórica específica que principalmente os EUA e a China ofereceram à era neoliberal, e com a correspondência similar nos países dos Brics. Ele requer o papel preponderante do

¹¹⁷ Para mais detalhes ver: <https://www.youtube.com/watch?v=Y4pQQIn0Dus>

Estado Nação, com alguma margem de autonomia (soberania) afim de efetivar localmente possíveis desestabilizações. Ele não altera a centralidade do imperialismo estadunidense, transforma-se num alongamento dele, pois, lhe é componente vivo e estrutural.

Os governos progressistas da América Latina estão encontrando profunda dificuldade de seguir adiante. Esse esgotamento tem relação direta com o papel que Lula cumpriu frente aos acordos que fez com os EUA. Lula interditou o Banco do Unasul, o único meio capaz de dar viabilidade econômica pra toda a alternativa progressista latino-americana. Sem isso, o resto de sua política em relação aos países da região, ficaram restritas a perfunctórias ou aprofundamento da expansão capital. A ação das grandes empreiteiras brasileiras (as acionistas majoritárias do sistema político brasileiro) na região é de drenagem e limpeza, para abertura de novas veias na América-latina.

Quanto ao bloco “contra-hegemônico” dos Brics, o roteiro fundamental não se altera, e certamente, é uma alternativa à dependência exclusiva ao FMI e Banco Mundial, mas está muito longe de ser alternativa ao imperialismo e ao neoliberalismo, pelo contrário, tende a aprofundá-los em patamares ainda mais dramáticos para a classe trabalhadora mundial. Pois, a característica principal dos Brics, já é o elevado grau de superexploração do trabalho, como motor da acumulação de capital. O que o segundo governo Dilma está fazendo é a atualização para baixo do estatuto do trabalho; bem de encontro dos padrões Chineses, Sul-africano e Indiano. Então, não se trata de bloco contra-hegemônico, mas de um bloco de integração intra-imperialista, que pelas profundas relações que todos os países tem com os EUA, pode-se chamar de bloco imperialista condominial neoliberal.

A relação entre China e EUA é a maior relação nominal entre duas nações da história da humanidade. Certamente elas competem, mas nem de longe são antagônicas, pois há uma colaboração estrutural da ordem de reprodução do capital internacional. A própria relação comercial do Brasil com os EUA cresceu 22% nos últimos quatro anos. Não dá pra ficar fazendo transposição dos termos antagônicos da Guerra Fria para explicar o tempo presente. Assim como, não dá pra transplantar os termos de explicação do nacional-desenvolvimentismo pra entender o Brasil contemporâneo. O imperialismo neoliberal atua sob novas determinações.

6.Qual hegemonia? Qual crise?

Hegemonia e crise formam um par relacional fundamental para a compreensão do processo histórico de desenvolvimento capitalista, evidentemente, as duas categorias contornam em especificidades as suas fases de reprodução. A grosso modo, cada fase é marcada por uma composição hegemônica específica, e por distensões de crises correlatas. Entendendo que a atual fase do modelo de desenvolvimento neoliberal compõe um período específico dentro do processo histórico de transformação do capitalismo, especula-se sobre qual hegemonia e qual crise lhe são então características. Não há espaço, nem pretensão deste trabalho, de elaborar um quadro geral sobre crise e hegemonia no longo processo de desenvolvimento capitalista, mas apenas levantar, de maneira geral, as especificidades do modelo de desenvolvimento vigente.

Em suma, cada fase de desenvolvimento do capitalismo pode ser compreendida como reestruturação da hegemonia em vista de conter o caráter crescente das contradições inerentes ao próprio desenvolvimento capitalista. A propulsão universalizante que o capitalismo ganhou a partir das revoluções burguesas do século XVIII e XIX, obrigou que em países periféricos – onde o protagonismo econômico genuinamente capitalista ainda não tinha maturado – que formações sócio/políticas especiais instaurassem os processos de transformação capitalista das respectivas sociedades, com predomínio provisório do momento político centrado no Estado. São os casos de revolução sem revolução¹¹⁸. A partir da segunda metade do século XX esses processos históricos de transformação capitalista de economias periféricas, praticamente se completaram. Hoje a determinação social do trabalho abstrato percorre todos os quadrantes do globo terrestre, assim como as personificações do capital arrebatam praticamente todos os processos de relações sociais, desde as situações mais gerais aos casos mais particulares. O que evidencia o caráter abrangente que a hegemonia capitalista neoliberal imprime sobre praticamente todas as formações sociais do globo.

É sobre este paradigma mundializado da hegemonia capitalista vigente que se deve abordar o par dialético crise e hegemonia na sociedade brasileira atual. Porém, faz-se necessário demarcar alguns pontos específicos que perfazem hegemonia e crise dentro do modelo de desenvolvimento neoliberal brasileiro. A hegemonia neoliberal

¹¹⁸ Também conhecidos como “via prussiana”, “revolução passiva”, “modernização conservadora”, tratados para o caso brasileiro no primeiro capítulo.

brasileira é heteróclita, compõem-se de momentos distintos, porém contínuos. O fio condutor para abordar a hegemonia, deve passar invariavelmente pelas relações de classes em sua generalidade, ou seja, que leve em conta tanto seus movimentos macro econômicos específicos; como os seus momentos políticos correspondentes.

Um processo hegemônico capitalista, tal qual como se apresenta no Brasil atual, requer uma leitura teórica da bipolaridade dialética entre padrões de integração de classes na forma de desenvolvimento capitalista atual, como também do padrão de desintegração de classe possível diante de tal modelo. É sobre este quadrante que a era Lula deve ser analisada. Ele não constitui uma ruptura hegemônica com o padrão hegemônico em curso. Antes disso, ele apresenta uma variação aprofundada da hegemonia vigente. A qual é tratada aqui como a era de ouro da hegemonia neoliberal brasileira: o lulismo.

Frente a tal quadro hegemônico, pode-se dizer que a crise profunda que marca o modelo de desenvolvimento neoliberal brasileiro é a crise político/cultural das classes subalternas. Cujas afluência econômica pontual verificada no auge da era Lula, não fez mais que aprofundar o estado crítico de todas as fragmentações que compõem a classe trabalhadora enquanto força política organizada. Mesmo assim, o período neoliberal brasileiro foi composto de inúmeras instabilidades¹¹⁹ políticas e econômicas que estiveram perto de transformarem-se em crises mais profundas. Mas, graças ao espesso transformismo das forças políticas dos setores populares, e a solidez do sistema político brasileiro, todas as instabilidades foram revertidas em prol da estabilização do sistema em prol das forças sociais dominantes.

A era Lula, ou mais propriamente o lulismo (resultado da hegemonia) representou em última instância, uma nova unificação da burguesia atuante no Brasil. A pulverização neoliberal da era Lula tem esta função: de rearticular internamente padrões estáveis de desenvolvimento capitalista depois do desmanche da primeira década

¹¹⁹ Geralmente usa-se “crise” para descrever qualquer fenômeno que interrompe um determinado ciclo de estabilidade, seja ele político, econômico ou institucional. O problema desta generalização do conceito “crise” pode exagerar a similarização de processos altamente distintos. Processos que compõem rearranjos de uma mesma estabilidade e processos que expressam insustentabilidade e ruptura. Imediatamente cada “crise” vem acompanhada de um adjetivo que lhe dá especificidade: política, econômica, orgânica, estrutural, cíclica, revolucionária, hegemônica, ideológica, institucional, cambial, etc. Mesmo assim, é possível distinguir variações de profundidade que diferenciam uma “crise” de uma “instabilidade”. Outro risco recorrente ao uso conceitual de “crise” refere-se à acentuação excessiva do momento latente, onde se verifica uma condensação de contradições, por exemplo, a crise econômica de 2008.

neoliberal e as consequências deletérias da abertura dos mercados aos setores manufatureiros internos. Esta interpretação sugere um caminho distinto do que propõe Armando Boito Jr.¹²⁰, que percebe um movimento de ruptura entre as frações burguesas dominantes, divididas entre as forâneas e internas integradas contra frações da grande burguesia interna. O que ocorre, na verdade, é uma reunificação das frações burguesas acentuando o papel dependente da economia brasileira à lógica dominante do mercado mundializado. Mas, é uma unificação especial, porque ela teve que se apoiar no consenso passivo das massas, e no consenso ativo das organizações que compõem o lulismo. Por isso, o lulismo é uma composição especial da hegemonia burguesa neoliberal no Brasil. A proeminência política deste ato é tão evidente que do personagem articulador Lula, passa a ser símbolo de tal expressão hegemônica.

Álvaro Bianchi e Ruy Braga (2015), por sua vez, caracterizam “a forma presente da hegemonia como uma “revolução passiva à brasileira”, ou seja, um processo de atualização gradual do capitalismo por meio de reformas promovidas diretamente pelo Estado¹²¹”. Segundo eles, trata-se de uma “hegemonia restrita”, porém, mais abrangente e resistente que aquela verificada no período de Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002); e, que esta “hegemonia restrita” teria entrado em colapso em meados de 2013.

No entanto, cabe levantar algumas questões sobre tal hipótese interpretativa: 1) se uma das características fundamentais de uma revolução passiva trata-se da carência de hegemonia econômica capitalista, pode-se dizer que é este o caso do capitalismo neoliberal na era Lula? 2) pode-se inscrever as transformações sociais ocorridas na era Lula como “reformas”? 3) não seria a chamada reforma da previdência de 2003, uma contra-reforma? O conceito de “revolução passiva” utilizado por Bianchi e Braga não parece adequado para explicar o caráter da hegemonia vigente no Brasil. Primeiramente, porque na forma como os dois descrevem, a hegemonia torna-se um fenômeno estritamente político; suas formas de consenso nada têm de econômico. Segundo, porque se há algo que marcou a era Lula de cabo a rabo, foi o seu antirreformismo, no

¹²⁰ Armando Boito Jr. *As bases políticas do neodesenvolvimentismo*. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV/ São Paulo. Disponível em:

¹²¹ Álvaro Bianchi e Ruy Braga. *Hegemonia e crise: noções básicas para entender a situação brasileira*. Blogconvergência.org, 2015. Disponível em: <http://blogconvergencia.org/?p=3749>

sentido de alterações na estrutura social. E por fim, a variante lulista não é expressão isolada de um momento hegemônico, mas ela é uma extensão de uma hegemonia muito mais complexa e abrangente. O lulo-petismo compõe, com importante ativismo, uma hegemonia social muito maior. É o lulo-petismo que entra em crise em 2013 e não a hegemonia burguesa especificamente. A fragilização do lulo-petismo dentro do bloco hegemônico não desestabiliza a hegemonia posta. Pelo contrário, ela permite que os setores que verdadeiramente detêm a hegemonia dêem um passo ainda maior no sentido desta, e contra a sociedade. A hegemonia burguesa neoliberal, da qual o lulismo representou seu momento mais celebrativo, segue impavidamente colossal, visto que o longo transformismo lulo-petista destruiu profundamente a musculatura social opositora ao modelo. A crise do lulo-petismo, conseqüentemente, é a consequência de outra crise: a *crise econômica do Estado*, apresentado como crise fiscal, que foi destravada pelo fim do ciclo virtuoso das commodities, e que tem como agente fundamental a voracidade da dívida pública sobre o Estado brasileiro.

Parece inconteste que há uma crise econômica do Estado – que criou momentaneamente uma instabilidade política¹²² no interior do sistema político brasileiro, mais especificamente na cúpula governamental que o lulo-petismo conquistara eleitoralmente – cujo elemento fundamental é a crise da dívida, longínqua, rastejante e crescente. Seu detonador foi a queda brusca do chamado ciclo das commodities, situação sobre a qual o lulo-petismo logrou sua funcionalidade no panorama hegemônico. Porém a crise econômica não gerou especificamente uma crise política (ainda), apenas uma instabilidade; visto o vigor da hegemonia burguesa neoliberal na sociedade brasileira. A crise econômica está sendo transferida para Estado na forma de desmonte do Estado social, e conseqüentemente para a classe trabalhaora na forma de retirada de direitos. A instabilidade política em curso é o meio pelo qual os setores domintes operam a hegemonia a seu favor, transferindo a crise de antemão, antes que ela lhes comprometa economicamente. Este processo perverso não é capaz de criar uma fenda de politização das massas, ao menos em um sentido progressista, visto o avanço dos segmentos conservadores, e, a apatia geral dos trabalhadores frente ao ataque feroz empreendido pelo executivo e o parlamento contra as camadas sociais trabalhadoras.

¹²² A debilidade institucional do segundo governo Dilma, não pode ser confundida com fragilidade do sistema político brasileiro.

A crise econômica do Estado diluiu a superficial defasagem entre poder político e poder econômico. Diluíram-se, conseqüentemente, as disputas contundentes que poderiam haver entre as frações de classe dominantes. A grande política do momento é a atualização desta unidade, evidentemente, à custa do arrocho das classes subalternas em geral, que vêem o “Estado social” ser vilipendiado em detrimento da recuperação da “saúde do Estado econômico burguês”.

A situação é de tal forma inusitada que parece que os mecanismos de reprodução da dominação de classe e de neutralização da ação organizada e coletiva das classes dominadas estão operando com bem mais intensidade do que nos períodos de estabilidade política¹²³. Isto mostra o caráter abrangente da regulação neoliberal que domina o sistema político brasileiro. Um bloco de regulação abrangente que absorveu pelo transformismo as principais forças políticas da classe trabalhadora e as assentou no núcleo central da direção política para que ajam contra a sociedade.

7.O sistema político brasileiro e as formas de representação democrática

O sistema político brasileiro que se constituiu ao longo da chamada Nova República desenvolveu-se de tal modo, que os conflitos existentes entre as frações da classe dominante assentadas no bloco no poder¹²⁴ – oriundos ou não de crises políticas ou econômicas que demarcam períodos de instabilidade dentro do modelo de desenvolvimento neoliberal – respondem fundamentalmente às necessidades inerentes de reestabilização do padrão de reprodução em curso, ou do ajustamento normatizador

¹²³ Ao contrário do que sugere Danilo Martuscelli em *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Marxismo21, Campinas/SP, 2013, . Disponível em: Marxismo21.com: “Já mencionamos que a crise na cúpula tende a propiciar a politização das massas, uma vez que a própria instauração de um conflito no seio das classes dominantes é um forte indício de que os mecanismos de reprodução da dominação de classe e de neutralização da ação organizada e coletiva das classes dominadas estão operando com muito menor intensidade do que nos períodos de estabilidade política” (MARTUSCELLI, 2013, p. 14).

¹²⁴ O conceito de bloco no poder foi elaborado por Poulantzas e indica “a unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, em sua relação com uma forma particular do Estado capitalista. O bloco no poder reporta-se à periodização da formação capitalista em estágios típicos”. Esse conceito permite-nos entrever que, embora a classe dominante, a burguesia, possua um interesse geral comum, a saber, a manutenção da propriedade dos meios de produção e as condições para que a força de trabalho se reproduza como mercadoria, esse interesse geral não anula as diferenças de interesses das frações burguesas diante de uma determinada política econômica e social do Estado burguês. Dessa maneira, o conceito de bloco no poder indica a existência de uma unidade contraditória com dominante. Essa dominância é resguardada para uma das frações que compõem o bloco no poder, a qual Poulantzas denomina como “fração hegemônica”. Nicos Poulantzas. *Pouvoir politique et classes sociales*(vol. II). Paris, Librairie François Maspero, 1972, p. 58. (MARTUSCELLI, 2014, p. 12).

do próprio sistema político quando este não dá respostas seguras à “estabilização” econômica desejada.

O modelo de desenvolvimento neoliberal no Brasil produziu um paralelo de novo tipo entre economia e política, entre capitalismo e Estado, ou seja, transformou profundamente o conteúdo da representação política “democrática”. Há os representados reais e os representados suspensos. Pode-se dizer que há hoje uma espécie de representação derivada, que percorre todas as formas de organizações sociais da sociedade civil ao Estado, dos sindicatos aos partidos políticos. Se todo o processo sócio/político que culminou com a Constituição de 1988 e que marcara também a árdua transição social da Ditadura civil/militar para democracia, foi varado pela discussão entre forma democrática e conteúdo democrático, a consolidação do modelo de desenvolvimento neoliberal inscreveu seu DNA sócio/metabólico em praticamente toda letra da forma política posta. O sistema político brasileiro que compõe a ossatura do padrão democrático vigente é marcado de cima a baixo pelas determinantes sociais do neoliberalismo periférico dependente. Suas impressões digitais estão em toda parte, com maior ou menor intensidade, mas sempre presente.

A intensa mercantilização/fetichização do processo eleitoral e do processo real de existência produz uma imensa massa subalterna atônita frente ao deslocamento do conteúdo da representação, que pode ser política, econômica, cultural, religiosa, etc., mas nem por isso, alheias de seu interesse. Por exemplo: os setores conservadores da chamada bancada BBB (boi, bala e bíblia), mesmo atuando contrariamente, no sentido econômico de sua massa de eleitores, criam agendas no âmbito cultural e moral que vão de encontro às aspirações daqueles. A idéia defendida por Álvaro Bianchi e Ruy Braga (2015) na qual os representados não se identificam mais com aqueles que dizem representá-los¹²⁵, é correta, mas apenas em parte. Da mesma forma, a campanha da Constituinte Popular Exclusiva, que partia de pesquisas sobre o índice de reprovação dos eleitores em relação ao Parlamento, para traçar uma agenda de reforma do sistema político brasileiro, se revelou na verdade em um profundo equívoco; as pesquisas demonstravam um profundo descontentamento com o parlamento brasileiro, a ponto de representar descrédito, porém, logo a seguir, o parlamento foi reeleito com a mesma

¹²⁵ BIANCHI, Álvaro e BRAGA, Ruy. Hegemonia e crise: noções básicas para entender a situação brasileira. Blogconvergência.org, 2015. Disponível em: <http://blogconvergencia.org/?p=3749>

linhagem política anterior. Muitos eleitos, inclusive os mais fisiológicos, contam com um índice de fidelidade dos eleitores muito significativa. Então, significa dizer que de alguma forma estes eleitores se sentem representados por aqueles que elegem.

Claro que a representação não é um feixe de interesses óbvios e bem desenhados, mas seus nexos são vigorosos e suficientes, para empreender esta ofensiva que o primeiro semestre de 2015 está demonstrando. Mesmo em meio a uma chuva de escândalos de corrupção expostos diariamente, o poder executivo e o parlamento impulsionam uma agenda de promoção de mais desigualdade e conservadorismo. Frente a este cenário de colaboração trocada, por que seria necessária uma maioria parlamentar duradoura como sugerem Braga e Binchi? As duas emblemáticas forças “combativas” representadas pelos 13 e 15 de Março de 2015, ao contrário de oferecerem alguma alternativa concreta ao sistema político, validam colaborativamente o ping-pong regressivo em marcha (uma raquetada do executivo, outra do parlamento, e assim sucessivamente...). É justamente neste momento histórico surreal que o consenso passivo e o consenso ativo construídos pelo lulo-petismo atingiram sua fruição burguesa mais apurada. Ele neutralizou a classe trabalhadora e a agenda progressista, mas não consegue imobilizar os segmentos conservadores¹²⁶. Eis o saldo profundo do lulismo enquanto hegemonia, eis as virtudes controversas do reformismo fraco, saudada por André Singer, como agenda positiva no longo prazo.

8.Hegemonia neoliberal - crise estrutural?

Um dos desafios fundamentais para se compreender o tempo histórico atual, com os limites dos reformismos, é a capacidade que a dinâmica capitalista logrou em seu desenvolvimento para subverter os “corretivos” instituídos pela dimensão política de interação social em seu decorrer histórico, que István Mészáros (2015, p. 103) denomina de fracasso do reformismo¹²⁷. Segundo o filósofo, se em tempos ascendentes do desenvolvimento capitalista estes “corretivos” já eram problemáticos, na fase atual, que ele classifica como descendente, tais procedimentos tornam-se cada vez mais aventureiros/ariscados. Sob esta chave de leitura, pode-se compreender os limites (ou a facilidade) com que o “reformismo fraco” da era Lula foi esterilizado e apropriado pela

¹²⁶ Parece ter lhe dado mais força, como se tratará no capítulo IV.

¹²⁷ MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do estado**. São Paulo: Boitempo, 2015. pp. 191

“centrifugabilidade autoexpansionista” do padrão de reprodução capitalista neoliberal. Ao contrário de promover um arrefecimento do ciclo de expansão neoliberal, o lulismo – com seu programa de redução da desigualdade de renda no pólo latente, baseado em políticas assistenciais compensatórias, aumento real (marginal) do salário mínimo e disponibilização de crédito – promoveu justamente uma alternativa momentânea aos limites de reprodução do próprio neoliberalismo.

Recentemente, diante da crise profunda que afeta o modelo neoliberal internacional, o próprio agente internacional de regulação neoliberal – FMI – tem manifestado publicamente¹²⁸ a necessidade de medidas sociais parecidas com as promovidas no Brasil, para superar os entraves de crescimento das economias nacionais frente à aguda crise capitalista em curso mundo a fora. Que assim como no Brasil, transformam-se em crises econômicas do Estado. Segundo eles, a centralização excessiva da renda ao longo das duas últimas décadas criou problemas para o crescimento dos países; e que, países com menor desigualdade de renda crescem mais. Ora, e por que agora o FMI deseja solver os impasses do crescimento das economias nacionais, propondo melhor distribuição de renda? Porque o círculo de expansão por espoliações também apresenta limites, e sobre terra arrasada o padrão de reprodução do capitalismo neoliberal não se efetiva.

A fotografia é de um lagarto comendo o próprio rabo, num ritmo maior do que a capacidade de regeneração do rabo. Os corretivos de re-funcionalização da dinâmica autoexpansiva neoliberal não são para que o lagarto deixe de autocanibalizar, mas para que ele o faça num ritmo em que a regeneração da cauda seja compatível com sua necessidade devoradora. Um alívio de curtíssimo prazo, sempre insuficiente. Esta imagem demonstra duas situações: primeiro, o grau de unidade do modelo de desenvolvimento neoliberal, entre seu padrão de reprodução sócio/econômico e suas formas de regulação jurídico/político/ideológico; segundo, é a impossibilidade de resolução, a médio e longo prazo dos limites do padrão de reprodução capitalista¹²⁹.

¹²⁸ Para mais detalhes ver: Desigualdade de renda afeta expansão do PIB, aponta FMI. Disponível em: <http://www.valor.com.br/internacional/4094348/desigualdade-de-renda-afeta-expansao-do-pib-aponta-fmi>, acessado em 15/06/2015.

¹²⁹ Como se estivesse há um passo a frente na decadência das implicações que a crise atual coloca às diferentes economias, o governo Dilma II avança na destruição das mínimas condições de sustentação que o Estado brasileiro garantia frente à abissal desigualdade.

Destarte, foi sobre esta imagem que a era Lula ofereceu à hegemonia burguesa neoliberal no Brasil o seu momento sublime. O lulismo garantiu uma fuga para frente do modelo de desenvolvimento neoliberal (por pouco tempo 2008 – 2013), mesmo em meio a uma crise financeira internacional.

O centro da hegemonia lulista nunca foi exclusividade do lulo-petismo, ele sempre orbitou o eixo gravitacional da mega coalizão de classes que lhe deu substância, e este eixo é movido sob o compasso do modelo de desenvolvimento neoliberal. A grande virtude desse eixo gravitacional foi adequar à funcionalidade do sistema político brasileiro às expressões políticas mais antagônicas da cena institucional. Se o mérito do período de ouro da era Lula foi fazê-lo da forma mais amistosa possível, as ranhuras atuais na atividade parlamentar, não significam que a hegemonia burguesa lulista esteja se dissipando. Pelo contrário, ela está atingindo um novo patamar de profundidade, retomando sua essencialidade burguesa, despindo-se completamente das máscaras ideológicas fundadas sobre as políticas sociais compensatórias; e por isso mesmo, ainda lulista. Já que o lulo-petismo mostra-se um elemento fundamental desse aprofundamento¹³⁰. O longo transformismo pelo qual o lulo-petismo desidratou as bases mais sólidas das forças contra-hegemônicas está muito longe de ser revertido. Ao menos, ao que tudo indica, esta nova herança “maldita” jogara água no moinho dos setores dominantes por muito tempo. Só será expelido depois que esgotar todas as suas possibilidades de colaboração.

Portanto, é necessário pensar a hegemonia burguesa no Brasil atual também pela avaria social do lulismo, e não pela glorificação de seu momento “reductor da desigualdade”. O pacto conservador definitivamente derrotou o reformismo fraco, e a agenda de longa duração que André Singer (2012) previa não foi a da redução lenta e gradual da desigualdade, mas a de reafirmação dela pelo avanço do conservadorismo e as contradições inerentes ao próprio processo político/econômico levado a diante por este. Talvez seja este o desafio de pensar dialeticamente a situação atual: o lulismo pelo seu saldo histórico e não pela enumeração isolada de suas melhoras pontuais.

¹³⁰Veja-se as manifestações das diferentes setores donos do PIB em apoio a continuidade da presidenta Dilma: <http://www.valor.com.br/brasil/4168260/fiesp-e-firjan-divulgam-nota-em-apoio-reunificacao-do-pais>; <http://oglobo.globo.com/opiniao/manipulacao-do-congresso-ultrapassa-limites-17109534>;

Todavia, depois de duas décadas de intenso transformismo, não é mais factível a defesa do lulismo e com ele o bloco lulo-petista pelo ângulo da luta de classes – apesar de no partido e nas organizações sociais que compõem a sua base persistirem correntes, declarações e resoluções que a defendam sob esta perspectiva – a ação prática do lulo-petismo prova por a + b que suas bravatas progressistas não passam de artifício retórico. Perderam qualquer possibilidade de mobilização social e transformação política num sentido genuinamente progressista. Nem se quer o reformismo fraco sobreviveu.

Durante a abertura do Congresso do Partido dos Trabalhadores em Salvador em junho de 2015, o presidente do partido Rui Falcão, fez uma declaração de que a política econômica “firme com os fracos e frouxa com os fortes, é inconcebível para a sigla”, num exercício claro do cinismo retórico sem conseqüências. Ao cabo do congresso, a resolução do partido retirou qualquer conteúdo crítico à atual política econômica, e de quebra, silenciou o grito dos descontentes. Para Nildo Ouriques (2015) esta posição confirmou definitivamente o servilismo que o partido exerce em relação às inclinações do governo desde 2003¹³¹. Sua capacidade de expressar demandas populares foi se extinguindo ao longo do tempo, sobrevivendo apenas as bandeiras do enfrentamento da pobreza extrema, em políticas sociais de baixa intensidade, que não conseguem atacar o quadro profundo da desigualdade estrutural brasileira e a exploração precarizada generalizada. Na melhor hipótese, a declaração do presidente do partido demonstra a impotência em ação, de um partido que é incapaz de incidir na organização das classes populares, que não apresenta alternativa de poder frente ao Estado, submetido às conveniências de última hora da governabilidade do executivo.

Definitivamente, o lulo-petismo, pela perspectiva de classe em que foi formado, está em um colapso irreversível. A votação em massa da bancada do partido, pela aprovação do “ajuste fiscal” proposto pelo governo, revelam definitivamente a hipótese que Chico de Oliveira¹³² (2007) levantara durante a transição do governo FHC para o governo Lula: a indeterminação programática dos partidos em geral, e em especial a do PT, já demonstrava o esgotamento deste do ponto de vista da classe trabalhadora. A

131

Disponível

em:

http://correiodadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10871:brasil-crise-financeira-ou-fiscal&catid=72:imagens-rolantes

¹³² OLIVEIRA, Francisco. **Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento**. In. Era da indeterminação. OLIVEIRA, Francisco e RIZEK, Cibele (ORGS.) – São Paulo, Boitempo, 2007.

conclusão do V Congresso do partido é no mínimo melancólica, serviu apenas para confirmar em nota oficial a prática constante que o partido já estava realizando há anos. Quiçá servisse para minar a fé ingênua dos grupos que ainda acham que naquele lugar há algo em disputa. Mas a corrosão ideológica é tão profunda que nem a isto o desvelamento sem peias do cinismo enquanto cinismo se presta.

Se o lulo-petismo se alçou como grande fiel da balança da hegemonia burguesa na era Lula, os impasses econômicos em que o Estado se meteu também foi a ele creditado. A grande questão posta no momento para a classe dominante é até que ponto pode-se abrir mão do padrão de gestão dos conflitos sociais, tão habilmente realizadas pelo lulo-petismo, em função dos “deslizes” do governo e seus pares, caso estes sejam rechaçados da cúpula do Estado.

9. E então qual crise?

Para Nilo Ouriques (2015) o que marca a situação da crise atual é uma “imensa crise financeira do Estado, produto do mega-endividamento público (interno e externo) organizado desde 1994, quando entrou em vigor o Plano Real” que se encontrava em 64 bilhões de reais a época, e que ao término do segundo mandato de FHC chegou a cifra de 720 bilhões de reais, dobrando este valor entre 2003 e 2010 com os mandatos de Lula, e chegando aos arrebatadores 3 trilhões de reais em 2015 com a presidenta Dilma. Este imenso despropósito ainda é acompanhado pelas imensas taxa de juros aplicados no Brasil durante as duas últimas décadas. Estando sempre entre as mais altas do mundo. Alimentando assim, uma “inérita república rentista, onde todas as frações de capitais (multinacionais, banqueiros, latifundiários, comerciantes e fundos de pensão) alimentam-se à custa da dívida pública”¹³³.

“Qual a consequência mais importante do fenômeno? O governo destina a metade do orçamento público, ou seja, quase a metade de tudo que arrecada em impostos para o pagamento dos juros da dívida que, não obstante, segue crescendo em ritmo vertiginoso. Em 2014, por exemplo, o governo destinou 45,11% de toda a arrecadação fiscal para o pagamento de juros e amortização parcial da dívida. É como se o país funcionasse no ritmo de uma economia de guerra, tal como Nicarágua nos anos 1980. No entanto, a dívida segue crescendo todos

¹³³ OURIQUES, Nildo Domingos. **Brasil: crise financeira ou fiscal?** Correio da Cidadania, 2015. Disponível em: http://correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10871:brasil-crise-financeira-ou-fiscal&catid=72:imagens-rolantes

os meses, alimentando o rentismo dos detentores dos títulos da dívida pública (OURIQUES, 2015).

Porém, para Braga e Bianchi (2015), ela é uma crise do Estado em seu conjunto que se processa, também, no nível da sociedade civil, onde as classes dirigentes tradicionais passam a manifestar sua crescente incapacidade de dirigir toda a nação, envolvendo partidos e o governo, mas não se limitando a eles. Ainda não se caracteriza uma crise orgânica nos termos de Gramsci, segundo eles, em que haveria uma coincidência no tempo de uma crise econômica e outra política, pois o ritmo de ambas ainda é lento, no entanto, o deslocamento de ambas aponta este horizonte como possibilidade.

“Colocado de tal maneira o problema, tem-se que a crise política não é definida automaticamente pela crise econômica. A crise econômica, tomada em seu sentido amplo como crise de acumulação resultante da queda tendencial da taxa de lucro, pode ser pressuposto de um profundo abalo político. Mas ela não conduz, por si própria, à crise de hegemonia. Para a eclosão desta crise é preciso a coincidência dos tempos de uma crise de acumulação com o acirramento do choques entre as classes, e, no interior delas, entre suas frações. Haveria, assim, uma coincidência no tempo de uma crise econômica e outra política, ou o que Gramsci chama de uma crise orgânica, uma crise que afeta o conjunto das relações sociais e é a condensação das contradições inerentes à estrutura social” (BRAGA e BIANCHI, 2015).

Há aqui um elemento que precisa ser mais bem avaliado, para que se possa compreender realmente de qual hegemonia e de qual crise se está falando. Não parece ser uma crise do Estado em seu conjunto, mas estritamente uma crise do Estado social, no sentido de garantidor de direitos e conquistas históricas das classes subalternas. E é por isso que a “burocracia, a alta finança, a aristocracia rural, as igrejas, os grandes monopólios de comunicação, a banca rentista e todos aqueles organismos relativamente independentes da opinião pública têm suas posições reforçadas no interior do Estado”. No caso brasileiro, a supremacia econômico-político do capital financeiro, permanece uma constante do modelo de desenvolvimento neoliberal. A inflexão que proporcionou um ganho de posições no interior do Estado de segmentos populares e da burguesia interna na era Lula, atuou o tempo todo em correlato fortalecimento da supremacia financeira e não em sentido oposto. Então, se num primeiro momento a entrada do lulopetismo no Governo (e conseqüentemente no bloco no poder) resolveu a incapacidade momentânea das classes dominantes tradicionais de dirigirem toda a nação, a forma pela

qual o lulopetismo compôs a direção da nação ampliou a supremacia das frações burguesas mais fortes sobre a sociedade. Por isso, o que aparenta ser uma crise de direção, como sugerem Bianchi e Braga, de forma alguma indica que há uma crise de dominação de classe, portanto não há crise de hegemonia. Já que o sujeito coletivo da classe trabalhadora, sob qual será descontada a crise, está muito fragilizada na cena política atual. Se as manifestações de Junho de 2013 conseguiram redefinir o limite consensual da hegemonia burguesa da era Lula, ela não conseguiu desenvolver-se autonomamente em direção a um patamar de lutas sociais que lhe garantisse ao menos a resistência prolongada.

Para Nildo Ouriques há que se observar o essencial de como o consórcio “petucano” maneja bem a situação política atual,

A despeito das acusações mútuas sobre corrupção e pequenas desavenças no Congresso, a verdade é que, no terreno da economia e das questões centrais, tanto o PT quanto o PSDB estão basicamente de acordo. (OURIQUES, 2015).

Assim, Ouriques resume o teor fundamental da crise econômica brasileira,

“derivada da ação corrosiva e silenciosa dos juros da dívida e da queda dos preços dos produtos agrícolas e minerais exportados pelo Brasil, limitou drasticamente as possibilidades do consenso e, em consequência, o sistema ‘petucano’ concordou que o ajuste era mesmo inevitável” (*idem*,).

O problema de seguir o raciocínio de Nildo Ouriques a risca, é que pode-se chegar a uma derivação quase que direta da política em relação ao econômico. Não se pode negar que tal conclusão tem fundamentos, mas, incorre-se de certo bitolamento analítico, desconsiderar de forma tão cabal as especificidades do sistema político brasileiro e de sua forte incidência sobre o modelo de desenvolvimento neoliberal em curso no país. É impossível pensar a introdução e o desenvolvimento do modelo neoliberal brasileiro apenas pelas contingências diretas da questão econômica. Tal hegemonia foi construída pela ativação de inúmeras “formas de consenso”¹³⁴, onde o protagonismo das forças políticas foi fundamental. Desde os arranjos no interior do sistema político até o transformismo no interior do chamado “campo popular”. A

¹³⁴ Sobre como Gramsci articula o conceito de hegemonia às “formas de consenso” para se distinguir da identificação simples entre *ideologia, cultura e linguagem*; ver Christine Buci-Glucksmann. *Gramsci e o estado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. p. 80

hipótese que se levanta neste trabalho, sobre a pulverização das relações sociais neoliberais, não é uma derivação direta de necessidades naturais inscritas no padrão de reprodução capitalista vigente; trata-se, antes de tudo, de uma invenção política do lulo-petismo. Evidentemente, que ela se mantém restrita dentro da totalidade social que lhe dá substância, mas não dá pra negar sua originalidade dentro dos limites entre crise e hegemonia que compõem o atual modelo de desenvolvimento.

Certamente, as conseqüências desta crise econômica profunda do Estado recaem de modo especial sobre o lulo-petismo e suas políticas no comando do governo federal. Pois, são eles que têm que anunciar a solução que o mercado lhe impõe. O que intensifica outra crise em curso: a crise de representatividade, de modo geral, do próprio lulo-petismo. Pois, sua base social, embora aceitando com ressalvas a manutenção da política econômica ortodoxa, durante toda a era Lula, tem dificuldades de aceitar que o governo articule uma ofensiva deste teor em defesa dos interesses do mercado. O estrangulamento das contas públicas e o aparecimento quase diário de escândalos de corrupção envolvendo o partido minam de vez a confiança no lulo-petismo como um todo. As novas pesquisas de aprovação do Governo Dilma chegam aos patamares mais baixos da história¹³⁵. O que mostra o esfacelamento do consenso passivo, ainda que o consenso ativo, nos termos usados por Braga e Bianchi (2015), esteja de alguma forma funcionando.

Cabe ressaltar, porém, que o problema de representatividade dos partidos em geral, não é um elemento novo, pois ele também acompanha o processo de configuração política da era neoliberal. Porque o modo de regulação política que se configurou na Nova República deslocou a representatividade política dos partidos para as bancadas de interesses, em que a regulação consorciada¹³⁶ formado em torno do sistema político absorveu a representação. Assim, a bancada evangélica, por exemplo, representa um contingente diverso e numeroso da sociedade brasileira, ela não tem apenas um partido

¹³⁵ Conforme pesquisa do CNI/Ibope divulgada no Valor.com, que indica uma rejeição de 68% da presidenta Dilma. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/4116636/com-68-de-rejeicao-governo-dilma-e-o-mais-mal-avaliado-desde-sarney>

¹³⁶ Para Marcos Nobre a lógica do condomínio que toma conta do sistema político brasileiro fecha-se em si mesmo, excluindo da representação enorme maioria da população. Apesar de “Lula” ser uma espécie de link entre o grande povão e o poder político, através das políticas sociais compensatórias, assim, mantêm-se a marginalização das massas em relação ao sistema político. Marcos Nobre. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo dilma*. São Paulo, Companhia da Letras, 2013. Pp. 114-115

específico, ou de referência, apesar de apresentar alguns partidos mais puros como o PR e o PSC, ela está diluída em praticamente todos os partidos. Tal quais os setores da classe média tradicional que tomaram as ruas em março e abril de 2015, que orbitam eleitoralmente em torno no PSDB, mas mantêm proximidade eleitoral com vários outros partidos e personalidades políticas.

Percebe-se que assim, o processo de desenvolvimento político brasileiro contemporâneo, foi um processo lento e gradual de apropriação privada da *res publica*. Esse processo se deu com a conformação de um pacto político feito por cima, que apesar de manter o sufrágio universal, tornou a representação política praticamente censitária. Bancadas parlamentares e poderes executivos representam efetivamente setores muito restritos da população: os setores mais abonados. Embora que estabeleçam por distintas formas de consenso uma “representação” adesiva de amplos contingentes populacionais. Não se pode negar que a figura do Lula, logrou algum grau de representatividade direta de amplos setores populares pobres; ou mesmo que a bancada evangélica detenha representação evidente entre numerosos setores sociais evangélicos. No entanto, essas formas de consenso, que perfazem caminhos ideológicos, culturais, religiosos e até mesmos assistencialistas, neutralizam e restringem o campo de interesses de classe dos quais estes setores populares procedem. É necessariamente neste ponto que crise e hegemonia se compõem dialeticamente um mesmo processo.

Neste modelo de regulação consorciada o partido programático dilui-se nas bancadas e perde espaço também pro ativismo ideológico de seus parlamentares. Por exemplo, não houve problema para o PP manter apoio fiel aos governos Lula-Dilma nesses anos e ao mesmo tempo abrigar ferrenhos opositores do governo entre seus pares, com notáveis anti-petistas, como Jair Bolsonaro, Ana Amélia Lemos, e outros.

Com a expansão do conservadorismo no metabolismo de reprodução da sociedade brasileira, que cresce constantemente no vácuo deixado pelas forças progressistas, são os interesses econômicos de classe que vão cedendo lugar entre os setores populares para pautas ético/políticas de cunho mais conservador. Um exemplo disso é o da bancada da bala, que está absorvendo o apoio de amplos setores populares, respaldados em pesquisas que indicam a aprovação de 90% da população à redução da

maioridade penal¹³⁷. Toda essa mudança na substância da representatividade política brasileira tem a ver com a expansão do conservadorismo em todos os poros sociais que avançou ininterruptamente nos últimos 25 anos, mas também está relacionada à fragilidade democrática que se constituiu na pós-ditadura.

A Nova República não foi simplesmente uma transição contida, sua grande novidade foi a instauração de uma democracia de mercado no Brasil, solo fértil para o aprofundamento do caráter conservador da sociabilidade brasileira. Que resolveu a questão de hegemonia no campo do conservadorismo político e econômico. Acreditou-se que a Nova República teria aberto um ciclo longo de progressivas possibilidades, assim como mais tarde, atribuiu-se tal tarefa a era Lula. De certo modo, os limites pelos quais hegemonia e crises seriam resolvidas no novo período democrático, já estavam postos em balizas estruturais no processo de transição democrática. O que significa que o modelo de desenvolvimento neoliberal brasileiro tem uma verve política com DNA ditatorial. E não são poucas as figuras que transitaram de um período ao outro, solenemente, sempre amasiados no poder.

Segundo Paulo Arantes¹³⁸ (2014), o mito fundador do Brasil contemporâneo de que vencemos a ditadura é falso, pois a ditadura só teria mudado o país de alto a baixo porque venceu em toda linha:

“E venceu tão inapelavelmente que nos fez acreditar que a derrotamos. Talvez tenha sido esta sua maior vitória. Esse é o mito fundador do Brasil contemporâneo, o de uma democracia nova que emergiu vitoriosa do tratamento de choque de um regime de aniquilação sistemática de seus inimigos de classes, aliás, cuidadosamente selecionados – não se reprimia e desaparecia a esmo” (ARANTES, 2014).

Tanto em Paulo Arantes como em Francisco de Oliveira (2010) aparece uma figura trivial similar para elucidar o vergalhão histórico onde se inscreve a hegemonia lulista. No primeiro, em relação à Ditadura: onde o mito da vitória popular sobre o adversário, permite que o adversário continue dominando; e no segundo, em relação à

¹³⁷ Conforme matéria divulgada em [Oglobo.globo.com](http://oglobo.globo.com) no dia 22/06/2015. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/maioridade-penal-aos-16-tem-apoio-de-nove-em-cada-dez-brasileiros-diz-datafolha-16514952>

¹³⁸ Paulo Arantes. *O legado da copa e os mecanismos de repressão*. Blog da Boitempo, 2014. Disponível em <http://blogdaboitempo.com.br/category/colaboracoes-pauloarantes>

dominação burguesa, onde as classes dominadas tomam a “direção moral” da sociedade e a dominação burguesa se faz mais descarada¹³⁹. Os dois convergem que a atual compilação do poder sob a regência do lulismo despolitiza a sociedade, transformando seus problemas em questões administrativas: gestão securitária do social. Se na Ditadura “o vencedor fez seu o programa do vencido, radicalizando-o e ultrapassando-o¹⁴⁰”; a vitória que marcou a transição democrática carregou em si a triste nota de que um dia houve resistência de verdade no país. A quebra da espinha dorsal da resistência é o grande agente oculto que os vinte anos sob o comando dos militares legou para a hegemonia burguesa neoliberal que o sucedeu. Aspergindo paulatinamente “o poderoso movimento democrático que deitou raízes em praticamente todos os setores da sociedade¹⁴¹”, e que nalgum momento logrou encurralar o Regime Militar.

A política de choque que marcou a Ditadura transformou-se num novo componente de “consenso” pela força para a hegemonia da nova fase do desenvolvimento capitalista brasileiro: o processo contínuo e profundo de militarização da vida social. Embora o Estado permaneça com o monopólio da força, é preciso compreendê-la em três movimentos correlatos de sua expansão. O primeiro movimento denota um processo intensivo de privatização dos sistemas de “segurança” para formar o complexo da segurança privada disseminado: armas, agentes, carros-fortes, câmeras, cercas, alarmes, blindados, travas, muros, choques, detecção magnética, senhas, códigos, grades, cadeados, controle de dados, etc. O segundo movimento incorre da militarização da “gestão social” na caça ao “público alvo”. Todos os fatores de gravidade social passam a serem tratados a partir de uma nova linguagem militarizada, sob a idéia de “combate”: pobreza, miséria, seca, violência, crime organizado, violência doméstica, desmatamento, vandalismo, poluição, invasores, doenças, analfabetismo, etc. “Sendo um perito em recursos humanos, o subversivo clássico de ontem é hoje um gestor estratégico precioso¹⁴²” das novas forças oponentes da militarização em curso. Pois como diz Paulo Arantes, na nova linguagem “multiplicam-se os públicos-alvos, e

¹³⁹ OLIVEIRA, 2010, p. 24

¹⁴⁰ *Idem*, p. 371

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 372

¹⁴² ARANTES, 2014.

alvos existem para serem atingidos por algum projétil, ou projeto, como se queira”¹⁴³.

Em terceiro lugar, a intensificação do aparato militar do Estado. A militarização, especialmente ocorrida no primeiro governo Dilma evidencia tacitamente uma preventiva e “necessária” demonstração de força, para que possíveis forças sociais oponentes do atual padrão de reprodução social, sob a regulação da conciliação de classes não se rebele contra a ordem. Nos pontos centrais de acumulação por exploração e por espoliação a repressão tem sido ativada pelo governo desde o princípio, respectivamente no trato da questão indígena com os possíveis desdobramentos para a fronteira agrícola e no trato com os trabalhadores nas grandes obras do PAC e da Copa, onde protesto contra as degradantes condições de trabalho tem sido duramente reprimidas pela Força Nacional. O alvo é sempre o reatualizado “inimigo interno”. Agora, objetivados nos desestabilizadores, sejam eles trabalhadores, jovens negros, indígenas ou *black blocs*, etc. A grande vantagem oferecida pela hegemonia neoliberal lulista é a dissimulação de que na atualidade os rebelados contra a ordem atuam contra os “avanços sociais” da era.

Talvez, daqui pra frente – diante do esgotamento retórico sobre os tais avanços sociais da Era, e perante a “necessidade” vital que a política de “ajustes” é defendida – os possíveis novos rebelados sejam acusados de estarem atentando contra a busca do divino “equilíbrio fiscal das contas do Estado”.

Este conjunto repressivo evidencia as novas formas de consenso em vigência na sociedade brasileira. Há um processo de materialização das formas de consenso. Cada vez mais a produção do consenso requer uma força material objetiva, e uma produção material concreta. Todos os grandes aparelhos privados de hegemonia dispõem agora de uma formidável indústria cultural e de *merchandising* a sua disposição. Por exemplo, uma grande Igreja neopentecostal tem a sua disposição canais de televisão, jornais, gráficas, editoras, centros de eventos, templos faraônicos, lojas e lojas virtuais, sítios eletrônicos, etc.

Cabe ressaltar que a produção e reprodução em escala do consenso pode ainda ser dividida em uma agenda “positiva” e outra negativa. No que diz respeito à agenda

¹⁴³ *Idem*,

“positiva” tem papel fundamental a afluência social da era Lula, é inegável que tais melhoras, mesmo que pontuais, criam uma manta de expectativas positivas em relação ao próprio capitalismo. No interior desta afluência social o acesso ao consumo através da expansão do salário mínimo, do acesso ao crédito consignado e ao ensino superior, o aumento da empregabilidade, etc. foram de fundamental importância para a consolidação do consenso no Brasil. Tudo isso fez aumentar o ideal empresarial de si (uma forma geral de organização da vida social): capital humano, inteligência emocional, investimento em si mesmo, auto-responsabilidade pelo sucesso ou fracasso, espírito empreendedor, foco operacional, etc¹⁴⁴. Dimensões da propaganda econômica que são incorporadas pelos indivíduos e passam a lhe orientar o comportamento em função da lógica social mercantil. A mistura entre a lógica de administração de empresas e psicologia criou uma nova racionalidade econômica que se generalizou¹⁴⁵.

No entanto, é importante destacar o papel da agenda negativa para emolduração do quadro consensual atual. Para Vladimir Safatle (2015) o espaço comunicacional praticamente generalizado se tornou um fator determinante da produção do consenso pela construção social de “afetos”. As estruturas sociais mobilizam afetos, mas nenhuma delas corresponde na prática o afeto que mobiliza. Em larga medida, o afeto que construiu nossos vínculos sociais foi o medo: o afeto político central. A produção do medo gera um desejo desesperado por segurança. A produção social deste afeto torna materialmente orgânica a relação entre força e consenso, dando uma coesão dialética para a hegemonia. O noticiário policial diário espalhou-se por praticamente toda a programação dos grandes mídias. A cobertura em tempo real de seqüestros, tragédias, assaltos, linchamentos, assassinatos, etc. na forma sensacionalista como é feita, gera uma sensação de insegurança generalizada, muito maior do que realmente possa existir. O consumo desenfreado da sensação de insegurança gera a necessidade latente da produção material da militarização da vida social. Outorga uma ordem tácita de violência às forças militares em ação, principalmente contra comunidades pobres e

¹⁴⁴ Outro dia durante uma visita dos avaliadores dos cursos de pós-graduação da Caps a este programa, foi grande e constante a menção da expressão: “formação de recursos humanos”. Segundo o papo quente entre discentes do programa e avaliadores, a permanência desses programas era essencial para atender a demanda de “recursos humanos qualificados” na área de Assistência Social. Recursos humanos, eu hein!

¹⁴⁵ Para mais detalhes ver Vladimir Safatle em a Lógica do Condomínio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9mUmZQ6o8mk&spfreload=10>

negras. Batem e matam indiscriminadamente. Não é à toa que as populações pobres, mesmo com motivações muito mais latentes, têm maior dificuldade para se manifestar. A lembrança recorrente da repressão lhe é infinitamente mais traumática.

É dentro desse quadro de ordenamento forçado dos deslocamentos sociais que a apropriação privada da Nova República, correlata a “apropriação privada” da mentalidade social, tornou-se um fenômeno diretamente ligado a forma de expansão neoliberal na periferia do sistema capitalista. Seu primeiro passo refere-se a manutenção e desenvolvimento galopante da grande herança do período militar: a dívida pública, que estrangula consideravelmente a capacidade de desenvolvimento autônomo. O segundo momento é a transferência em massa dos segmentos estatais mais consolidados e lucrativos ao controle direto dos setores capitalistas, geralmente organizados na forma de consórcios (*holdings*). Na terceira cena, aparece o aparelhamento dos aparatos burocráticos diretamente ligados aos interesses dos setores capitalistas em segmentos específicos, como: a Coordenação-Geral da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, diretamente subsumida às transnacionais do agronegócio; Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDS, sob controle total dos setores burgueses, determinando políticas econômicas de desenvolvimento conforme as demandas das frações mais influentes no momento; Ministério da Fazenda, o *bunker* da economia rentista brasileira; o Comitê de Política Monetária – Copom, definindo as diretrizes da política monetária e de juros é praticamente um consorte do rentismo dentro do estado; só pra ficar nas mais expressivas, ainda existem muitas outras. O quarto ato, trata-se da monetarização e financeirização generalizada do sistema político. Uma profunda rede – legal e ilegal – de financiamentos, doações, distribuição de propinas, lobby político e tráfico de influência que determinam desde resultados eleitorais gerais até votações restritas no parlamento, que torna censitária a “democracia” política brasileira.

Assim sendo, a dominância do setor financeiro sobre o conjunto da sociedade, é em última instância, a grande causa da crise que se abate sobre o Brasil atualmente. E, praticamente todas as medidas que estão sendo tomadas reforçam este modelo operante de aprofundamento da crise. Não há qualquer alternativa às forças de esquerda que possa fugir ao enfrentamento estrutural deste processo. A mundialização do capital sob a égide do sistema financeiro esta aprofundando sua falência e levará a sociedade mundial ao colapso. A luta é internacional, mas apartir das especificidades de cada

território nacional. A especificidade brasileira é este pântano tenebroso!

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, analisaram-se os elementos fundamentais que conformam a hegemonia neoliberal lulista a partir do processo histórico de transformação capitalista da sociedade brasileira, e mais especificamente, a partir das mudanças ocorridas com o modelo de desenvolvimento neoliberal. Neste sentido, a análise percorre duas linhas gerais: o padrão de reprodução neoliberal; e, o processo de ampliação da regulação consorciada assentada no sistema político brasileiro.

No que concerne ao processo histórico de transformação capitalista da sociedade brasileira, analisou-se, no capítulo 1, o decalque precário com que a modernização internalizou-se. Tanto em suas veredas ideológicas como em suas realizações práticas. Entre os modelos ideais e a experiência concreta havia um *default* (atraso) intransponível pelo jogo de correspondências da correlação de força em questão. Em grande medida, a promessa de futuro dos modelos ideias impediam a fatídica autocompreensão: o atraso que assolava o espaço nacional era em si mesmo um elemento genuinamente moderno, desde o período colonial. Foi sob este paradigma que se deu a formação do Brasil desenvolvido: uma reatualização constante da desigualdade gritante, do conservadorismo, autoritarismo, patrimonialismo, etc., cujo Estado desempenha papel central.

Ainda no capítulo 1 pode-se demarcar o processo profundo de transformação da sociedade brasileira entre os anos 1980 e 1990. No espectro político, as vitórias e derrotas que marcaram a transição democrática da Ditadura Civil Militar evidenciado pelo ascenso das organizações populares e o movimento Diretas Já, cristalizados na Constituição de 1988, e as consequências adversas da derrota de Lula em 1989, juntamente com a derrocada do modelo soviético. No espectro econômico, as duras transformações que o modelo de desenvolvimento neoliberal começou a implantar a partir do governo Collor, aprofundando-se através de um conjunto de medidas macroeconômicas no intenso desmonte do Estado Nacional dos governos FHC. Destes dois processos correlatos consolidou-se ao longo do tempo um modo de regulação abrangente da sociedade brasileira, que articula no modelo de desenvolvimento neoliberal – sob hegemonia do grande capital financeiro e industrial, cujo domínio

pertence a um condomínio restrito de grandes capitalistas – um padrão de reprodução específico do capitalismo; cuja gestão geral da sociedade se dá pela esfera política/estatal, onde assenta-se um consórcio regulacionista mais amplo, com caráter eminentemente conservador, do qual o lulo-petismo passara a ocupar lugar central a partir de 2002.

No capítulo 2 analisou-se as especificidades do debate analítico sob Era Lula, fundamentalmente, aqueles que estabelecem um recorte à esquerda. Neste intento estabeleceu-se três recortes pontuais: a análise defensiva da era Lula; a crítica consentida do período; e, a crítica radical. A partir do segundo mandato de Lula (2006 – 2010) e a eleição exitosa de sua sucessora: Dilma Rousseff (2010), as produções acadêmicas em busca do estabelecimento de um significado geral para a era Lula se multiplicaram. Sob a predominância das categorias: hegemonia, lulismo e neodesenvolvimentismo, abriu-se um leque considerável de produções sobre o período, que culminaram em importantes contribuições para a compreensão do Brasil contemporâneo. No geral, tais produções ousaram, dentro de seus limites, dar um passo a frente na compreensão da sociedade brasileira superando, em grande medida, os clássicos da Formação do Brasil. Certamente, a figura central desta transição é Francisco de Oliveira, um clássico vivo, criativo e em plena atividade.

No capítulo 3 tratou-se da especificidade neoliberal na era Lula, num claro contraponto às teses que defendem que tal Era corresponde a um pós-neoliberalismo no Brasil, onde as características fundamentais do modelo de desenvolvimento estariam em contenção e retração; ou mesmo, as que defendem a hipótese neodesenvolvimentista como uma variante semi-progressista do neoliberalismo. A hipótese provisória deste trabalho sugere que a era Lula representou uma variação de aprofundamento do neoliberalismo brasileiro, cujos aspectos fundamentais deslocam-se das medidas macroeconômicas do período anterior, para um conjunto de políticas sociais microeconômicas, que possibilitaram dentro de uma conjuntura internacional favorável uma melhora significativa das condições de vida da população ao passo que dinamizaram a fluidez dos mecanismos de acumulação, concentração e centralização de capital. Esta pulverização das relações sociais neoliberais proporcionou recordes de lucratividade ao grande capital financeiro, ao passo que melhorou a posição de setores restritos da grande burguesia brasileira, sem com isto, alterar a correlação de forças e a dependência desta com os segmentos capitalistas internacionais sob a hegemonia

rentista.

Toda esta operação só foi possível com a entrada definitiva do lulo-petismo no mecanismo de regulação consorcida do sistema político brasileiro, mais especificamente entre 2002 com a vitória de Lula, e 2005 com as “soluções” da chamada “crise do mensalão”. A novidade trazida pelo lulo-petismo ao centro do Estado brasileiro e consequentemente ao consórcio conservador assentando em seu sistema político, foi uma formidável capacidade de gerência do conflito social, em parte pelas políticas sociais compensatórias, em parte pela estatização de movimentos sociais e sindicais. Estas formas de consenso – passivo e ativo – proporcionaram ao modelo de desenvolvimento neoliberal brasileiro uma colossal hegemonia: a era de ouro da hegemonia burguesa no Brasil. O saldo deletério para o conjunto das forças progressistas foi a desmuscularização dos instrumentos políticos da classe trabalhadora e a abertura social para o livre desenvolvimento das formas ideológicas do mercado, em suas mais diversas vertentes conservadoras.

Sob o aspecto das transformações internacionais é importante destacar que a era Lula se insere num momento histórico de mudanças das relações do imperialismo estadunidense. Com o fracasso da incursão belicosa e territorialista do período Bush, uma nova estratégia de dominação imperialista é posta em curso, que aqui denominou-se de imperialismo condominial, que compreende a divisão do mundo em espaços de controle desigual mas colaborativo. Muito embora, mantenha-se expressivos conflitos, não chega a se consolidar antagonicamente. Neste sentido, o papel do Brasil na América Latina durante a era Lula foi claramente o de estabelecer um limite de expansão para as experiências populares de resistência ao neoliberalismo que se instalaram na região.

Em suma, tanto as teses do pós-neoliberalismo, como as teses do neodesenvolvimentismo atuaram como elaboração ideológica complementar às formas de consenso da hegemonia neoliberal lulista. Contribuíram organicamente com a “mobilização” imobilizante dos segmentos mais esclarecidos da classe trabalhadora, com a defesa consensuada do Governo. Com o fim do ciclo virtuoso da commodities e a previsível guinada à direita do governo Dilma II, ambas mostraram-se definitivamente equivocadas. O ataque aos direitos sociais, o aumento do desemprego e o repasse exclusivo da “crise fiscal” do Estado para os setores populares derrubou drasticamente os índices de aprovação do governo Dilma, juntamente com uma acepção negativa do Partido dos Trabalhadores, do amplo leque de organizações sociais signatárias do lulo-

petismo e da esquerda em geral. Isto não significa dizer que a capacidade de imobilização e produção do consenso do lulo-petismo tenha se esgotado. Pelo contrário, ele continua muito operante e eficaz, o que de certa forma mantém o respaldo do governo Dilma II junto ao grande capital, que não tem caído no coro da direita oposicionista e dos setores conservadores da classe média tradicional em ebulição no país, com uma coloração claramente anti-petista, enredados na pauta do impeachment. Obviamente, o lulo-petismo tem atuado com um grau de dissimulação cada vez maior.

Embora haja a precipitação de uma crise política no país, que gira em torno da retirada ou não do lulo-petismo do consórcio regulacionista do sistema político brasileiro, o governo Dilma II continua avalizada pelo grande capital. Mesmo em um momento de grandes mobilizações pela sua saída e índices de reprovação recordes, o governo continuará, se seguir a agenda que o grande capital tem imposto, não importando que isto signifique a dramatização da vida social da ampla maioria da população. Isto demonstra, que a hegemonia que ele construiu nas duas últimas décadas não foi pouca coisa. São nestes momentos adversos que se percebe se uma configuração hegemônica é efetiva ou não. Sem minimizar os componentes históricos mais duradouros, aí está o saldo da hegemonia neoliberal lulista!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, Giovanni. Terceirização e neodesenvolvimentismo no Brasil. Blog da Boitempo, 2014. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2014/08/11/terceirizacao-e-neodesenvolvimentismo-no-brasil/>

ARANTES, Paulo. O legado da copa e os mecanismos de repressão. Blog da Boitempo, 2014. Disponível em <http://blogdaboitempo.com.br/category/colaboracoes-pauloarantes>

BEHRING, E. R. Trabalho e seguridade social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In. ____; ALMEIDA, M. H. T. (Org.). **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas**. São Paulo, Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008.

____. Acumulação capitalista, fundo público e Política Social. In. BOSCHETTI, Ivanete. et al. (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo, Cortez, 2008.

BENJAMIM, Cesar. É pau, é pedra, é o fim do caminho. Disponível em: <http://www.contrapontoeditora.com.br/arquivos/artigos/201504302017540.Epauypedra.pdf>

BETTO, Frei. Brasil, modelo esgotado. Correio da Cidadania, 2015. Disponível em: http://correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10715:freibetto270415&catid=17:frei-betto&Itemid=55.

BIANCHI, Alvaro. **Arquiomarxismo: comentários sobre o pensamento socialista**. São Paulo, Alameda, 2013.

BIANCHI, Álvaro e BRAGA, Ruy. Hegemonia e crise: noções básicas para entender a situação brasileira. Blogconvergência.org, 2015. Disponível em: <http://blogconvergencia.org/?p=3749>

BOITO Jr., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV/ São Paulo. Disponível em:

____. A nova burguesia nacional no poder. In: BOITO Jr., Armando e GALVÃO, Andréia (orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda Editorial, 2012, pp. 69-106.

____. **Estado e burguesia no capitalismo neoliberal**. Revista Sociologia Política, Curitiba, 28, p. 57-73, jun. 2007

BOSCHETTI, Ivanete. et al. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo, Cortez, 2008. 280 p.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo a hegemonia lulista**. São Paulo, Boitempo, 2012. 263 p.

_____. Era da pilhagem. Blog da Boitempo, 2015. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2015/05/25/a-era-da-pilhagem/>

BUCCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o estado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

CHASIN, José. A via colonial de entificação do capitalismo. Excerto do livro **O Integralismo de Plínio Salgado - Forma de Regressividade no capitalismo Hiper-tardio**. São Paulo, Ad Hominem/UNA, 1999, (2ª edição). Disponível em: <http://www.verinotio.org/publicacoes/colonial.pdf>

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo, Cortez, 2ª ed. Rev.e atual, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. Orgs. OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; e RIZEK Cibele. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo, Boitempo. 2010. pp. 29-43

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 2ª ed. 1976.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo, Global Editora, 2009. pp. 151.

_____. **Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma política**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo Expressão Popular, 2014. pp. 315.

FIGUEIRAS Luiz A. M. e GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2007. 263 p.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo de desenvolvimento**. Rio de Janeiro, LTC, 2013. 197 p.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Edições Loyola, São Paulo, 2012. 6ª Ed. 201 p.

IAMAMOTO, Marilda V. e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação teórico- metodológica**. 22. ed. São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2008. 380 p.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe: o pt entre a negação e o consentimento**. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis, Editora Insular, 2012. pp. 270.

MARTUSCELLI, Danilo. **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**. Marxismo21, Campinas/SP, 2013. Tese Doutorado. Disponível em: Marxismo21.com

MARX, Karl. **A burguesia e a contra-revolução**. Primeira Edição: Escrito em 11 de Dezembro de 1848. Publicado na *Neue Rheinische Zeitung* de 15 de Dezembro de 1848. Fonte: Obras Escolhidas em três tomos, Editorial "Avante!". Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/12/11.htm>

_____. **Para a crítica da economia política**. In: Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo, Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores) 2ª Ed. Pp. 107-129

MASCAROS, Alysso Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. F.; CASTRO, Fabio Avila. O Topo da Distribuição de Rendano Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006-2012. (August 14, 2014). Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=2479685>

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do estado**. São Paulo: Boitempo, 2015. pp. 191

MORAES, Wallace dos Santos de. *Petismo e chavismo: variedades de capitalismo e de regulação trabalhista no Brasil e na Venezuela*. Dados. Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, jun. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582014000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 abr. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/0011-5258201412>.

MOORE Jr. Borrrington. As origens sociais da ditadura e da democracia. São Paulo, Martins Fonte, 1985.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 3. ed. Ampliada – São Paulo, Cortez, 2001. 176 p.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As ruas e a democracia**. Brasília : Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro, Contraponto, 2013.

NOBRE, Marcos. Depois da “formação”: cultura e política da nova modernização. In. Revista Piauí nº 74, 2012. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-74/tribuna-livre-da-luta-de-classes/depois-da-formacao>

_____. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo, Companhia da Letras, 2013.

_____. Capitalismo, desenvolvimentismo e barbárie. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Fe4W1D0Qk8g>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro, Edições do Grall, 3ª Ed. 1980.

_____. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2013. 152 p.

_____. **Diálogo na grande tradição**. Em: NOVAES, Adauto. *A crise do estado nação*. Record, 2003. P. 444-479).

_____. **Hegemonia às avessas**. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibeles. *Hegemonia às Avessas*. São Paulo, Boitempo, 2010.

_____. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: **Era da indeterminação**. OLIVEIRA, Francisco e RIZEK, Cibeles (ORGS.) – São Paulo, Boitempo, 2007.

OSÓRIO, Jaime. América latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; e LUCE, Mathias (orgs). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012. pp. 103-134.

_____. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; e LUCE, Mathias (orgs). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012. pp. 37-86.

OURIQUES, Nildo Domingos. Brasil: crise financeira ou fiscal? Correio da Cidadania, 2015. Disponível em: http://correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10871:brasil-crise-financeira-ou-fiscal&catid=72:imagens-rolantes

PAULANI, Leda Maria. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; e RIZEK, Cibeles (orgs). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo, Boitempo. 2010. pp. 109-136.

_____. **Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência**. São Paulo, Boitempo, 2008. pp. 150.

PATNAIK, Prabhat. **O conceito de Imperialismo**. Resistir.info, 2015. Disponível em: http://resistir.info/patnaik/imperialismo_29mar15.html

POCHMANN, Marcio. Trajetória e deslocamento distributivo no Brasil. Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/trajetoria-e-deslocamento-distributivo-no-brasil>.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012. pp. 23-46.

POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 1ª Ed, 2014. pp. 115-140.

POLESE, Pablo. Tempestade perfeita? a oposição de direita e os desafios para a

extrema esquerda 1. Passapalavra.info, 2015. Disponível em: <http://www.passapalavra.info/2015/07/105243>

POSTONE, Moishe. Teorizando o mundo contemporâneo. David Harvey, Giovanni Arrighi e Robert Brenner. In: Blogdaboitempo.com.br, 2015. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2015/06/06/postone-teorizando-o-mundo-contemporaneo-david-harvey-giovanni-arrighi-e-robert-brenner/>

RIDENTI, Marcelo Siqueira. Desenvolvimentismo: o retorno. Revista Espaço Acadêmico, nº 92, janeiro de 2009. <http://www.espacoacademico.com.br/092/92ridenti.pdf>

_____. **O fantasma da revolução brasileira.** São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

ROJAS COUTO, Berenice. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 3. ed. São Paulo, Cortez, 2008. 198 p.

SADER, Emir (org). **10 anos de governos pós-neoliberais no brasil: lula e Dilma.** São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLASCO Brasil 2013.

SAFATLE, Vladimir. A nova república acabou. In. Carta Capital, 2015. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/revista/841/a-nova-republica-acabou-2242.html>

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. Jornadas de junho: a revolta popular em debate. São Paulo, ICP, 2014.

SANTOS, S. M. M. Direitos, desigualdade e diversidade. In. BOSCHETTI, Ivanete. et al. (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas.** São Paulo, Cortez, 2008.

SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo, Cortez, 2004.

SINGER, André Vitor. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

PEREIRA, Luiz. **Urbanização e subdesenvolvimento.** Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1976. 3ªed.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** 2. ed. São Paulo, Cortez, 1996. 184 p.

_____. **Pobreza no brasil contemporâneo e formas do seu enfrentamento.** In. *Serviço Social e Sociedade.* São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

VIANNA, Luiz Verneck. Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581996000300004>

WISNIK, José Miguel. **Remédio veneno.** São Paulo, Companhia das Letras,

2008.